

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**SHEILA NUNES PEREIRA**

**AS CONTRADIÇÕES DO TURISMO DE BASE  
COMUNITÁRIA:  
O CASO DA COMUNIDADE CHALLAPAMPA NA BOLÍVIA**

DOURADOS

2016

**SHEILA NUNES PEREIRA**

**AS CONTRADIÇÕES DO TURISMO DE BASE  
COMUNITÁRIA:  
O CASO DA COMUNIDADE CHALLAPAMPA NA BOLÍVIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Teoria Social e Ação Coletiva

Orientador: Prof. Dr. Claudio Reis

**DOURADOS**

2016

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

P436c Pereira, Sheila Nunes.

As contradições do Turismo de Base Comunitária: o caso da comunidade Challapampa na Bolívia. Sheila Nunes Pereira – Dourados, MS : UFGD, 2016. 147f. : il; 30 cm.

Orientador: Claudio Reis  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados.  
Inclui bibliografia

1. Turismo Comunitário. 2. Mercadoria. 3. Contradições.  
I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pela autora.

**©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.**

# **TERMO DE APROVAÇÃO**

SHEILA NUNES PEREIRA

## **AS CONTRADIÇÕES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: O CASO DA COMUNIDADE CHALLAPAMPA NA BOLÍVIA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr. CLAUDIO REIS  
Orientador/Presidente

---

Prof. Dr. DAVIDE GIACOBBO SCAVO  
Membro Titular

---

Prof. Dr. GERALDO MAGELLA NERES  
Membro Titular

**APROVADO EM:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

*Para aqueles que viveram a agonia e o êxtase junto.  
À minha família e meus amigos com amor.*

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a meu orientador, Prof. Dr. Claudio Reis, pela acolhida, pelo convívio estimulante, pela generosidade e pelo otimismo com que me orientou e encorajou, especialmente, na insistência de se apoiar no materialismo histórico dialético com tantos ventos contrários a tal ideia.

Quero agradecer, minha mãe Dona Gloria, mestra e amiga que, além de me acompanhar e apoiar durante os dois anos de idas e vindas à Bolívia foi responsável pelas discussões que contribuíram com os rumos dessa pesquisa.

Agradeço a minha família pelo carinho e apoio incondicional, em especial ao meu sobrinho Arthur Nunes do Espírito Santo que fez parte dessa pesquisa ajudando na pesquisa de campo.

A todos que tiveram a generosidade de escutar e discutir os vários passos deste trabalho, meu muito obrigada, especialmente ao grande amigo Hamilton Romero, a preciosa amiga Daniela Santi pelo carinho e paciência e pelas trocas preciosas e pela parceria nos momentos mais difíceis da amiga Renata Rodrigues.

Não esquecendo também os colegas do Programa de Mestrado que tornaram os debates, desta pesquisa, tão proveitosos.

Minha enorme gratidão a todos (as) trabalhadores (as) da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD que contribuíram de forma direta e indireta com a realização dessa pesquisa. Ao servidor público José Welton de Souza que profissionalmente nos atendeu com muita dedicação, principalmente, em situações desfavoráveis.

Não posso deixar de citar a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Gabriela Guillén Carías que contribuiu com críticas preciosas no processo de qualificação e forneceu-me preciosas indicações bibliográficas, assim como o Prof. Dr. Davide Giacobbo Scavo. Na defesa das valiosas e imprescindíveis contribuições do Prof. Dr. Geraldo Magella Neres. Aos professores Dr. Mario Sá e Dr. Matheus de Carvalho Hernandez pelas contribuições bibliográficas que amenizaram inquietações.

Aos servidores Jonathan, Adnara, Mauro, Mauricio e Luís meu carinho pela amizade e apoio – sempre. Aos estagiários que passaram (Dainah, Simoni, Helena, Elis, Virginia, Nataly, Talython, Leandro, Dandara e Cassiano) e ainda continuam (Mariana, Carla e Thaís) no Centro de Seleção da UFGD sou grata pela ajuda na administração do dia a dia.

Um agradecimento especial às trabalhadoras terceirizadas da limpeza, da cozinha e da segurança da Unidade I da UFGD, em especial à Joselita Vieira Silva pelas estimulantes conversas, pelo carinho e apoio nessa difícil jornada.

Minhas idas à Bolívia foram difíceis devido à altura, o frio e a solidão. Meus primeiros contatos na comunidade foram repletos de desconfiança, mas com o passar dos dias percebi o carinho e atenção que despendiam para me ajudar. Agradeço de coração a compreensão, a solidariedade e o carinho de toda a comunidade Challapampa.

*O que é um homem, afinal de contas?*

*O comerciante: Depois de comer, podemos visitar o depósito das armas. Agora vou cantar-te a minha cantiga preferida.*

### CANÇÃO DA MERCADORIA

*Há arroz lá em baixo no rio.  
Nas províncias rio acima as pessoas precisam de arroz  
Se deixarmos o arroz nos armazéns  
O arroz ficará mais caro para elas.  
Os que puxam a barca receberão ainda menos arroz  
E o arroz ficará assim ainda mais barato para mim.  
O que é o arroz, afinal?  
Sei lá o que é o arroz!  
E sei lá se o sabe alguém.  
Eu não sei o que é o arroz,  
Só sei o preço que tem.*

*Chega o Inverno, as pessoas precisam de roupa  
E tem de se comprar algodão  
Mas não se põe à venda o algodão  
Quando chega o frio, a roupa fica mais cara.  
As fiações pagam salários altos demais.  
O problema é que há algodão a mais.  
O que é o algodão, afinal?  
Sei lá o que é o algodão!  
E sei lá se o sabe alguém.  
Eu não sei o que é o algodão,  
Só sei o preço que tem*

*Portanto um homem destes precisa de muita comida  
E por isso o homem fica mais caro  
Para procurar o comer, são precisos homens  
Os cozinheiros fazem a comida mais barata, mas  
Aqueles que comem tornam-na mais cara.  
O problema é que há homens a menos.*

*O que é o homem, afinal?  
Sei lá o que é o homem!  
E sei lá se o sabe alguém.  
Eu não sei o que é o homem,  
Só sei o preço que tem.*

*Para o Jovem Camarada: E agora vamos lá comer o meu melhor arroz.*

*Bertold Brecht*

## RESUMO

O objetivo central da presente pesquisa é apreender as contradições do Turismo de Base Comunitária (TBC) desenvolvido pela Fundação Codespa junto à comunidade Challapampa na Bolívia. E, com essa finalidade, evidenciar as possíveis determinações da categoria turismo no contexto de mundialização do capital, analisar os fundamentos das teorias reformistas do capital, em específico a teoria do desenvolvimento sustentável na qual se origina o TBC. Por fim, apropriar-se da categoria mercadoria para analisar as contradições do TBC na comunidade. A metodologia utilizada se funda na abordagem qualitativa marcada pelo materialismo histórico dialético. Os resultados da pesquisa apontam não somente para a vigência da expropriação do valor como da mais-valia no cotidiano Aymara. Como também para a identificação de uma nova-velha forma de organização produtiva, a economia colaborativa que tem como cerne, o trabalho informal.

**Palavras-chaves: Turismo de Base Comunitária. Mercadoria. Contradições.**

## **RESUMEN**

El objetivo principal de esta investigación es conocer las contradicciones del Turismo de Base Comunitaria (TBC) desarrollado por la Fundación Codespa en la comunidad de Challapampa en Bolivia. Y con este fin exponer las posibles determinaciones de la categoría del turismo en lo contexto de la mundialización del capital, analizar los fundamentos de las teorías reformistas del capital, en particular, la teoría del desarrollo sostenible en el que se origina el TBC. Por fin, adueñarse de la categoría mercancía para analizar las contradicciones del TBC en la comunidad. La metodología se basa en el enfoque cualitativo marcado por el materialismo histórico dialéctico. Los resultados de la investigación señalan no sólo para la efectiva expropiación del valor como de la plusvalía en lo cotidiano Aymara. Así como a la identificación de una nueva-vieja forma de la organización productiva, la economía colaborativa cuyo núcleo es el trabajo informal.

**Palabras clave: Turismo de base comunitaria. Mercancía. Contradicciones.**

## LISTA DE FOTOS

Foto 1	Centro de Investigações Arqueológicas e Antropológicas de TIWANAKU/Bolívia.....	113
Foto 2	Porta do Sol no Centro de Investigações Arqueológicas e Antropológicas de TIWANAKU/Bolívia.....	114
Foto 3	Porta do Templo de Kalasasaya no Centro de Investigações Arqueológicas e Antropológicas de TIWANAKU/Bolívia.....	115
Foto 4	Templo de Kantatallita no Centro de Investigações Arqueológicas/Bolívia.....	115
Foto 5	Templo Semisubterraneo no Centro de Investigações Arqueológicas/Bolívia....	116
Foto 6	Monolito no Centro de Investigações Arqueológicas/Bolívia.....	117
Foto 7	Placa do projeto da Fundação Codespa na Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia.....	120
Foto 8	Porto da Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia.....	125
Foto 9	Porto da Cidade de Copacabana na província Manco Kapac/ Bolívia.....	126
Foto 10	Comunidade Challapampa.....	126
Foto 11	Mapa com os atrativos turísticos da Comunidade Challapampa.....	127
Foto 12	Comunidade Challapampa.....	128
Foto 13	Receptivo turístico da Comunidade Challapampa.....	129
Foto 14	Criação de porcos na Comunidade Challapampa.....	129
Foto 15	Museu da Comunidade Challapampa.....	132
Foto 16	Museu da Comunidade Challapampa.....	132
Foto 17	Lancha da empresa Transturin no porto da Comunidade Challapampa.....	134
Foto 18	Agricultura em terraços na Comunidade Challapampa.....	135
Foto 19	Regras de conduta para os turistas que visitam a Comunidade Challapampa.....	137
Foto 20	Lixo na praia da Comunidade Challapampa.....	138
Foto 21	Introdução de bebidas industrializados na Comunidade Challapampa.....	140
Foto 22	Introdução de alimentos industrializados.....	140
Foto 23	Turistas descansando no caminho para as ruínas. Comunidade Challapampa.....	141
Foto 24	Jovem Aymara da Comunidade Challapampa no pastoreio de ovelhas.....	147
Foto 25	Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia.....	148
Foto 26	Artesã da Comunidade Challapampa.....	152
Foto 27	Ruínas Chinkana da Comunidade Challapampa.....	153

Foto 28	Labirinto Chinkana da Comunidade Challapampa.....	153
Foto 29	Mesa de cerimônias da Comunidade Challapampa.....	154
Foto 30	Porto da Comunidade Challapampa.....	155
Foto 31	Guia de turismo recebendo turistas na Comunidade Challapampa.....	155
Foto 32	Peças do museu da Comunidade Challapampa.....	155

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CODESPA – Fundação espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento

FUMIN –Fundo Multilateral de Investimentos

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMT - Organização Mundial do Turismo

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

ONG Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OSCIP - Organizações Sociais com Interesse Público

PIB - Produto Interno Bruto

SISTUR - Sistema Turístico

TBC - Turismo de Base Comunitária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. CAPITALISMO E TURISMO.....</b>	<b>19</b>
1.1. Considerações acerca da ciência do turismo .....	19
1.2. A categoria Turismo .....	31
1.3. Contexto histórico .....	45
<b>2. O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA .....</b>	<b>67</b>
2.1. Da crise ecológica ao turismo de base comunitária.....	67
<b>3. O TURISMO NA COMUNIDADE CHALLAPAMPA .....</b>	<b>89</b>
3.1. Mercadoria: condicionante chave da categoria turismo .....	89
3.2. Desvelando História .....	109
3.3. O projeto da Fundação Codespa.....	119
3.4. O turismo de base comunitária na comunidade Challapampa.....	125
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>157</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	162
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....	170
ANEXO B – FORMULÁRIO APLICADO NA COMUNIDADE CHALLAPAMPA.....	171
ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....	174

## INTRODUÇÃO

"(...) é preferível tratar imperfeitamente o que é importante do que atingir habilidade extrema no trato de questões irrelevantes".

Paul A. Baran

No contexto da mundialização do capital que, essencialmente, opera para ampliar sua taxa de lucro, movimentos aparentemente de resistência são identificados. No âmbito do turismo uma proposta se destaca: o Turismo de Base Comunitária (TBC), com o intuito de promover o desenvolvimento integral das comunidades e, principalmente, diminuir a pobreza.

No entanto, é fato que no desenvolvimento da dinâmica capitalista de produção, o resultado é sempre a polarização riqueza e pobreza. Desta forma, nas primeiras aproximações com o tema, surge a provocante curiosidade de compreender de que forma esse movimento de resistência pode gerar trabalho e renda sustentados pelos princípios da cooperação, autonomia, participação, empoderamento e equidade em uma sociedade que se funda pela precarização do trabalho alicerçada nos princípios individualistas.

Essa contradição é tratada predominantemente pela ciência do turismo no plano da aparência por realizar a análise do fenômeno a partir da metafísica e positivismo, de onde se extrai a contradição da análise e apresenta uma estrutura harmônica. Neste sentido, optou-se por analisar o fenômeno do TBC pelo materialismo histórico dialético, que tem por princípios captar a matéria em movimento em seu processo histórico, e explorar as várias determinações relacionadas entre si e com a totalidade concreta.

O principal objetivo desta pesquisa é analisar as contradições do TBC na comunidade Challapampa desenvolvido pela Fundação Codespa desde o ano de 2008 na Bolívia. As contradições, aqui analisadas, partem do pressuposto que estas configuram-se enquanto “lei da unidade dos contrários” como exposta por Mao Tse-tung em sua obra “Sobre a Contradição” em 1937 e cita Lenin para explicar que “a dialética é o estudo da contradição na própria essência dos fenômenos”, ou seja, a contradição é o núcleo da dialética.

E como objetivos específicos pretende-se: (a) analisar o turismo segundo a perspectiva da economia política, no esforço de localizá-lo na estrutura capitalista, e observar seu movimento histórico de acordo com as transformações econômico e social do sociometabolismo do capital desde a crise estrutural até a fase de mundialização. (b) dialogar com base na crítica marxista o discurso das teorias reformistas do capital, em específico, a teoria do desenvolvimento sustentável da qual se origina o TBC e (c) analisar as contradições

do TBC desenvolvido na comunidade Challapampa por meio da categoria marxiana mercadoria.

Para os objetivos desta pesquisa dois caminhos foram percorridos. Na pesquisa teórica optou-se inicialmente por defrontar a leitura metafísica com a leitura materialista dialética do turismo, depois elege-se Karel Kosik com a obra “Dialética do Concreto” de modo a referenciar a apropriação do método na perspectiva da construção da categoria turismo. E com o intuito de analisar o fenômeno do TBC apropriou-se da leitura marxiana da mercadoria para expor as contradições.

Na pesquisa de campo realizaram-se os seguintes procedimentos: (a) coleta de material em textos e documentos sobre a história da comunidade Challapampa e do turismo na comunidade; (b) coleta de dados por meio de uma investigação empírica com o intuito de obter relatos da vida cotidiana dos Aymaras, que vivem na comunidade Challapampa e apreender o processo de trabalho na produção do produto turístico. O material coletado foi categorizado e analisado de forma qualitativa. A amostra da pesquisa compõe-se de 22 pessoas que trabalham diretamente com o turismo comunitário desenvolvido pela Fundação Codespa.

No primeiro capítulo “Capitalismo e turismo” pretende-se realizar breves considerações acerca dos limites da ciência do turismo propondo uma leitura do fenômeno turismo segundo a abordagem materialista histórica dialética. Neste sentido, dedica-se a construção da categoria turismo a partir da interpretação da obra “Dialética do Concreto” de Karel Kosik com o intuito de analisar o turismo, como a “coisa-em-si”, um fenômeno que se constitui de partes (múltiplas determinações) no contexto histórico do capital mundializado.

No segundo capítulo “O Turismo de Base Comunitária” procura-se analisar os fundamentos que sustentam as teorias reformistas do capital, em específico, a teoria do desenvolvimento sustentável da qual se origina o TBC. Evidenciar características e demonstrar o papel protagonista no processo de reestruturação produtiva do capital.

Por fim, no terceiro capítulo “O Turismo de Base Comunitária na comunidade Challapampa” propõe-se analisar as contradições do TBC na comunidade Challapampa segundo a categoria marxiana mercadoria. Verificar, através do processo de trabalho, como o produto turístico é produzido e como as relações sociais são construídas nessa forma social.

A produção de pobreza no sistema capitalista é um fato intrínseco. Valer-se de soluções mágicas e “alternativas” aparentemente sedutoras não resolve o problema da pobreza. A mercadoria oculta o valor, o sistema capitalista a mais-valia, o que será que o TBC oculta? É o que pretendemos descobrir.

Para finalizar, presta-se ao leitor algumas considerações sobre possíveis questionamentos de se ter realizado uma análise determinista, ou melhor, economicista do fenômeno turismo. Neste sentido, resgata-se importante reflexão de Engels que já nos anos de 1890 advertia sobre a compreensão equivocada de muitos pensadores, inclusive marxistas sobre o pretense economicismo histórico dele e de Marx. Essa compreensão de existir uma determinação do econômico nas obras de Marx e Engels é combatida por Engels em uma carta<sup>1</sup> escrita para Joseph Bloch. Engels em 1890 explica:

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infra-estrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (...) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem número de acidentes (...), mas que o movimento econômico se assenta finalmente como necessário. Do contrário, a aplicação da teoria a qualquer período da história que seja selecionado seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau. (...) O que falta para estes cavalheiros é a dialética. Eles simplesmente olham aqui a causa e ali o efeito. Esta é abstração vazia e estas oposições polares metafísicas só existem no mundo real durante crises quando todo o vasto processo na forma de interação (embora por forças muito desiguais, com o movimento econômico sendo, de longe, o mais poderoso, inicial e mais decisivo) é aqui muito mais relativo e nada absoluto (isto, eles nunca enxergaram). Hegel nunca existiu para eles. (ENGELS, 2009)

O modo de produção capitalista para, Marx e Engels, é apreendido como um organismo vivo que está em constante interação, transformação, movimento, ou seja, é analisado de forma dialética. O determinismo do qual foram acusados não se sustenta, pois o que existe é um equívoco por parte dos “cavalheiros”, lhes falta à dialética, lhes falta compreendê-la.

Neste sentido, sabe-se das implicações de se analisar o fenômeno do turismo por meio da dialética, especialmente, pelos limites que a ideologia dominante nos impõe. A consciência, forma de pensar, é direta e indiretamente formada pela ideologia dominante. O pensar metafísico e o saber positivo predominam no cotidiano, nas leituras, principalmente no produzir científico. Desviar-se dessa forma predominante de compreender o mundo, os

---

<sup>1</sup> ENGELS, F. Letters on Historical Materialism. To Joseph Bloch. [1890]. pp. 760-765. in TUCKER, Robert C. (org.) The Marx-Engels reader. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978. Traduzido por Vinicius

fenômenos é um grande desafio, na sociedade contemporânea, e exige duas qualidades: posição e responsabilidade.

Acolher o materialismo histórico dialético é se posicionar diante da disputa, não tem aqui um sentido de proteção, mas de luta, combate e ocupação. Compreende-se, assim como Marx e Engels, a necessária e importante disputa nos espaços onde as idéias e concepções de mundo estão sendo produzidas, pois são elas que dialogam e também influenciam o modo de produzir a vida. Busca-se, dessa forma, subjetiva, parcial e neutra analisar o fenômeno do turismo pela nossa (proletária) filosofia da práxis.

Buscou-se, dentro dos limites estabelecidos, ou melhor, do tempo fixado pela ciência produtivista burguesa, a responsabilidade de não produzir ciência-mercadoria, mas o seu inverso analisar o fenômeno turismo por meio da categoria marxiana mercadoria, desvendar e revelar o que oculta.

Conclui-se, portanto, que um estudo com essas dimensões e pretensões levaria certamente uma vida, pois exige tempo. Tempo para organizar, preparar e digerir o conhecimento. Tempo que cotidianamente é apropriado pelos “senhores do tempo”. Contudo, resiste-se bravamente a eles e ocupa-se, com todos os limites impostos, o espaço onde as idéias são produzidas.

## 1. CAPITALISMO E TURISMO

Neste capítulo intenta-se tecer breves considerações acerca da ciência do turismo, dos limites impostos pela tentativa de se aproximar da pretensa objetividade científica. Apresenta o materialismo histórico dialético enquanto método de investigação, instrumento de análise que se assenhora da realidade e dos fenômenos sociais, como o turismo. Busca evidenciar as possíveis determinações rumo à construção da categoria turismo, enquanto “coisa em si”. E analisa as determinações do fenômeno turismo no contexto histórico do capital mundializado.

### 1.1. Considerações acerca da ciência do turismo

Compreende-se que, assim, como todas as ciências, a ciência do turismo é resultado de um processo histórico dialético, no qual “era, é e tende a ser” constituída por distintas formas de pensar e organizar o pensamento. Entende-se as ciências como partes da totalidade ciência, em um complexo orgânico permeado de contradições. Sabe-se das limitações ora impostas pelo denominador tempo de avançar com profundidade na análise do processo histórico de constituição da ciência do turismo, assim far-se-à apenas breves considerações fundadas na crítica marxista.

De início, resgata-se importante preocupação de Marx e Engels sobre a relação entre as “visões sociais de mundo” (ideologias) e o conhecimento (ciência). Essa preocupação centra-se especialmente, sobre a influência das “visões de mundo” na produção das idéias científicas e seu inverso (a atuação das idéias científicas na constituição das “visões de mundo”). Desta forma, Marx e Engels (1965) na obra “A ideologia alemã” iniciam o debate.

*As idéias da classe dominante são também as idéias predominantes de cada época, ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é também a força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios da produção intelectual, se bem que, por essa razão, as idéias daqueles que não dispõem dos meios de produção intelectual ficam sujeitas à classe dominante. (MARX e ENGELS, 1965, p.45, grifo nosso)*

Marx e Engels (1965) reconhecem o poder que a burguesia tinha de apresentar sua “visão de mundo” como universal e de reproduzi-la, inclusive por meio da produção do conhecimento científico. Nessa perspectiva, Marx e Engels em suas obras realizam um combate sistemático e rigoroso à ciência burguesa.

No entanto, antes de adentrar a esse debate, observa-se importante reflexão de Iasi (2013) na qual a concepção de ideologia em Marx e Engels, não se refere a um “mero conjunto de idéias que se impõem como dominantes”, mas de idéias que estão em relações sociais de produção historicamente determinadas.

*As idéias predominantes são apenas a expressão ideal das relações materialmente predominantes, são as relações materialmente predominantes apresentadas sob a forma de idéias, portanto a expressão de relações que fazem de uma classe a classe dominante. Em outras palavras, são as idéias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, também, uma consciência, e, portanto, pensam. Na medida em que dominam como classe, e determinam uma época histórica em toda a sua amplitude, é claro que esse domínio se exerce em todos os setores de sua classe, donde dominarem também, entre outras coisas, como pensadores, como produtores de idéias, e regularem a produção e distribuição das idéias de sua época. Suas idéias são, portanto as idéias dominantes de sua época. (MARX e ENGELS, 1965, p. 45, grifo nosso)*

Compreender que ideologia não é um “mero conjunto de idéias ou valores” faz-se urgente e necessário como expõe Iasi (2013) na superação da forma imediata de consciência (primeira forma – alienada). Entendê-la atrelada as relações sociais de produção conduz o fazer científico em caminhos desafiadores, pois colocam equívocos como: imparcialidade, neutralidade e objetividade científica em evidência.

Marx e Engels, como expõe Lowy (2003), observam que essa influência das idéias dominantes de determinado período histórico-social sobre a produção científica produz um limitador a sua cientificidade.

*A constatação principal que se extrai daí é esta: apesar de sua boa-fé, de sua imparcialidade, de sua honestidade, de seu amor à verdade, a economia política clássica é burguesa, e sua ideologia de classe impõe limites à cientificidade. (...) o papel da ideologia na constituição de um saber científico: ela lhe circunscreve os limites. (LOWY, 2003, p. 107-108)*

O conceito de ideologia, desta forma para Marx, segundo Lowy (2003), não aparece como simples falsificação, mentira, ou mistificação. A questão central não é a vontade de conhecer a verdade, mas os limites de conhecê-la como explica Lowy (2003, p. 109): “(...) a

ideologia burguesa não implica a negação de toda ciência, mas a existência de barreiras que restringem o campo da visibilidade cognitiva.”

Diante deste dilema, dessa limitação que a ideologia impõe ao produzir científico Gramsci (1986) primeiro critica a objetividade científica.

(...) “Objetivo” significa precisamente e tão somente, o seguinte: que se afirma ser objetivo, realidade objetiva, aquela realidade que é verificada por todos os homens, que é independente de todo ponto de vista que seja puramente particular ou de grupo. Mas, no fundo, também esta, é uma concepção particular de mundo, uma ideologia. (GRAMSCI, 1986, p.69)

Segundo, censura a tentativa de certas correntes marxistas de se aproximar dessa pretensa objetividade. A ciência para Gramsci (1986) localiza-se na superestrutura do modo de produção capitalista e tem papel singular na estrutura.

Colocar a ciência na base da vida, fazer da ciência a concepção de mundo por excelência, a que liberta os olhos de qualquer ilusão ideológica, que põe o homem em face da realidade tal como ela é, isto significa recair no conceito de que a filosofia da práxis tenha necessidade de sustentáculos filosóficos fora de si mesma. Mas, na realidade, também a ciência é uma superestrutura, uma ideologia. É possível dizer, contudo, que no estudo das superestruturas a ciência ocupa um lugar privilegiado, pelo fato de que a sua reação sobre a estrutura tem um caráter particular, de maior extensão e continuidade de desenvolvimento (...) Além disso, não obstante todos os esforços dos cientistas, a ciência jamais se apresenta como nua noção objetiva; ela aparece sempre revestida por uma ideologia e, concretamente, a ciência é a união do fato objetivo com uma hipótese, ou um sistema de dúvida, que é relativamente fácil, neste caso, distinguir a noção objetiva do sistema de hipóteses, através de um processo de abstrações que está inserido na própria metodologia científica, de maneira que é possível apropriar-se de uma sem recusar a outra. (GRAMSCI, 1986, p 70-71)

Gramsci (1986) desse modo, conclui que na *filosofia da práxis* não há como separar o sujeito do objeto; o homem da natureza; o ser do pensar; a atividade da matéria e se isto é praticado incide-se nas distintas formas de religião ou na abstração sem sentido.

Marx e Engels, no processo de constituição do materialismo histórico dialético, criticaram e dialogaram com as distintas formas de pensar do mundo, desde a filosofia grega até o momento histórico em que viveram. Do universo complexo e rico da produção crítica, deter-se-à em quatro formas de inteligência: (a) idealismo, (b) materialismo, (c) metafísica e (d) positivismo.

O idealismo funda-se por alguns princípios básicos, dentre eles destaca-se três: (1) o espírito cria a matéria, (2) o mundo não existe fora do pensamento, e (3) são as idéias que

criam as coisas. Sua explicação do mundo parte do mundo das idéias, dos conceitos, dos espíritos, ou seja, é a consciência que determina o mundo, que produz e determina a existência do ser. Marx e Engels em distintas obras expõem as implicações dessa forma de pensamento, mas é no idealismo hegeliano que centram sua crítica.

Foi na obra, *Crítica da filosofia do direito de Hegel* de 1843, que Marx sob forte influência de Feuerbach fez sua primeira interpretação materialista da dialética hegeliana. A crítica consistiu na forma ideal (idealismo) com que Hegel tratou a dialética. Para Marx, Hegel trata a dialética idealmente, no plano do espírito, das idéias, enquanto o mundo dos homens segundo sua percepção exige sua materialização.

No entanto, é na obra *A ideologia alemã* de 1845, que aparece uma formulação mais precisa de suas concepções. Marx e Engels elucidam que as suas análises têm pressupostos, mas se trata de pressupostos reais.

Ao contrário da Filosofia alemã, que desce do céu para a terra, vamos, aqui, da terra para o céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam, concebem, nem do que são nas palavras, pensamento, imaginação e concepção de outros, para chegar em seguida aos homens de carne e osso. Não partimos dos homens em sua atividade real, é segundo o seu processo vital real que concebemos também o desenvolvimento dos reflexos e dos ecos ideológicos desse processo vital. E mesmo as fantasmagorias do cérebro humano são sublimações que resultam necessariamente de seu processo de vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais. Moral, religião, metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente a aparência de autonomia. Não tem história, nem evolução; são, ao contrário, os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam com essa realidade que lhes é própria seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Na primeira forma de abordagem, partimos da consciência tomada como indivíduo vivo; na segunda que corresponde à vida real, partimos de indivíduos reais e vivos, e consideramos a consciência unicamente como sua consciência. (MARX e ENGELS, 1965, p. 21-22)

É esta determinação das relações entre o ser e a consciência dos homens em sociedade que permitirá a Marx seguir na sua investigação da sociedade burguesa. Explica-se a diferença de método. Para Hegel, cada filosofia particular nada mais é do que a demonstração da Filosofia como expressão do espírito humano e da verdade. A ideologia para ele é um conceito universal e sua verdade estava no todo (humanidade) isolada de sua manifestação particular de classe. Assim, o conceito apresenta-se como legitimação das relações de dominação, contraversão, naturalização, ocultação, farsa.

Para Marx e Engels o conceito de ideologia aufere uma dimensão associada à luta de classes e a possibilidade de mudança social. E esta é inseparável de uma relação de dominação. Isto leva a constatação de que toda vez que observamos o conceito em Marx ele aparece com uma acepção valorativa de negatividade.

É possível, deste modo, observar a distinção dos métodos e as implicações que um tem em detrimento do outro. Aceita-se a dominação como algo natural ou rebela-se contra ela uma vez que a compreende como algo concreto e em disputa entre as classes sociais. No mesmo sentido, Engels na obra *Anti-Dühring* explica:

Hegel era idealista. As idéias de seu cérebro não eram, para ele, imagens mais ou menos abstratas das coisas e dos fenômenos da realidade, mas coisas que, em seu desenvolvimento, se lhe apresentavam como projeções realizadas de uma "idéia", existente não se sabe onde, antes da existência do mundo. Este modo de ver tudo subvertia, revirando pelo avesso toda a concatenação real do universo. (...) O sistema Hegel foi um aborto gigantesco, porém o último de sua espécie. Com efeito, sua filosofia padecia ainda de uma contradição interna incurável, pois que, se, por um lado, considerava como suposto essencial da concepção histórica, segundo a qual a história humana é um processo de desenvolvimento que não pôde, por sua própria natureza, encontrar solução intelectual no descobrimento disso que se chama de verdades absolutas, por outro, se nos apresenta precisamente como resumo e compêndio de uma dessas verdades absolutas, Um sistema universal e compacto, definitivamente plasmado, no qual se pretende enquadrar a ciências da natureza e da história, é incompatível com as leis da dialética. Isso, entretanto, não exclui, mas, ao contrário, faz com que o conhecimento sistemático do mundo exterior, em sua totalidade, possa progredir, a passos gigantes, de geração em geração. (ENGELS, 1979a, p. 22-23)

Engels (1979a) expõe, desta forma, que da absurda inversão hegeliana de compreensão do mundo ele e Marx necessariamente irão percorrer o caminho do materialismo. No entanto, adverte que não é o materialismo metafísico ou mecanicista a direção.

O materialismo e o idealismo originam-se da filosofia grega, eram as duas principais formas de se interpretar o mundo. No entanto, no materialismo é a matéria, o ser, a realidade material que determina o pensamento, as idéias e a vida. Nessa concepção de mundo os fenômenos são compreendidos a partir de si, como a “coisa em si” como se verá mais adiante na análise do fenômeno turismo.

O primeiro acesso de Marx no caminho pela compreensão do materialismo parte no alemão Feuerbach. É em suas “Teses sobre Feuerbach” que Marx em 1845 expõe os limites da compreensão dos pensadores materialistas gregos e do próprio Feuerbach. Na primeira tese

Marx afirma que o principal defeito de todo o materialismo, incluindo o de Feuerbach, é que a realidade, o mundo sensível só são apreendidos sob a forma de objeto ou intuição, mas não como atividade humana sensível, enquanto práxis.

O principal defeito de todo o materialismo do passado – inclusive o de Feuerbach – é que o objeto, a realidade, o mundo sensível são tomados apenas sob a forma de objeto ou intuição (mas não como *atividade humana concreta, como prática*) de modo subjetivo. Isso explica por que o *lado ativo* foi desenvolvido pelo idealismo, em oposição ao materialismo – mas apenas de forma abstrata, pois o idealismo não conhece naturalmente a atividade real, concreta, como tal. Feuerbach quer objetos concretos, realmente distintos dos objetos do pensamento. Mas não considera a atividade humana em si como atividade *objetiva*. É por isso que na *Essência do Cristianismo* não considera como verdadeiramente humana senão a atividade teórica, enquanto a prática não é por ele tomada e fixada senão em sua manifestação judaica sórdida. É por isso que ele não compreende a importância da atividade “revolucionária”, da atividade prática crítica. (MARX e ENGELS, 1965, p. 87, grifo do autor)

Marx antecipa que Feuerbach acata objetos sensíveis distintos dos objetos do pensamento de Hegel, mas não considera a própria atividade humana como atividade objetiva. Na segunda tese Marx aponta que a verdade não deve ser somente algo teorizado, mas principalmente praticado.

A questão de saber se o pensamento humano pode chegar a um objetivo verdadeiro não é uma questão teórica, mas uma questão prática. É na prática que o homem deve provar a verdade, ou seja, a realidade, e a força, independente de seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou irrealidade do pensamento, isolada da prática, é puramente escolástica. (MARX e ENGELS, 1965, p. 87-88)

Por fim, na sexta tese diz Marx que Feuerbach teve o mérito de transpor a essência religiosa para a essência humana, mas que a essência humana não pode ser algo em abstrato, inerente ao indivíduo isolado, sendo, em realidade, o conjunto das relações sociais. Esse último aspecto – o conjunto das relações sociais – é um dos aspectos de maior importância da teoria social de Marx.

Feuerbach explica a essência religiosa pela essência humana. Mas a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado. Na sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais. Feuerbach não empreende a crítica desse ser real, em consequência é obrigado a: 1. Fazer abstração do curso da história e fazer do espírito religioso uma coisa imutável, existente em si mesma, supondo a existência de um indivíduo humano abstrato, isolado. 2. Considerar, em consequência, o ser humano unicamente como “gênero”,

como universalidade interna, muda, unindo de uma forma puramente natural os numerosos indivíduos. (MARX e ENGELS, 1965, p. 89)

Já o materialismo mecanicista que era determinado pela lógica da mecânica, considerava a realidade como uma engrenagem mecânica tendo as leis da mecânica como fundamento para compreender a natureza e as relações sociais desconsiderando a história em geral e seu desenvolvimento.

A proposta do materialismo, de Marx e Engels, distancia-se do materialismo primitivo e vulgar e caminha para um materialismo dialético como apresenta a.

*(...) o materialismo moderno vê, na história, o processo de desenvolvimento da humanidade, cujas leis dinâmicas tem por encargo descobrir. (...) o materialismo moderno resume e sistematiza os novos progressos das ciências naturais, segundo os quais a natureza tem também a sua história no tempo e os mundos, as espécies e os organismos, que, em condições propícias, o habitam, nascem e morrem, e onde os ciclos, na medida em que sejam admissíveis, se revestem de dimensões infinitamente mais grandiosas. Tanto num como noutro caso, o materialismo moderno é substancialmente dialético e já não há necessidade de uma filosofia superior para as demais ciências. Desde o instante em que cada ciência tenha que se colocar no quadro universal das coisas e do conhecimento delas, já não há margem para uma ciência que seja especialmente consagrada a estudar as concatenações universais. Tudo o que resta da antiga filosofia, com existência própria, é a teoria do pensamento e de suas leis: a lógica formal e a dialética. Tudo o mais se dissolve na ciência positiva da natureza e da história. (ENGELS, 1979a, p.23, grifo nosso)*

A metafísica surge na Grécia antiga com o objetivo de buscar a essência da realidade. Funda-se por meio dos seguintes princípios: (a) princípio da identidade, (b) princípio do isolamento das coisas, (c) princípio das divisões externas e intransponíveis entre as coisas, (d) princípio da oposição dos contrários.

O princípio da identidade pretere o movimento ao imobilismo, procura extinguir a ideia de mudança, transformação e leva o pensamento: a desmembrar tudo aquilo que não é idêntico e não fazer relações. O princípio do isolamento das coisas dissipa o entendimento das relações entre as coisas. O princípio das divisões eternas e intransponíveis entre as coisas consiste em classificar e separar as coisas, estabelecer divisões, muros intransponíveis para não haver a possibilidade de conexão e sentidos entre elas. E finalmente o princípio da oposição dos contrários que prega que as coisas são diferentes umas das outras e, portanto contrárias umas as outras. Não aceita que uma coisa possa ser ela mesma o seu contrário, nega o princípio da contradição. Explica Engels (1979a) no Anti-Duhring:

Para o metafísico, as coisas e suas imagens no pensamento, os conceitos, são objetos isolados de investigação, objetos fixos, imóveis, observados um após o outro, cada qual de per si, como algo determinado e perene. O metafísico pensa em toda uma série de antíteses desconexas: para ele, há apenas o sim e o não e, quando sai desses moldes, encontra somente uma fonte de transtornos e confusão. Para ele, uma coisa existe ou não existe, Não concebe que essa coisa seja, ao mesmo tempo, o que é uma, outra coisa distinta. Ambas se excluem de modo absoluto, positiva e negativamente, causa e efeito se revestem da forma de uma antítese rígida. (ENGELS, 1979a, p. 20)

O positivismo como argumenta Lowy (1996), possui como hipótese fundante a harmonia, semelhante a uma harmonia natural, que reina no funcionamento da sociedade, em seus aspectos sociais, econômicos e políticos, regulada por leis correspondentes às leis naturais. E dela decorre, segundo Lowy, de uma conclusão epistemológica onde:

(...) os métodos e procedimentos para conhecer a sociedade são exatamente os mesmos que são utilizados para conhecer a natureza, portanto, a metodologia das ciências sociais tem que ser idêntica à metodologia das ciências naturais, posto que o funcionamento da sociedade é regida por leis do mesmo tipo das da natureza.(...) da mesma maneira que as ciências da natureza são ciências objetivas, neutras, livres de juízos de valor, de ideologias políticas, sociais ou outras, as ciências sociais devem funcionar exatamente segundo esse modelo de *objetividade científica*. (...) A ideia fundamental do método positivista é de que *a ciência só pode ser objetiva e verdadeira na medida que elimina totalmente qualquer interferência desses preconceitos ou prenoções*. (LOWY, 1996, p. 36, grifo nosso)

A física social de Augusto Comte, como expõe Lowy (1996), surge dessa concepção de ciência natural, pretensamente “livre de juízos de valor, neutra, rigorosamente científica”. E a partir dela os fenômenos sociais passam a ser submetidos a leis naturais invariáveis. No entanto, o positivismo comteano, que se apresenta distante dos valores subjetivos do homem acaba tendo uma função política e ideológica, especialmente conservadora.

(...) deve a razão pública achar-se implicitamente disposta a acolher hoje o espírito positivo como a única base possível de verdadeira resolução da profunda anarquia intelectual e moral que sobretudo caracteriza a grande crise moderna. A escola positiva (...) apresenta-se hoje como tendo enfim adquirido a inteira generalidade filosófica que até aqui lhe faltava; desde então ousa empreender, por sua vez, a solução, ainda intacta, do grande problema, transportando convenientemente para os estudos finais a mesma regeneração que sucessivamente já operou nos diversos estudos preliminares. (...) Para a nova filosofia, a ordem constitui sempre a condição fundamental do progresso; e, reciprocamente, o progresso é o objetivo necessário da ordem: como na mecânica animal, são mutuamente indispensáveis o equilíbrio e a progressão, um como fundamento e a outra como destino. (COMTE, 1976, p. 67-68)

Para Lowy (1996) é Augusto Comte quem formula essa concepção conservadora, mas é graças a Emile Durkheim que ela se transforma na perspectiva fundante da sociologia ou da ciência social da burguesia. Para Durkheim, segundo Lowy (1996), o objetivo da sociologia era estudar fatos que obedecem às leis sociais, leis invariáveis similares às leis naturais por meio de semelhante método na busca da objetividade e neutralidade científica. Segundo Lowy:

(...) quase todos os positivistas, até hoje, mantêm essa tese de que a solução do problema da objetividade, do conflito entre a necessidade de objetividade científica e a existência de pontos de vista contraditórios que se enfrentam no campo social, é a boa vontade, o esforço, a serenidade, o sangue-frio, o empenho na imparcialidade. (LOWY, 1996, p. 42-43)

De forma irônica Lowy (1996) compara a solução dos positivistas para resolver o problema da subjetividade científica com a solução do Barão de Munchhausen que imerso, ele e seu fiel cavalo, no pantanal vê-se desesperado, pois não sabia o que fazer. O barão temendo morrer tem uma simples e genial ideia de puxar-se pelos próprios cabelos até retirar-se a si e seu cavalo em apenas um salto do pantanal. Lowy (1996), desta forma, reflete porque esse método da objetividade científica não funciona:

Porque, para libertar-se de seus preconceitos, para arrancar desse pantanal, a primeira condição é reconhecer o que são os preconceitos, prenoções, ideologias. Ora, o que caracteriza o preconceito é justamente o seu não-reconhecimento enquanto tal; ele é percebido pelo preconceituoso como algo totalmente evidente, óbvio, indiscutível. O preconceito não é formulado explicitamente, fica oculto nas profundezas do pensamento, fica implícito e, geralmente, o próprio investigador não se dá conta de sua existência. (LOWY, 1996, p. 43)

A ciência do turismo não se constitui de apenas uma ou duas correntes de pensamento, mas carrega em si um pouco de todas. No entanto, a corrente mais debatida pelos pensadores do turismo é o positivismo em suas formas e deformações. Santos Filho (2009), por exemplo, expõe que na epistemologia do turismo predomina o positivismo, marcada principalmente pelas correntes sociológicas do funcionalismo e estruturalismo.

Os centros de estudos e investigação sobre o fenômeno do turismo, e a produção bibliográfica existente sobre o assunto demonstram que os mesmos estão marcados pela matriz do positivismo, traduzida nas correntes sociológicas do funcionalismo e do estruturalismo. Com isso, constatamos

também, que o conjunto epistemológico do turismo esta sustentado pelo edifício conceitual do positivismo. (SANTOS FILHO, 2009, p. 1)

Coaduna Castillo (2006) que a visão positivista<sup>2</sup> foi a que prevaleceu nos estudos do turismo na literatura mundial

É certo que houve uma contribuição importante para o estudo do turismo que se refleti nas contribuições da literatura acadêmica internacional sobre o tema, no entanto, desde o ângulo sociológico como econômico tem dominado a perspectiva positivista. (CASTILLO, 2006, p. 5, tradução nossa)

Castillo Nechar, M. & Panosso Netto, A. (2011) corroboram com essa perspectiva e apontam a necessidade de buscar uma produção “crítico-reflexivo-interpretativa” para o turismo.

No caso da produção do conhecimento em turismo, seu tratamento tem caído em uma perspectiva cientificista, concebendo um tipo de explicações unívocas (de rigor, sistematicidade, logicidade, exatidão e medida positivista) que por ser “nova” tem transposto modelos e métodos desta natureza, bem como aperfeiçoando suas bases em neopositivismos, neoestruturalismos e neofuncionalismo para dar sentido a tais explicações e justificar aplicações em sua vertente tecnológica. Contudo, se deve desenvolver uma investigação de tipo causal-explicativa para adentrar em uma do tipo crítico-reflexivo-interpretativa, que permita pensar e repensar isto que é chamado turismo, tanto para a produção de seu saber específico como para a condução das atividades relacionadas a ele (CASTILLO NECHAR, M. & PANOSSO NETTO, A. 2011, p. 385).

Essa concepção positivista que faz do turismo um fato econômico como primeiro fim, interessando-se essencialmente por seus efeitos na balança de pagamentos, e relegando ao segundo plano o problema de suas implicações sociais e culturais é redutora como alerta Lanfant (1980):

Para o sociólogo este enfoque segue sendo redutor, pois pretende sobrepor os dados sociais segundo uma lógica de rentabilidade e crescimento que falseia seu sentido, o qual é de ordem qualitativo. Com efeito, avaliar os fatores sociais em termos positivos ou negativos é uma maneira de extraí-los do campo social sem prestar atenção a causa que os engendra para fazê-los entrar em um modelo em que se destinará um peso numérico relativo. E é também subordinar a apreciação sociológica a uma criteriologia normativa. Adverte-se que neste movimento define-se a priori um lugar para a sociologia: um lugar circunscrito pela análise econômica que aborda a

---

<sup>2</sup> Segundo Kosik (1969) o positivismo moderno considera o fiscalismo como uma única realidade: empobreceu o mundo humano, o homem na atividade abstrata pode existir, sem, contudo como um homem inteiro, desconsidera outros mundos igualmente legítimos, a validade se exaure na imagem física do homem. O spinozismo e o fiscalismo são os dois gêneros mais difundidos.

atividade turística principalmente como uma atividade econômica e que não vê nas implicações sociais desta atividade senão limitações que tem que assumir, é dizer que tem que compensar mediante ganhos econômicos. Supostamente que encerrada nessa lógica, a sociologia não pode se aprofundar nessas interrogações. (LANFANT, 1980, p. 23, tradução nossa)

Uma visão conformista e estática coloca-se enquanto problema nessa leitura positivista do turismo por meio da corrente funcionalista como enuncia Santos Filho (2009):

Essa singularidade axiomática se exprime na essência do método funcionalista e esta presente na epistemologia do turismo, que está preparado para estudar objetos com alto grau de estabilidade e permanência, portanto, dando a sensação de poder explicar o fenômeno social dentro das ciências biológicas e físicas.(...) A leitura do turismo feita dentro do funcionalismo acaba atendendo aos interesses do Capital, para sua reprodução, sendo que, mercadologicamente ela serve à empregabilidade e ao mito da competência, como saídas para a idéia fascista do empreendedorismo. (SANTOS FILHO, 2009, p. 2)

No estruturalismo essa “concepção lógica do tipo ideal” que decorre de um modelo estrutural e racional também apresenta problemas para Santos Filho (2009, p.4): “(...) pois separa a história das relações causais e cuida do tipo ideal construído mentalmente. E conclui que os dois métodos apesar de possuírem formas distintas de análise possuem algo em comum: afastam-se do concreto.

Uma reflexão interessante também, nos estudos do turismo, é a de Raoul V. Bianchi, no artigo “The ‘critical turn’ in tourism studies: a radical critique”. Em linhas gerais Bianchi (2009) propõe-se a realizar uma crítica da crítica, a partir da economia política marxista, a “virada crítica” proposta por Ateljevic, Pritchard e Morgan na obra “The critical turn in tourism studies: innovative research methodologies”.

Os elementos fundamentais da crítica de Bianchi (2009) perpassam pelo afastamento desses pensadores ao materialismo histórico dialético e pela aproximação ao marxismo (neo) estruturalista. E essa escolha pelo estruturalismo implica em uma análise limitada, por exemplo, das relações de poder na economia capitalista.

Para Bianchi (2009) o entendimento da corrente (neo) estruturalista sobre modelo “estrutura-superestrutura” é um equívoco do pensamento de Marx, bem como as múltiplas relações entre a materialidade da vida social e os mundos simbólicos culturais. A real “virada crítica” nos estudos do turismo parece estar distante para Bianchi (2009, p. 493): “(...) estamos, na verdade, à esquerda com pouca ou nenhuma compreensão da relação entre os discursos e as diversas formas do desenvolvimento capitalista e da lógica do poder territorial

estatal na qual o turismo constitui uma parte fundamental”. Podemos concluir que Bianchi vai ao mesmo sentido de Santos Filho, os (neo) estruturalistas afastam-se do concreto.

O caminho percorrido até o momento foi permeado por muitas preocupações, inquietações, desde a influência das “visões de mundo” sobre as idéias científicas e o seu inverso, da concepção marxiana de ideologia estar atrelada as relações sociais de produção até os limites da pretensa objetividade científica. Resgata-se como Marx e Engels realizaram a crítica sistemática as diversas interpretações de mundo, dos pensadores gregos aos capitalistas no intuito de observar e relacionar como a ciência contemporânea analisa o fenômeno do turismo.

De todas as preocupações e inquietações levantadas a única certeza que se carrega é que, assim como Mario Benedetti<sup>3</sup> sou um caso perdido e literalmente não tenho cura. De forma subjetiva, parcial e não neutra acolho o materialismo histórico dialético para analisar o fenômeno do turismo por compreender que é o único método que reconhece a ideologia como produto de relações sociais determinadas, apresenta-a como limite, mas não a afasta como o Barão de Munchhausen, não vincula o método das ciências naturais ao das ciências sociais e, especialmente, nega a rigidez da metafísica.

---

<sup>3</sup> Benedetti, Mario. *Sou um caso perdido*. Disponível em <<https://eupassarin.wordpress.com/2012/02/05/sou-um-caso-perdido>> Acesso em: 28 Abr. 2016. *Sou um caso perdido* (...) Por fim um crítico sagaz revelou/ (eu já sabia que iam descobrir)/ que nos meus contos sou parcial/ e tangencialmente apela/ que assuma a neutralidade/ como qualquer intelectual que se respeite/ creio que tem razão/ sou parcial/ disto não tem dúvida/ mais ainda eu diria que um parcial irrecuperável/ caso perdido enfim/ já que por mais esforço que faça/ nunca poderei chegar a ser neutro/ em vários países deste continente/ especialistas destacados/ fizeram o possível e o impossível/ para curar-me da parcialidade/ por exemplo na biblioteca nacional do meu país/ ordenaram o expurgo parcial/ dos meus livros parciais/ na Argentina me deram quarenta e oito horas/ (e senão me matavam) para que me fosse/ com minha parcialidade nos ombros/ por último no peru isolaram minha parcialidade/ e a mim me deportaram/ de ter sido neutro/ não teria necessitado/ essas terapias intensivas/ porém que se vai fazer/ sou parcial/ incuravelmente parcial/ e mesmo que possa soar um pouco estranho/ totalmente/ parcial (...) já sei/ isso significa que não poderia aspirar/ a tantíssimas honras e reputações/ e preces e dignidades/ que o mundo reserva para os intelectuais/ que se respeitam/ quer dizer para os neutros/ com um agravante/ como cada vez existem menos neutros/ as distinções se dividem/ entre pouquíssimos (...) além disso e a partir/ das minhas confesas limitações/ devo reconhecer que a esses poucos neutros/ tenho certa admiração/ ou melhor lhes reservo certo assombro/ já que na realidade é necessário uma têmpera de aço/ para se manter neutro diante de episódios como/ girón/ tlattelolco/ trelew/ pando/ la moneda (...) é claro que a gente/ e talvez seja isto o que o crítico queria me dizer/ poderia ser parcial na vida privada/ e neutro nas belas-lettras/ digamos indignar-se contra Pinochet/ durante a insônia/ e escrever contos diurnos/ sobre a Atlântida (...) não é má ideia/ e lógico/ tem a vantagem/ de que por um lado/ a gente tem conflitos de consciência/ e isso sempre representa/ um bom nutrimento para a arte/ e por outro não deixa flancos para que o fustigue/ a imprensa burguesa e/ou o neutro (...) não é má ideia/ mas/ já me vejo descobrindo ou imaginando/ no continente submerso/ a existência de oprimidos e opressores/ parciais e neutros/ torturados e verdugos/ ou seja a mesma confusão/ cuba sim ianques não/ dos continentes não submergidos (...) de modo que/ como parece que não tenho remédio/ e estou definitivamente perdido/ para a frutífera neutralidade/ o mais provável é que continue escrevendo/ contos não neutros/ e poemas e ensaios e canções e novelas não neutras/ mas aviso que será assim/ mesmo que não tratem de torturas e prisões/ ou outros tópicos que ao que parece/ tornam-se insuportáveis para os neutros (...) será assim mesmo que tratem de borboletas e nuvens/ e duendes e peixinhos.

## 1.2. A categoria Turismo

A construção proposta aproxima-se da originalidade dialética da “Construção<sup>4</sup>” de Chico Buarque. Todavia, ao contrário do trabalhador que morre “atrapalhando o tráfego”, propõe-se viver cientificamente “atrapalhando o tráfego, o público e o sábado”, ou seja, o idealismo, a metafísica e o (neo) positivismo em todas as suas manifestações, inclusive pós-modernas. Acredita-se que apesar deles “amanhã há de ser outro dia”.

Parte-se do pressuposto que todo conhecimento constrói-se “de tijolo em tijolo” um edifício sólido com paredes mágicas, mas é no movimento (dialética) que cai no chão feito um “pacote flácido”. Com uma composição única “Dialética do concreto” convida-se o maestro Karel Kosik para reger a sinfonia da construção do conhecimento dialético.

Na obra “Dialética do concreto”, Kosik (1969) analisa o materialismo histórico dialético de Marx e expõe que vivemos no mundo da pseudoconcreticidade<sup>5</sup> no qual não é possível apreender a “coisa em si<sup>6</sup>” imediatamente sendo necessário realizar um “détour<sup>7</sup>” (desvio) para alcançá-la. E direciona que para a compreensão da “coisa em si”, da estrutura da coisa é necessário realizar uma cisão, decomposição do todo<sup>8</sup>. Segundo Kosik:

O conhecimento se realiza como separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial, já que só através dessa separação, se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa. Nesse processo, o secundário não é deixado de lado como irreal ou menos real, mas revela seu caráter fenomênico ou secundário mediante a demonstração de sua verdade na essência da coisa. Esta decomposição do todo, que é elemento constitutivo do conhecimento filosófico – com efeito, *sem decomposição não há conhecimento* – demonstra uma estrutura análoga

<sup>4</sup> A música “Construção” é de autoria de Chico Buarque de Holanda datada de 1971. Nela a relação Capital x Trabalho é exposta de forma dialética.

<sup>5</sup> Para Kosik (1969, p.11) o mundo da pseudoconcreticidade é constituído pelo “complexo dos fenômenos que povoam o ambiente e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural ... é um claro-escuro de verdade e engano.

<sup>6</sup> Para Kosik (1969) a “coisa em si” constitui-se como elemento próprio que possui duplo sentido (fenômeno e essência). “O fenômeno indica a essência, e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo, e vive apenas graças a seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno”.

<sup>7</sup> Compreende-se que “détour” é o esforço conceitual (por meio da dialética) para compreender a “coisa em si”, tarefa precípua da filosofia segundo Kosik(1969).

<sup>8</sup> Segundo Kosik (1969, p. 14) “A característica precípua do conhecimento consiste na decomposição do todo. A dialética não atinge o pensamento de fora para dentro, nem de imediato, nem tampouco constitui uma de suas qualidades; o conhecimento é que é a própria dialética em uma de suas formas; o conhecimento é a decomposição do todo”.

à do agir humano: também a ação se baseia na decomposição do todo. (KOSIK, 1969, p. 14, grifo nosso)

Para captar a “coisa-em-si”, segundo Kosik (1969), não existe um caminho direto. Torna-se necessário decompor o todo para apreendê-la. É necessária a separação entre o fenômeno e a essência, o que é secundário do que é essencial. A decomposição do todo pela ciência tem a finalidade de expor o que é específico da coisa, ou seja, suas determinações. E é por meio da dialética que se deve percorrer o caminho.

*A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade. (KOSIK, 1969, p. 16, grifo nosso)*

Kosik (1969) mostra a necessidade de se desconstruir o mundo da pseudoconcreticidade para apreender a realidade, para conhecer de forma adequada a realidade. Para o autor o pensamento que quer apreender a realidade não deve: se deter a esquemas abstratos da realidade, desconsiderar as representações igualmente abstratas e sua aparente independência.

*O pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de destruir a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia. O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real; por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno, a essência. (KOSIK, 1969, p. 16, grifo nosso)*

A destruição do mundo da pseudoconcreticidade não nega seu caráter existencial e objetivo, mas aniquila sua suposta independência do mundo dos contatos imediatos. A concreticidade onde a realidade social se efetiva une dialeticamente o objeto com o sujeito através do processo de criação da realidade concreta e a visão da realidade concreta.

De acordo com Kosik (1969) a ideia de totalidade compreende a realidade em suas leis internas e descobre sob a superficialidade e causalidade dos fenômenos as relações internas do objeto de estudo. Na concepção do autor a realidade como totalidade concreta é um todo estruturado em desenvolvimento, é um todo estruturado em suas relações internas no qual qualquer fato ou classes de fatos pode ser compreendido racionalmente.

Contudo, Kosik (1969) alerta que reunir todos os fatos (partes) não significa conhecer a realidade e todos os fatos juntos não constituem a totalidade. Os fatos são conhecimentos da realidade se são compreendidos como fatos de um todo interiormente relacionado. A totalidade concreta para o autor não é um método para captar e descrever todos os aspectos, propriedades, relações e processos da realidade, mas a teoria da realidade como totalidade concreta. Ela distancia-se da totalidade sistêmica que privilegia o todo sobre as partes, pois a concepção da totalidade significa que as partes estão em interação e conexão internas com o todo e o todo com as partes. O todo não é somente um conjunto de relações, fatos e processos, mas também sua criação, sua estrutura e origem.

O concreto é mediado pelo abstrato como meio que parte do sensível para o racional com auxílio da dialética na superação da “abstratividade” e produz através da dialética do concreto a realidade em sua totalidade concreta. O todo possível reflete o conceito ou definição se fundam na construção do pensamento onde a realidade tem “veracidade e integridade” que surgem no decorrer do processo dialético. Para Marx que retoma o concreto para explicar a realidade “não é descobrir os nexos que constituem a realidade”, mas ajudar esta a se construir.

O fundamento da ideia de que a realidade não é dada de forma imediata. Por ser complexa ela “não se dá a conhecer” numa investigação empírica convencional. Ela é fundamental no mapeamento e nos registros de tudo que está em nível de aparência do fantástico que indiscutivelmente é real. Faz parte da realidade, mas não é a realidade.

A aparência é composta de uma dimensão real do real. Marx propõe além da visão epistemológica dialética a visão crítica do real, pois a análise dialética é fundada na análise crítica. Não se conhece a realidade social sem a “reflexão demorada, reiterada e obstinada”.

A categoria é o resultado de uma “reflexão obstinada” que busca o real de forma reiterada. Pelo exposto a reflexão dialética demanda esforços, mas ao mesmo tempo fascinantes caminhos são percorridos pela reflexão que incorpora os elementos registrados e os que vão sendo descobertos. Um trabalho de reflexão complexo desvenda o real do modo capitalista de produção, dimensões, significados e tendências. “Todo pensamento de Marx está posto na perspectiva crítica, isto é crítica no sentido de que a realidade social não é aceita como ela é dada, ela é questionada, interrogada de modo impiedoso”. (KOSIK, 1969)

A “coisa em si” agora é tomada como categoria por Ianni (2011, p. 401-02) que se questiona: “O que me custa conhecer a textura interna do real. Que é a maneira pela qual o real se constitui. Explica Ianni (2011):

A categoria se constrói, *as categorias se constroem pela reflexão* que, ao mesmo tempo em que vai articulando as relações, os processos das estruturas que constituem seu objeto, essa reflexão confere ao objeto uma nova realidade: entra na constituição do objeto. (IANNI, 2011, p. 404, grifo nosso).

Segundo Ianni (2011) é na obra “Introdução à Crítica da Economia Política” que Marx vai esclarecer o que é categoria. Para Marx (2008) o método da Economia Política deveria partir primeiro do concreto, do real, no entanto esse concreto se bem analisado seria falso. Portanto Marx (2008) faz a seguinte reflexão:

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 2008, p.258-59)

Explica Iasi (2001) que Marx analisa a relação entre o concreto e o pensamento para além de uma visão mecânica do materialismo vulgar, que conferia a relação simples da matéria como fundamento para o pensamento como reprodução dessa matéria, conclui Iasi (2001):

(...) na dialética entre concreto e pensamento existe uma determinação do concreto. (...) Neste sentido aquele concreto imediato, aparente, é uma abstração, “uma representação caótica do todo”. Apesar de ser verdadeiro ponto de partida, ele aparece no pensamento como síntese, como resultado. Ele é apropriado pelo pensamento através de uma análise num método que é assim descrito como o de “*eleva do abstrato ao concreto*”. Assim, todo o processo transcorre no campo da abstração, da lógica, o que levaria a ilusão hegeliana do pensamento produzir-se a si mesmo. *Existe assim uma nítida diferenciação entre dois processos interligados, porém distintos: o do conhecimento e o da gênese do concreto.* (IASI, 2001, p. 55, grifo nosso).

O ponto de partida para Kosik (1969) na análise materialista dialética é a permanência da mesma identidade durante todo o processo que garante que o pensamento não sofra desvios. O movimento em espiral chega a resultados desconhecidos no ponto de partida, chega-se ao conteúdo diferente do que foi concebido inicialmente. O ponto de partida, portanto:

(...) *deve ser formalmente idêntico ao resultado. Este ponto de partida deve manter a identidade durante todo o curso do raciocínio visto que ele constitui a única garantia de que o pensamento não se perderá no seu*

*caminho. Mas o sentido do exame está no fato de que no seu movimento em espiral ele chega a um resultado que não era conhecido no ponto de partida e que, portanto, dada a identidade formal do ponto de partida e do resultado, o pensamento, ao concluir o seu movimento, chega ao diverso – pelo seu conteúdo – daquilo que se tinha partido.* (KOSIK, 1969, p. 29, grifo nosso)

Ou seja, para Kosik (1969) parte-se de uma totalidade caótica mediante um processo de crescente abstração até chegar a uma determinação conceitual desta mesma totalidade.

Da vital, caótica, imediata representação do todo, o pensamento chega aos conceitos, às abstratas determinações conceituais, mediante cuja formação se opera o retorno ao ponto de partida; desta vez, porém, não mais como ao vivo, mas incompreendido todo da percepção imediata, mas ao conceito do todo ricamente articulado e compreendido. O caminho entre a “caótica representação do todo” e a “rica totalidade da multiplicidade das determinações e das relações” coincide com a compreensão da realidade. O todo não é imediatamente cognoscível para o homem, embora lhe seja dado imediatamente em forma sensível, isto é, na representação, na opinião e na experiência. Portanto, o todo é imediatamente acessível ao homem, mas é um todo caótico e obscuro. Para que possa conhecer e compreender este todo, possa torna-lo claro e explica-lo, o homem tem de fazer um *détour*: o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte. (KOSIK, 1969, p. 29-30)

Pode-se inferir então que o movimento do materialismo histórico dialético (método) parte do todo (totalidade caótica), sofre um processo de cisão tornando-se parte por meio do “desvio” dialético e finalmente volta a constituir-se como todo (totalidade concreta).

Kosik (1969) expõe que o método materialista do conhecimento de Marx constitui-se do método da investigação e do método da exposição. O método da investigação inclui três elementos:

- 1) minuciosa apropriação da matéria, pleno domínio do material, nele incluídos todos os detalhes históricos aplicáveis, disponíveis; 2) análise de cada forma de desenvolvimento do próprio material; 3) investigação da coerência interna, isto é, determinação da unidade das várias formas de desenvolvimento. (KOSIK, 1969. P.31)

E o método da exposição faz o fenômeno racional e compreensível, tendo como ponto de partida o germe da estrutura de toda obra, ou seja, todas as determinações e contradições da matéria. Expõe Kosik (1969):

Aquilo de onde a ciência inicia a própria exposição já é *resultado* de uma investigação e de uma apropriação crítico-científica da matéria. O início da exposição já é um início *mediato*, que contém em embrião a estrutura de toda a obra. (KOSIK, 1969, p. 31, grifo nosso)

O objetivo do método da exposição não é mostrar o desenvolvimento evolutivo, mas expor a manifestação e complicação das contradições e o desenvolvimento da coisa por meio delas. Apresentar o desenvolvimento da coisa como transformação necessária do abstrato ao concreto.

Se para Marx (2008) “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso”, para Kosik a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem, e para Ianni (2011) a “categoria apanha o concreto e recria o concreto” Nos questionamos: Quais são as determinações que constituem a “coisa-turismo”? Como apreendê-la? Como construir a categoria Turismo?

Tem-se clareza que não será possível, assim como Marx o fez, construir uma categoria em sua total concretude<sup>9</sup>. No entanto, pretende-se nesse trabalho apresentar (ou melhor, arriscar) as determinações centrais da categoria Turismo no momento histórico definido. Sabe-se também das dificuldades de realizar uma análise na dimensão dialética em uma sociedade que possui como elemento constitutivo em sua base científica o “saber” metafísico.

Contudo, assim como Ianni (2011), não se abandonará essa dimensão. Tem-se consciência dos riscos, mas reiteramos o “compromisso do pensamento com o pensado”, pois segundo Ianni (2011) é por esse compromisso que chegamos à construção da categoria.

Acredita-se que o turismo, assim como outra categoria marxiana, apresenta distintas relações e características em cada modo de produção. Neste sentido coaduno com Newton Cunha (1987) para apreender a categoria turismo é necessário estabelecer alguns critérios para sua compreensão (1) identificação do modo como o homem produz sua existência; (2) identificação do grau de desenvolvimento das forças produtivas<sup>10</sup> (3) identificação do grau de

---

<sup>9</sup> Nosso objetivo nesta pesquisa não é a categoria turismo (a síntese de múltiplas determinações), mas analisar um de seus elementos (uma determinação), que é a determinação mercadoria. Diversas são as razões para essa problemática, mas duas são fundamentais: o tempo necessário e a forma burguesa de fazer ciência. Segundo BRAVERMAN “A revolução técnico-científica [...] não pode ser compreendida em termos de inovações específicas – como no caso da Revolução Industrial que pode ser corretamente caracterizada por um punhado de invenções básicas –, mas deve ser compreendida mais em sua totalidade como um modo de produção no qual a ciência e investigações exaustivas da engenharia foram integradas como parte de um funcionamento normal. *A inovação chave não deve ser encontrada na Química, na Eletrônica, na maquinaria automática, na aeronáutica, na Física Nuclear, ou em qualquer dos produtos dessas tecnologias científicas, mas antes na transformação da própria ciência em capital*” (BRAVERMAN, Harry, 1987, p. 146, grifo nosso).

<sup>10</sup> Segundo Korsch (1961) a concepção marxiana “Força produtiva não é senão a capacidade de trabalhar real dos homens vivos: a capacidade de produzir por meio do seu trabalho e com a utilização de determinados meios materiais de produção e numa forma de cooperação determinada por eles, os meios materiais para a satisfação das necessidades sociais da vida, o que quer dizer em condições capitalistas, a capacidade de produzir mercadorias”. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/korsch/ano/mes/conceito.htm> >. Acesso em 16 Jan. 2015.

desenvolvimento das relações de produção, ou da divisão social do trabalho; (4) identificação do grau de desenvolvimento da luta de classes.

Entende-se, portanto, que o turismo no modo de produção capitalista é resultado do desenvolvimento das forças produtivas<sup>11</sup>, do desenvolvimento das relações de produção e do grau de organização dos trabalhadores na luta de classes. O turismo como resultado do desenvolvimento das forças produtivas também é apresentado por Osório Garcia (2003):

No entanto, é o modo de produção capitalista que muda os motivos da viagem, ao se modificar a sociedade e suas formas de organização. (...) *o turismo é um fenômeno que surge como resultado do desenvolvimento das forças produtivas.* (...) e o trabalho é umas das principais categorias de análise que explicam a transformação social. (OSÓRIO GARCIA, 2003, p. 54, grifo nosso, tradução nossa)

Neste sentido, não entraremos no debate da academia que tenta desmitificar a origem do turismo<sup>12</sup>. Osório Garcia (2003) realiza uma descrição do proceder, através do materialismo histórico dialético, para a construção do objeto social, em específico do objeto de estudo do turismo. Compreende que o materialismo histórico dialético analisa a realidade social como um processo histórico onde as relações de produção estão sujeitas a evolução permanente das forças produtivas, assim como as categorias abstratas adquirem um valor concreto em virtude de circunstâncias históricas particulares.

A constante mudança da realidade social, produto da interação das classes implica em uma interação de forças que entram em contradição até alcançar um novo estado de desenvolvimento. Este processo fica expressado no método dialético que permite ir da realidade sensível imediata até as generalidades abstratas mediante uma análise crítica que identifica as contradições geradas em seu devir, obtendo assim a conexão entre o concreto e o abstrato em um movimento constante. *O movimento dialético constitui a essência do método cujos três grandes momentos se identificam como: a tese (a percepção do concreto), a antítese (a negação de sua essência: a contradição) e a síntese (a concreção de um maior nível de abstração dado pela solução de suas contradições)*<sup>13</sup>. (OSÓRIO GARCIA, 2003, p. 52, grifo nosso, tradução nossa)

---

<sup>11</sup> Para Marx o desenvolvimento das forças produtivas é resultado do intercâmbio material homem-natureza, que envolve a modificação da natureza e a modificação do próprio homem. (MARX, 1980).

<sup>12</sup> Com a intenção de se opor as leituras positivistas do turismo Santos Filho (2005) no artigo “Espelho da História: o fenômeno turístico no percurso da humanidade” rejeita o pressuposto positivista que o turismo tem início a partir da Revolução Industrial com o surgimento do capitalismo. Para Santos Filhos (2005, p.17) “A leitura do turismo feita pelo Materialismo histórico e dialético permite entender o objeto em sua totalidade e considera que o mesmo se constitui em uma atividade que surge anteriormente ao capitalismo. (...) é extremamente equivocado afirmar que o turismo começa com o capitalismo, pois ele é produto de um processo histórico que sinaliza a sua presença desde o aparecimento do homem. Obviamente que sua efetivação conceitual também decorre do mesmo processo, termos como ritos, preguiça, ócio, lazer e turismo vão surgindo com maior intensidade, conforme o estágio de desenvolvimento das relações de produção”.

<sup>13</sup> Nesse trecho é possível perceber o caráter estruturalista da interpretação de Osório Garcia do método marxiano.

Então se questiona “Como se constroem objetos de estudo a partir do materialismo histórico dialético?”. Osório Garcia (2003) entende que *essa construção se inicia pela análise da utilidade das coisas*, assim como Marx fez com a mercadoria na obra *O Capital* e descreve:

Marx inicia este processo na obra *O Capital* (1964), descrevendo a utilidade das coisas, ou seja, descrevendo o valor de uso dos objetos. *Todo objeto útil se analisa atendendo o nível de satisfação que proporciona as necessidades sociais em termos quantitativos e qualitativos, dependendo das modalidades históricas de uso. Esta valorização é a que captam os sentidos como reflexo da realidade imediata.* (...) Quando Marx distingue que os valores de uso contem a riqueza material da sociedade e que seu consumo envolve a consideração de um valor de troca, descobre que os valores de uso são produtos do trabalho e nele reside sua transformação como mercadoria. Com esta análise alcança um primeiro nível de abstração ao passar do objeto concreto como valor de uso ao objeto concreto como valor de troca. Distinguiu a essência da realidade em uma materialidade concreta e demarcou uma primeira categoria geral: o trabalho. (OSÓRIO GARCIA, 2003, p. 52, grifo nosso).

No entanto, essa interpretação de Osório Garcia (2003) insere-se no que Kosik (1969) apresenta como uma leitura problemática da obra de Marx o desvio da dialética (a essência do método). Expõe Kosik (1969):

Uma considerável parte das exposições de “*O Capital*” violou a norma fundamental de interpretação (...) a interpretação não pode dividir o texto em uma parte que é explicável à base de um certo princípio, e em outra parte que fica por fora da interpretação e que por conseguinte, do ponto de vista daquele princípio, é opaca e destituída de significado. Como muitas exposições de “*o Capital*” não sabiam como proceder nos “trechos filosóficos”; como consideravam uma grandeza supérflua a problemática filosófica de “*O Capital*”; ou como simplesmente não a percebiam (...) a violação da norma fundamental da interpretação transformou-se no principal obstáculo que tornou absolutamente impossível compreender a *natureza* do texto. (KOSIK, 1969, p. 143)

Como já fora exposto não é pela “análise da utilidade das coisas” que a categoria se constrói, mas pela análise do fenômeno e da essência da “coisa em si”, e ou pela desmistificação de suas múltiplas determinações. E como nosso propósito não é expor a categoria em sua totalidade devido às justificativas já expostas apresentaremos as determinações centrais que a compõe.

Parte-se da compreensão que a categoria turismo no atual momento histórico constitui-se de três elementos determinantes: a propriedade, o trabalho e a mercadoria, que dialogam com a totalidade concreta.

Um dos elementos essenciais, que determinam a categoria turismo é a propriedade<sup>14</sup>, pois é sua matéria-prima<sup>15</sup> no processo produtivo. A intenção não é aprofundar esse elemento, mas mostrar que ele é determinante para a categoria.

O desenvolvimento do turismo apresenta características muito semelhantes ao processo de acumulação primitiva descrito por Marx em sua obra “O Capital”, neste sentido é útil resgatá-lo. Esse processo foi constituído por alguns rebentos, mas o essencial deles foi a dissociação do produtor de seus meios de produção como afirma Marx (1971):

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. *A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.* (MARX, 1971, p. 830, grifo nosso)

A acumulação primitiva cumpre, segundo Marx (1971), o mesmo papel que o “pecado original” quando Adão come a maçã e o pecado recai sobre toda a humanidade. O conto do “pecado original” na economia é desmitificado por Marx. E esse processo de separação do produtor de seus meios de produção não teve nada de bucólico.

*É sabido o grande papel desempenhado na verdadeira história pela conquista, pela escravidão, pela rapina e pelo assassinato, em suma, pela violência. Na suave economia política o idílio reina desde os primórdios. Desde o início da humanidade, o direito e o trabalho são os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se naturalmente o ano corrente. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva nada têm de idílicos.* (MARX, 1971, p. 829, grifo nosso)

O processo de apropriação e separação foi e segue sendo um dos mecanismos essenciais para o desenvolvimento do capitalismo e conseqüentemente do turismo, pois ele

---

<sup>14</sup> Aqui utilizamos o termo propriedade referente a tudo aquilo que se constitui como *meio de produção (meio de trabalho + objeto do trabalho)*. A propriedade pode ser pública ou privada desde que apropriada pelo processo (velho ou novo) de acumulação primitiva.

<sup>15</sup> Segundo Marx (1971) *matéria – prima* é objeto de trabalho já filtrado por meio de trabalho anterior. Para Marx (1971, p.203): “Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. Objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada por trabalho”.

não é segundo Bonefeld (2001) um mecanismo utilizado somente na etapa constitutiva do capitalismo, mas elemento fundamental do sistema.

*A acumulação primitiva então, não é só um período a partir do qual emergiram as relações sociais capitalistas. É melhor dizer que é o ato histórico constitutivo das relações sociais capitalistas como um todo. Como Marx pontuou esta separação ‘determina a concepção do capital’. A separação do trabalho referente às suas condições e a concentração dessas nas mãos de ‘não trabalhadores’ postula ao capital como uma forma perversa de uma prática social humana onde o processo de produção domina o homem, no lugar de ser controlado por ele. (BONEFELD, 2001, p. 7, grifo nosso)*

O processo de expropriação dos meios de produção dos produtores contou com um mecanismo eficiente “os cercamentos” dos bens comuns. Este processo da era primitiva do capitalismo permanece até a atualidade e se manifesta em diversas formas de acordo com suas particularidades, denominando-se de “novos cercamentos” como afirma Galafassi (2010):

*Estes processos, mais predominantes, mas não exclusivos nas áreas periféricas do sistema dominante e em boa medida correlacionados nas últimas décadas com o endividamento externo, os vem identificando precisamente como “novos cercamentos”. (GALAFASSI, 2010, p. 208, grifo nosso)*

Galafassi (2010) adverte então sobre a diferença substancial entre os velhos e novos cercamentos.

*Com referência aos primeiros constituíram-se conjuntamente com a criação – e eram o suporte inicial – da nova legalidade e legitimação da sociedade de mercado, enquanto que os atuais constroem-se a partir de uma legalidade já constituída que não muda em suas formas substanciais senão somente em suas variantes. Assim, enquanto nos primeiros cercamentos tratava-se de fundar a propriedade privada, na atualidade trata-se de expandir os espaços alcançados pela propriedade privada ou recuperar-se naqueles âmbitos nos quais havia cedido terreno. (GALAFASSI, 2010, p. 209, grifo nosso)*

E que esses cercamentos tanto os velhos como os novos não teriam ocorrido sem a contribuição do Estado como afirma Galafassi (2010).

Este processo de “cercamento” de terras de usufruto comum, por muito tempo tratado em uma extensa bibliografia, foi o arranque inicial nas regiões de origem da sociedade capitalista, a qual deve obviamente referendar esta expropriação construindo um novo marco de justificativas e legitimações da

nova situação, ou seja, construindo um marco jurídico e um centro de poder (Estado) capaz de aplicar-lo. (GALAFASSI, 2010, p. 207)

Bianchi (2009) expõe que o próprio Marx reconheceu o papel fundamental do Estado no desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra durante o período inicial de acumulação primitiva. E exemplifica como o turismo se utiliza do processo de acumulação primitiva do capitalismo, em sua nova fase, apoiado por ele.

Uma das ilustrações mais marcantes deste processo no contexto do turismo tem sido o deslocamento de populações costeiras e apropriações de terras no Sri Lanka para dar lugar a novos resorts de luxo, na esteira do tsunami de 2004. (...) a privatização de bens do Estado e instalações turísticas no Peru (Desforges 2000; Pluss e Hochuli 2005); a transferência de terras públicas em propriedade privada ao longo da orla histórica de Valletta (Boissevain e Theuma 1998); a apropriação de terras em nome dos desenvolvedores para o desenvolvimento do turismo de luxo (Levy e Scott-Clark 2008); subverter legislação protetora para facilitar o desenvolvimento turístico privatizado e urbanizações residenciais ao longo da costa e arquipélagos espanhóis (Bianchi 2004; Granda 2007). (BIANCHI, 2009, p.497)

A intenção aqui não é detalhar a categoria trabalho em Marx, mas apontar seus elementos constitutivos e analisá-lo enquanto elemento fundante da categoria turismo. Neste sentido, entende-se necessário retomar a concepção marxiana de trabalho e indicar seus elementos constitutivos (e seu movimento) no modo de produção capitalista.

A concepção ontológica do trabalho em Marx e Engels nos apresenta o trabalho como centralidade fundante do ser social. Como expõe Engels<sup>16</sup> (2004): “O trabalho é (...) a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.

É em DARWIN que Engels (2004) busca se ancorar para comprovar sua tese e apontar uma constatação significativa. A relação do homem com a natureza por meio do trabalho.

Resumindo: só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho. (ENGELS, 2004)

---

<sup>16</sup> Engels, F. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. 2004 Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>. Acesso em: 22 Jan. 2016.

Domínio no qual o homem faz parte da natureza compreende suas leis e conhece seus efeitos. Neste sentido, a oposição (homem x natureza) proposta pelo racionalismo (positivismo) é fortemente criticada por Engels:

E quanto mais isso seja uma realidade, mais os homens sentirão e compreenderão sua unidade com a natureza, e mais inconcebível será essa idéia absurda e antinatural da antítese entre o espírito e a matéria, o homem e a natureza, a alma e o corpo, idéia que começa a difundir-se pela Europa sobre a base da decadência da antigüidade clássica e que adquire seu máximo desenvolvimento no cristianismo. (ENGELS, 2004)

Desta forma, a concepção marxiana de trabalho não se limita a uma dimensão econômica<sup>17</sup> (como mera ocupação ou tarefa), mas apresenta-se como categoria fundante das relações sociais (da relação homem x natureza e relação homem x homem). Surge como atividade vital, pois é atividade de produção e reprodução da vida. E esta atividade vital, essencial nos homens, para Marx é o trabalho.

Segundo Marx (1980) é no e a partir do trabalho (no processo de trabalho) que os homens ascendem da natureza e transcendem seus limites naturais, produzindo-se humanamente<sup>18</sup>.

*Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 1980. 202, grifo nosso)*

---

<sup>17</sup> Uma importante observação se faz necessária, pois o campo majoritário do pensamento do lazer e do turismo no Brasil invoca a obra *O direito à preguiça* de Paul Lafargue para revelar a suposta adoração de MARX pelo trabalho. Como exemplo tem (CAMARGO, 1998, p. 31). “Tudo se passava de forma tão hipócrita que Paul Lafargue (1842-1911), genro do pensador alemão Karl Marx (1818- 1883), escreveu um manifesto chamado O direito à preguiça, em que ridicularizava os operários da indústria nascente, que trabalhavam 15 horas por dia e reivindicavam o direito ao trabalho, mesmo em tais condições. Para que, perguntava Lafargue, tanta preocupação com trabalho? O que se queria, com o trabalho, não era apenas o dinheiro para se divertir? Então, por que não reivindicar logo de cara o direito à mesma vida fútil dos patrões?” No entanto, LAFARGUE, ao contrário do que analisa o pensamento majoritário não se contrapõe ao pretensioso elogio ao trabalho de MARX, somente escreve um panfleto que se destinava a mobilizar a classe trabalhadora. Lafargue talvez incorra em um único erro no qual compreendia que a superação da condição de exploração tratava-se de uma simples questão de vontade coletiva. (Ver CHAUI, 1999).

<sup>18</sup> Compreende-se que o homem ao produzir e reproduzir (objetos de sua necessidade) produz-se a si de forma geral (enquanto sociedade) e individual (enquanto indivíduo).

Para Marx o trabalho é a categoria medular de distinção entre os homens e os animais. Neste sentido, pressupõe que o trabalho pertence exclusivamente ao homem e expõe sua peculiaridade<sup>19</sup>:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. *Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade.* No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (MARX, 1980, p. 202, grifo nosso)

O processo de trabalho, segundo Marx (1980) constitui-se dos seguintes elementos: trabalho<sup>20</sup> (atividade humana orientada a um fim), objeto<sup>21</sup> e meios<sup>22</sup>.

Marx (1980) chama atenção para a importância dos meios de trabalho para a compreensão das formações econômicas e de sua conseqüente particularidade produzida nas sociabilidades correspondentes.

Não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas. Os meios de trabalho não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humana, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha. (MARX, 1980, p. 204)

Assim, para Marx (1980) os meios de trabalho, ao manifestarem o grau de desenvolvimento das forças produtivas (condições sociais em que se trabalha), manifestam também o grau de desenvolvimento das capacidades humanas.

Na sociabilidade capitalista, o modo de produzir baseado na relação contraditória capital (proprietários dos meios de produção) e trabalho (proprietários da força de trabalho)

---

<sup>19</sup> Para Marx (1980) o homem ao trabalhar pensa antes de realizá-lo diferente dos animais que o fazem de forma inconsciente. E em relação com a natureza o homem a domina para servir-lhe enquanto o animal a modifica involuntariamente, de maneira acidental.

<sup>20</sup> O *trabalho (atividade orientada a um fim)* que o homem realiza no processo de trabalho converte o objeto de trabalho em produto. Ou seja, o processo termina no produto. Conclui Marx: “Observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo”. (MARX, 1980, p. 205, grifo nosso)

<sup>21</sup> O *objeto* enquanto elemento do processo é identificado por Marx (1980) como: “Todas as coisas, que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho, fornecidos pela natureza. (...) Se o objeto de trabalho é, por assim dizer, filtrado através de trabalho anterior, chamamo-lo de matéria-prima. (MARX, 1980, p. 203)

<sup>22</sup> O *meio de trabalho* (ou instrumentos de trabalho) como: (...) uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto. (...) A coisa de que o trabalhador se apossa imediatamente (...) não é objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. (...) A terra, seu celeiro primitivo, é também seu arsenal primitivo de meios de trabalho. Fornece-lhe, por exemplo, a pedra que lança e lhe serve para moer, pensar, cortar, etc”. (MARX, 1980, p. 203)

manifesta uma dada forma de ser (existência) do homem. O modo de produção capitalista transforma trabalho social (concreto) em trabalho assalariado (abstrato).

*Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso (...). Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles incorporados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem uma das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. (MARX, 1980, p. 45-54, grifo nosso)*

Desta forma, tem-se na sociabilidade capitalista o trabalho como meio de subsistência o que antes (outras formas de sociabilidade) se tinha como finalidade humana.

Na atual sociabilidade capitalista compreende-se o fenômeno turismo como resultado do desenvolvimento das forças produtivas e para analisá-lo partiu-se de uma abstração no qual os elementos determinantes que compõem a categoria turismo são: a propriedade, o trabalho e a mercadoria. No entanto, o limite imposto pelos senhores do tempo inviabiliza uma análise profunda de todas elas. Desta maneira, elegeu-se a determinação mercadoria (por compreendê-la como célula do organismo capital) para dar início a construção do saber dialético.

Para compreender o fenômeno do turismo deve-se percorrer um caminho desafiador, no qual as partes (determinações) direcionam-se para o todo (turismo) e o todo para as partes em um movimento dialético, no qual as contradições são expostas. Esse será o intento no que se refere a análise do turismo de base comunitária desenvolvido pela Fundação Codespa na comunidade Challapampa na Bolívia através da categoria mercadoria.

Segundo Marx o concreto deve partir do concreto aparente e do concreto pensado. Contudo, o nosso ponto de partida, por questões metodológicas, será o concreto pensado da totalidade concreta capitalista, pois se entende que sem a apropriação teórica (o concreto pensado) não será possível analisar o movimento dialético do fenômeno turismo.

### 1.3. Contexto histórico

Com os alemães, que não apresentam qualquer premissa, devemos começar pela *premissa básica de toda a existência humana, e, portanto de toda a história, ou seja, a de que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”*. Mas para viver, é preciso antes de tudo beber, comer, uma habitação, roupas, e ainda outras coisas.

*A primeira realidade histórica é, portanto, a produção da própria vida material, e isso constitui, na realidade, um fato histórico, uma condição fundamental de toda história e que devemos, hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter vivos os homens.* (MARX e ENGELS, 1965, p. 23, grifo nosso).

Inicia-se a contextualização histórica a partir do pressuposto de Marx e Engels (1965) onde para que possa existir uma história humana “os homens estejam vivos” com corpos complexos, condicionados a se relacionar com a natureza. E o primeiro ato histórico é que produzam os seus meios de existência a partir dos meios naturais. Neste sentido os autores partem de bases reais, constatáveis na realidade objetiva.

*Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se desejar. Os próprios homens começam a se distinguir dos animais a partir do momento em que começam a produzir seus meios de existência, passo à frente que foi consequência mesma de sua organização física. Ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material. O modo pelo qual os homens produzem seus meios de existência depende principalmente da natureza de tais meios, já existentes, e cuja reprodução se faz necessária. Não devemos considerar esse modo de produção exclusivamente sob tal ponto de vista, ou seja, considerá-lo como a reprodução da existência física dos indivíduos, mas sim como representando, já, uma forma determinada da atividade dessas pessoas, uma forma precisa de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. O modo pelo qual as pessoas manifestam sua vida reflete muito exatamente o que elas são. Tal modo de ser coincide, portanto com sua produção, tanto com o que produzem como com o modo pelo qual produzem. O que as pessoas são depende, portanto, das condições materiais de sua produção. Essa produção não surge senão com o aumento da população. Ela mesma pressupõe, de sua parte, relações das pessoas entre si. A forma dessas relações é, por sua vez, condicionada pela produção.* (MARX e ENGELS, 1965, p. 15, grifo nosso).

Entende-se que o pensamento, de Marx e Engels, constrói-se a partir do princípio que a produção da existência é anterior ao pensamento, determinando (ser causa de) assim a análise que fazem do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Segundo Osório Garcia (2003) a leitura marxista do turismo (nos estudos do turismo) centrou sua atenção no tempo livre, especificamente nas teorias do lazer relacionando com a categoria trabalho, consumo e indústria cultural evidenciando seu caráter alienante e colonizador (relação centro-periferia). Entende-se que todas essas análises de certa forma contribuíram com o pensamento marxista sobre o fenômeno turismo, mas não conseguiram compreendê-lo sua totalidade. Depreendeu-se neste sentido a necessidade de constituir o turismo enquanto categoria (ou coisa em si) para captar seu movimento dentro do modo de produção capitalista.

Para apreender a categoria turismo estabeleceram-se alguns critérios para sua compreensão (1) detectar o modo como o homem produz e reproduz sua vida; (2) analisar o grau de desenvolvimento das forças produtivas (3); observar o grau de desenvolvimento das relações de produção, ou da divisão social do trabalho; e (4) analisar do grau de desenvolvimento da luta de classes.

O modo como o homem produz sua existência, ou a categoria modo de produção é o ponto do qual se parte para compreender a totalidade das relações contraditórias e dialéticas nas quais o trabalho se dá de forma alienada; nas quais o gozo do tempo livre (para o turismo) ora aparece aprisionado (pelo controle ideológico da burguesia) ora como esperança de ruptura (intensificação das contradições reveladas pelas condições de miserabilidade na qual vivem os homens no modo de produção capitalista).

A produção da vida material não acontece de forma isolada, pois os homens produzem-se e se reproduzem socialmente renovando os meios necessários à sua existência estabelecendo assim relações com a natureza e com outros homens. O modo de produção está permanentemente ligado a um modo de cooperação<sup>23</sup> que se compõem enquanto força produtiva determinando seu estado social. Esta tese aparece no Prefácio à crítica da economia política, quando Marx diz:

O primeiro trabalho que empreendi para resolver as dúvidas que me assaltavam foi uma revisão crítica da Filosofia do Direito, de Hegel, trabalho cuja introdução apareceu nos Anais franco alemães, publicados em Paris em

---

<sup>23</sup> Marx e Engels na obra Ideologia Alemã compreendem modo de cooperação como uma força produtiva “A produção da vida, seja da nossa própria vida pelo trabalho, ou da vida de outros pela procriação, aparece agora como uma dupla relação: de um lado como uma relação natural, de outro como uma relação social – no sentido de ação conjugada de vários indivíduos, pouco importando em que condições, de que modo e com que objetivo. Segue-se que um modo de produção ou um estágio industrial definidos, e que *esse modo de cooperação ou a um estágio social definidos, e que esse modo de cooperação é, em si mesmo, uma “força produtiva”*. Segue-se igualmente que a massa das forças produtivas acessíveis aos homens determina o estado social e, em consequência, que devemos estudar e desenvolver se cessar a “história dos homens” em conexão com a história da indústria e das trocas”. (Marx e Engels, 1965, p.25).

1844. *Minhas investigações me conduziram ao seguinte resultado: as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de "sociedade civil". Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. Eu havia começado o estudo desta última em Paris, e o continuara em Bruxelas, onde eu me havia estabelecido em consequência de uma sentença de expulsão ditada pelo sr. Guizot contra mim. O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de guia para meus estudos, pode ser formulado, resumidamente, assim: na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção - que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais - e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim. Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. E preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. (MARX, 2008, p. 46-48, grifo nosso)*

Segundo Marx (2008) o modo de produzir a existência (modo de produção) constitui-se de uma *superestrutura* (jurídica, política e consciência social) e de uma (base concreta) *estrutura* na qual os homens estabelecem certas *relações sociais de produção* para a produção da vida e estas relações correspondem a certo grau de desenvolvimento das *forças produtivas*. No entanto, em certo grau de desenvolvimento as forças produtivas entram em contradição com as relações sociais gerando um *entrave* às forças produtivas surgindo assim um tempo de *revolução social*.

No processo de produção da existência no qual se consolida a apropriação privada dos meios de produção localiza-se o turismo entre as forças produtivas que conforme se desenvolvem conflitam com as relações sociais de produção. As forças produtivas e as correspondentes relações de produção geridas pelo trabalho explicam a forma do trabalho e do tempo livre em cada momento histórico.

Pouco importa, de resto, o que a consciência empreende isoladamente; todo esse palavreado significa apenas que esses três momentos, a força produtora, o estado social e a consciência, podem e devem entrar em conflito entre si, pois, pela divisão do trabalho, torna-se possível, melhor ainda, torna-se realidade a partilha da atividade intelectual e material, do prazer e o trabalho, a produção e o consumo, por pessoas diferentes; portanto, a possibilidade de que esses momentos não entrem em conflito reside unicamente numa nova abolição da divisão do trabalho. (MARX e ENGELS, 1965, p. 28, grifo nosso).

Sob estes princípios propostos por Marx e Engels, busca-se apreender o movimento do real e material, dialético e contraditório que leva à produção e reprodução do fenômeno turismo no seio do modo capitalista de produção. Concretamente, propõe-se delinear as características gerais do modo de produção a partir de sua crise estrutural percorrendo o processo de reestruturação produtiva até a sua fase de mundialização. Procura-se localizar no próprio desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção o fenômeno turismo<sup>24</sup>.

As obras de Marx e Engels são a raiz teórica que nos permite interpretar o capitalismo como um modo de produção histórico e de caráter transitório, oferecendo uma

---

<sup>24</sup> Em cada um destes processos, o homem despende um tempo de trabalho necessário à produção, inversamente proporcional ao grau de desenvolvimento da força produtiva utilizada. Em outras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas diminui o tempo necessário ao processo de arar a terra. No entanto, apesar de este tempo necessário ser menor, são as relações de produção que vão determinar o gozo – o usufruto – deste tempo livre gerado com o avanço das forças produtivas (CUNHA, 1987, p. 12).

rigorosa descrição de sua origem, desenvolvimento e características no século XIX. Obras subseqüentes vêm garantindo a continuidade desta raiz teórica, mas agora em uma fase mais desenvolvida do modo de produção capitalista com ênfase em *Teoria Marxista das Crises* (SOUZA, 1992); *Para além do capital rumo a uma teoria da transição* (MÉSZÁROS, 2002); *A Mundialização do Capital* (CHESNAI, 1994) e *Trabalho e Mundialização do Capital* (ALVES, 1999).

Marx (2008) ao sintetizar a concepção materialista e dialética da história expõe a origem da crise no modo capitalista de produção:

*Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves.* (MARX, 2008, p. 47, grifo nosso).

Segundo Nilson Araújo Souza (1992) o objeto de O Capital de Marx tinha como problema último descobrir a *lei econômica* que preside o modo capitalista de produção e é nesta descoberta que está a compreensão do processo de acumulação e a crise da economia capitalista. As crises no modo capitalista de produção originam-se do conflito entre as forças produtivas e as relações de produção como expõe Souza (1992, p. 12): “E a fundamentá-la está à concepção de Marx acerca da unidade contraditória entre relações de produção e forças produtivas. Do seu conflito, do rompimento de sua unidade, nascem às crises”.

Historicamente a carência que subsistia em modos de produção anteriores, é superada no modo capitalista de produção. Assim, o mercado (das relações mercantis de produção) não funciona mais como uma mediação adequada para desenvolver as forças produtivas (porque a oferta agora é menor do que a procura<sup>25</sup>). Desloca-se de um longo período histórico no qual a mediação do mercado era fundamental para desenvolver as forças produtivas para um longo momento histórico (séc XIX) no qual a produção (voltada para o mercado) passa a ser travada por crises sucessivas.

No século XIX, mais especificamente entre 1830 e a crise de 1870, Marx (1980) vai perceber que o modo capitalista de produção se reproduz pela concorrência entre as indústrias e que está leva necessariamente ao aumento da produção<sup>26</sup> e um maior investimento nas

<sup>25</sup> Os preços tendem a cair abaixo do preço de custo e, portanto a mediação do mercado faz com que durante certo período de tempo tenha uma crise que trava a produção. A produção não pode continuar aumentando porque os preços não compensam mais.

<sup>26</sup> Como existe novamente mais oferta do que procura os preços tendem a cair abaixo do preço de custo.

forças produtivas. Ou seja, o investimento nas forças produtivas é cada vez maior na tentativa de aumentar o lucro que é cada vez menor (a relação entre o investimento e o lucro diminui). Ao longo do século XIX Marx demonstra que o modo de produção tem um período de desenvolvimento e crise<sup>27</sup>.

*Em termos bem genéricos, a antinomia consiste no seguinte: o modo capitalista de produção tende a desenvolver de maneira absoluta as forças produtivas, independentemente do valor, da mais-valia nele incluída, e das condições sociais nas quais se efetua a produção capitalista, ao mesmo tempo que tem por finalidade manter o valor-capital existente e expandí-lo ao máximo (...) Os métodos com que alcança esse objetivo implicam decréscimo da taxa de lucro, depreciação de capital existente e desenvolvimento das forças produtivas do trabalho à custa das forças produtivas já criadas (MARX, 1980, V. 4, p. 286, grifo nosso)*

Segundo Lessa (2009) com a crise de 1870 o modo capitalista de produção transforma-se (transmuta-se da forma concorrencial para forma monopolista<sup>28</sup>). Processo no qual persistem duas diferenças fundamentais à forma anterior (1) os grandes monopólios<sup>29</sup> passam a ter uma interferência sobre o Estado qualitativamente diversa ao período anterior (2) ocorre a industrialização dos meios de subsistência<sup>30</sup>. Esse fenômeno<sup>31</sup> de industrialização dos meios de subsistência tem como conseqüência dois fatores importantes (1) a burguesia começa a ter lucro no consumo operário; (2) aumenta a extração da mais-valia (como a reprodução da existência do operário fica mais barata o salário pode diminuir).

<sup>27</sup> O que Marx denominou de crise cíclica.

<sup>28</sup> LÊNIN, V. I. O imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1987. Para Lênin esse período foi denominado de Imperialismo.

<sup>29</sup> Como as relações de poder mudaram no interior da classe dominante o Estado passa agora a representar essa nova classe. A intervenção da nova classe dominante altera a dinâmica das crises cíclicas no interior do modo de produção.

<sup>30</sup> A generalização da produção industrial vai fazer com que fique mais barato para o trabalhador comprar os meios de subsistência do que produzi-los.

<sup>31</sup> A partir desse fenômeno surge no modo capitalista de produção, o que Lênin vai nominar como “Aristocracia operária”, um setor importante da classe operária que negocia com a burguesia um aumento de sua capacidade de consumo surgindo pela primeira vez no capitalismo a possibilidade de uma convergência entre setores da classe operária e a burguesia. No entanto, isso faz com que a classe operária fragmente-se. Segundo Mészáros (2002, p. 148-149) “O reformismo veio à tona para o movimento socialista radical no final da década de 1860 e início dos anos 1870; em 1875, em sua Crítica do Programa de Gotha, Marx soava claramente o alarme para este surgimento. No entanto, sua intervenção crítica mostrou-se inútil, porque os partidos social-democráticos que emergiam nos países capitalistas dominantes movimentaram-se para a participação reformista em seus parlamentos nacionais. (...) Foi assim que o movimento socialista organizado – na nova fase expansionista e imperialista do capital europeu dominante, sintonizado com a forma específica da divisão entre a economia e a política no sistema do capital – rachou-se de modo fatídico entre o “braço industrial” e o “braço político” do proletariado, do que mais tarde inevitavelmente resultaram a separação e o antagonismo entre o socialismo “evolucionista”/reformista e o revolucionário”.

A partir do século XX, Lessa (2009) aponta que as crises cíclicas começam a ter um comportamento distinto, pois agora existe a intervenção do Estado<sup>32</sup>, os monopólios têm um peso grande no desenvolvimento das crises cíclicas e o consumo dos operários torna-se fator importante de crescimento econômico dos países capitalistas avançados.

A saída para a superprodução da primeira metade do século XX passa pela intervenção do Estado com as duas grandes guerras mundiais. Surgindo no pós-guerra o Estado de bem-estar social<sup>33</sup> que se consolida na década de 1960 como a grande estratégia do modo capitalista de produção de deslocar as contradições sem resolvê-las, em verdade potencializando-as.

No entanto, segundo Lessa (2009) o Estado de bem-estar social, no final da década de 1960, não consegue mais consumir o excedente devido aos seguintes fatores (1) ocorre uma forte pulverização de multinacionais no terceiro mundo (2) amplia-se o mercado consumidor do primeiro mundo como consequência a produção eleva-se a um nível altíssimo (3) a derrota dos americanos na guerra do Vietnã (o preço do petróleo aumenta). A crise da produção capitalista entra em um novo patamar, pois o excedente é tão grande que não é possível consumi-lo conseqüentemente a crise passa a ser uma crise estrutural<sup>34</sup> como denomina Mészáros (2002).

Mészáros (2002, p. 795) entende que: “(...) não há nada especial em associar-se capital a crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo *natural* de existência do capital”. Entretanto o alarme não vem das conhecidas crises cíclicas (seu modo natural de existência) que o sistema precisa superar e que são necessárias, mas de uma crise que:

---

<sup>32</sup> O papel das guerras no consumo do excedente produzido. A 1ª e a 2ª grandes crises vão ser administradas respectivamente pelas 1ª e 2ª guerras mundiais. Como a crise é provocada pela abundância as guerras serviram para consumi-la e com isso viabilizar o crescimento econômico das forças produtivas do capital.

<sup>33</sup> Segundo Lessa (2009) os Estados Unidos da América constituíram um grupo de pensadores para tentar planejar o que seria a economia mundial no pós-guerra. Propõe-se como saída para a superprodução a intervenção do Estado para a ampliação do consumo. E isso somente se torna possível, pois existe um setor da classe operária (aristocracia operária) nos países capitalistas centrais desde (1905-1920) que desenvolve a política de negociação com a burguesia.

<sup>34</sup> Segundo Mészáros (2002, p. 632, grifo nosso): “Após a Segunda Guerra Mundial, na euforia que dominou por um bom tempo após o estabelecimento das Nações Unidas e das várias agências econômicas internacionais inspiradas nos Acordos de Bretton Woods, as personificações do capital prometeram as iluminadas relações sociais e econômicas de um mundo radicalmente diferente, reiterando absurdamente, mesmo após a dramática implosão do sistema soviético, suas promessas de uma “Nova Ordem Mundial”. Contudo, absolutamente nada frutificou das promessas solenes de uma “sociedade imparcial e justa para o benefício de todos”. Ao contrário, dadas as premissas e os imperativos operacionais necessários do capital como um modo de controle, *tudo o que o sistema poderia realizar seria transformar uma das suas crises periódicas mais ou menos temporárias e conjunturais em uma crise estrutural crônica, afetando diretamente, pela primeira vez na história, toda a humanidade*”.

(...) afete o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social (MÉSZÁROS, 2002, p. 100, grifo nosso)

Ao analisar a crise estrutural do capital, quiçá sua deficiência fatídica<sup>35</sup>, que vivenciamos desde a década de 1970, Mézáros declara que sua novidade histórica se explicita em quatro aspectos principais:

(1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);

(2) seu *alcance é verdadeiramente global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);

(3) sua *escala de tempo é extensa*, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;

4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar* poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (MÉSZÁROS, 2002, p. 796, grifo nosso).

Uma observação se faz importante o caráter totalizante de uma crise estrutural como expõe Mézáros:

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas alguma partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. (MÉSZÁROS, 2002, p. 797).

A crise estrutural não tem origem por si só em alguma região misteriosa como afirma Mézáros (2002, p. 798), mas reside e emana das *três dimensões internas do capital: produção, consumo, circulação/ distribuição/ realização*. Essas dimensões consistem no mecanismo de auto-expansão do capital e possuem uma “unidade contraditória” e enquanto

<sup>35</sup> O capital é um modo de produção, por princípio, incapaz de prover a racionalidade abrangente de um adequado controle social. Para Mézáros (2002) o elemento essencial da crise contemporânea cria raízes na peculiar disjunção (cada vez mais acentuada) entre a produção para atender as necessidades sociais e a autorreprodução alienada e incontrolável do capital.

estiver funcionando não pode haver qualquer crise estrutural. Ou seja, a crise estrutural pressupõe a alteração na totalidade desse composto do capital em todas as suas dimensões visto que cada uma delas possui seus limites absolutos e estes interagem entre si.

No entanto, para Mézáros (2002) a crise estrutural do capital resume-se em algo mais simples que seus limites absolutos.

*A crise estrutural do capital que começamos a experimentar nos anos 70 se relaciona, na realidade, a algo muito mais modesto que as tais condições absolutas. Significa simplesmente que a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema.* (MÉSZÁROS, 2002, p. 799, grifo nosso)

Segundo Lessa (2009) a crise estrutural do capital transformou-se em sua única forma de (re) produzir-se. O sociometabolismo do capital passa a se reconstituir a partir de alguns elementos singulares (1) Nova intervenção do Estado (privatização pelo Estado da riqueza acumulada sob forma da propriedade estatal capitalista burguesa - 1ª fase do neoliberalismo - para financiar a crise); (2) reestruturação produtiva; (3) especulação financeira.

Para Mézáros (2002) o papel do Estado na administração da crise estrutural do capital constitui-se como uma “ajuda estranha”. O Estado em momentos de crise ampara diretamente a continuidade da produção capitalista mesmo quando observa certa tendência de deterioração, facilita a tendência monopolista, protege os interesses monopolistas sob o disfarce de regulamentação das fusões, fornece fundos vitais para o funcionamento do processo sociometabólico, fornece subsídios maciços diretos sob as mais variadas formas, resgata pela “nacionalização” empreendimentos capitalistas falidos fazendo-os retornar no momento adequado ao setor privado.

Na presente crise estrutural, as intervenções do Estado na economia deixaram de possuir sua potencialidade de desvio dos efeitos negativos da crise para se transformarem em causas novas para o recrudescimento do poder destrutivo do capital. Isto fica evidente com a atual estratégia de ‘nacionalização das falências’ que possibilitou aos países imperialistas salvarem os grandes grupos transnacionais da catástrofe através da socialização de suas perdas e da pilhagem contínua ao dinheiro público.

A “nacionalização” das empresas capitalistas privadas, sempre que introduzida, é tratada simplesmente como uma reação temporária à crise, a

ser contida dentro das determinações gerais do capital como modo de controle, sem afetar de forma alguma a estrutura de comando fundamental do próprio sistema. (...) Pois o meio usual de tratar as falências de grande porte – assumindo-se a “propriedade pública” (tão desprezada pelos defensores da “privatização” e da idolatria do mercado), nacionalizando-se assim a falência do capitalista privado sempre que atenda à conveniência do sistema – nem sempre resolve o problema, já que a bolsa pública não é sem fundo. (MÉSZÁROS, 2002, p.177; 1091)

Foi a crise estrutural do capital que segundo Giovanni Alves (1999) estimulou, nos anos 1980 e 1990, uma série de transformações sócio-históricas que atingiram as mais diversas esferas do ser social. O capital executou um conjunto de medidas que se destinam apagar os efeitos da crise e garantir a reprodução do sistema. Na esfera econômica, estas medidas ficaram conhecidas como reestruturação produtiva<sup>36</sup>. Expõe Antunes (2009):

*Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.* (ANTUNES, 2009, p. 33, grifo nosso)

A década de 80 ficou conhecida como a “década das inovações capitalistas” marcada pela acumulação flexível, do novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” foi o toyotismo<sup>37</sup> como afirma Alves (1999):

Os anos 80 podem ser considerados a “década das inovações capitalistas”, *flexibilização da produção, da “especialização flexível”, da desconcentração industrial, dos novos padrões de gestão da força de trabalho, tais como just-in-time / Kan-ban, CCQ’s e Programas de Qualidade Total, da racionalização da produção, de uma nova divisão internacional do trabalho e de uma nova etapa da internacionalização do capital, ou seja, de um novo patamar de concentração e centralização do capital em escala planetária. Na verdade, foi a década de impulso da*

<sup>36</sup> Segundo Alves (1999, p. 79) a reestruturação produtiva é “uma ofensiva do capital na produção, que busca constituir um novo patamar de acumulação capitalista em escala planetária e tende a debilitar o mundo do trabalho, promovendo alterações importantes na forma de ser (e subjetividade) da classe dos trabalhadores assalariados”. Alves (1999) sustenta que o momento predominante consiste na acumulação flexível, principalmente o modelo toyotista (que se inicia no Japão, mas universaliza-se no modo capitalista de produção). O modelo toyotista se caracteriza pela flexibilização, presente desde a locação dos trabalhadores nos postos de trabalho, passando pelo ritmo e intensidade da produção, padrão dos produtos, do mercado e do consumo, chegando às relações trabalhistas.

<sup>37</sup> Ver (ALVES, 1999, p. 93-109)

*acumulação flexível, do novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo.* (ALVES, 1999, p. 81, grifo nosso)

Segundo Alves (1999) o novo complexo de reestruturação produtiva se desenvolve com a nova etapa do capitalismo mundial: a mundialização do capital. E essa é considerada pelo autor como um “robustecimento ontológico” do “sujeito” capital no plano mundial. Expõe Alves (1999):

Ele - o capital – impõe-se como “capital em geral” e não propriamente como o capital em suas formas particulares, tais como capital comercial, capital industrial ou capital bancário. Na verdade, os “agentes” do capital em processo, as corporações transnacionais, não se identificam mais com nenhum tipo concreto de capital; tendem a existir como encarnações individuais de todas as formas de existência do capital: capital-dinheiro, capital produtivo e capital-mercadoria. Só deste modo podem enfrentar a concorrência mundial e evitar que seus concorrentes se apropriem de parte do valor por elas produzido. É diante do novo panorama da mundialização do capital que podemos dizer que *o capital é posto – ou aparece – como “sujeito” da modernização capitalista.* (ALVES, 1999, grifo nosso)

O “sujeito” capital proporciona uma forte ofensiva sobre o trabalho assalariado, aprofundando a subsunção do trabalho ao capital. Explica Alves (1999):

Por um lado, o “sujeito” capital tende a debilitar, a longo prazo, o trabalho assalariado, atingindo a classe dos trabalhadores assalariados. Aprofunda, de modo real, o que está posto, desde o início, como forma: a subsunção do trabalho ao capital (Marx, 1983). No bojo da subsunção real, ele debilita, em sua operação de reposição da subordinação formal, a própria subjetividade de classe (o que irá caracterizar, como salientaremos adiante, o toyotismo, como “momento predominante” do novo complexo de reestruturação produtiva). Aprofunda, deste modo, o estranhamento, posto como condição histórico-ontológica da classe dos trabalhadores assalariados. (ALVES, 1999, p.84-85)

Para o autor essa ofensiva é essencial à lógica da valorização, onde um é negação do outro. E o “sujeito” capital mostra-se progressivamente como “trabalho morto”. Alves (1999) conclui:

A rigor, a ofensiva do capital sobre o trabalho assalariado é intrínseca à própria lógica da valorização (seria uma tautologia dizer “ofensiva do capital sobre o trabalho assalariado”). *Um é apenas a negação do outro, onde o “sujeito” capital aparece, cada vez mais, enquanto “trabalho morto”. Entretanto, a “supressão” tendencial – e nunca realizável no interior da lógica da valorização – do “trabalho vivo” não anula a centralidade ontológica da categoria trabalho, isto é, a centralidade da significação*

“trabalho” (como anunciam Habermas, Gorz e Offe), *posto que o que tende a emergir, de novo, como salientamos, é apenas o “sujeito” capital enquanto “trabalho morto”*. Nesse caso, o trabalho tende a surgir, com a emergência do “sujeito” capital, como pressuposto negado, no sentido lógico (e ontológico) (Marx, 1985; Fausto, 1986; Alves, 1996). (ALVES, 1999, p. 85-86, grifo nosso)

A mundialização do capital para Francóis Chesnais (1994) surge<sup>38</sup> a partir da reestruturação capitalista como uma nova fase<sup>39</sup> do desenvolvimento do capitalismo mundial. E tem como traço predominante “ser rentista e parasitário”. Para o autor a mundialização do capital:

(...) é resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas *distintos*. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan. (CHESNAIS, 1994, p. 34, grifo nosso)

Para Chesnais (1994) é no contexto macro-econômico da década de 1990 que um novo regime de acumulação se manifesta. Alves (1999) apresenta alguns dados macroeconômicos que induzem a conclusão de se estar sob um novo regime de acumulação.

1. Taxas de crescimento do PIB muito baixas, inclusive em países (como o Japão) que desempenharam tradicionalmente o papel de “locomotiva” junto ao resto da economia mundial. 2. Deflação rastejante. 3. Conjuntura mundial extremamente instável, marcada por constantes sobressaltos monetários e financeiros. 4. Alto nível de desemprego estrutural 5. Marginalização de regiões inteiras em relação ao sistema de trocas 6. Concorrência internacional cada vez mais intensa, geradora de sérios conflitos comerciais entre as grandes potências da “Tríade” (Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão). (ALVES, 1999, p. 52)

<sup>38</sup> Para Chesnais (1995) a origem (política e estrutural) da mundialização do capital tem como marco histórico a crise estrutural da década de 1970. Contexto no qual o capital rompe as amarras das relações sociais, leis e regulamentos dentro dos quais compreendia ser possível controlá-lo.

<sup>39</sup> Para Chesnais (1994) a Mundialização do Capital caracteriza-se como a nova fase de internacionalização do capital compreendendo tanto o capital produtivo (D-M-D’) quanto o capital concentrado que se valoriza preservando a forma dinheiro (D-D’) e como uma fase “depressiva e de longa duração” da qual só sairá mediante choques externos. Para o autor foi a baixa rentabilidade dos investimentos industriais (próprio do regime de acumulação fordista) que levou uma massa de capitais a procurar uma valorização financeira. Alves (1999, p. 72-73) afirma que: “A constituição do domínio do capital financeiro ocorre em decorrência de processos estruturais e políticos, ligados às contradições - e “impasses” do regime de acumulação fordista e à luta de classes e seus resultados na década de 1968-1978. O poder na esfera financeira, assume maior desenvolvimento a partir da década 80. A burguesia de caráter essencialmente rentista, cujos ganhos decorrem de transferências a partir da esfera da produção e das trocas, assume um destaque no cenário capitalista mundial”.

Alves (1999) afirma que o sucesso do capital (nos trinta anos gloriosos) se apóia em duas dimensões (1) *dimensão subjetiva* no plano político (onde predominava a ilusão de que era possível controlar<sup>40</sup> o capital pela regulação nacional) (2) *dimensão objetiva* da própria acumulação capitalista (na qual contribui para um “robustecimento do capital” industrial e financeiro decorrente do avanço tecnológico).

No entanto, o êxito do capital só é completo segundo Alves (1999) a partir da “revolução conservadora” que advém as mudanças qualitativas nas relações de força política<sup>41</sup> entre (1- econômico) o capital e o trabalho, assim como entre (2- político) o capital e o Estado.

Foi por meio dessa articulação estreita entre o econômico e o político que os mecanismos de dominação da mundialização foram criados. Esses mecanismos, segundo Alves (1999), que propiciam a punção do capital financeiro sobre a riqueza produzida são: títulos da dívida pública<sup>42</sup>, capital-dinheiro de empréstimo<sup>43</sup> e ações<sup>44</sup>.

A mundialização dessa forma assume as seguintes características<sup>45</sup> para Alves (1999):

1. *É constituída pelo poder crescente do capital-dinheiro altamente concentrado*, ocorrida, principalmente entre o período de 1985 e 1995. Ao dizer capital-dinheiro, Chesnais salienta o capital industrial, mas principalmente o capital financeiro, ou seja, aquele capital que se valoriza conservando a forma-dinheiro. Em nossos dias, o mercado financeiro é mundializado e possui modalidades e instrumentos variados. A questão é como analisar a relação entre essa unidade diferenciada e hierárquica que é o capital. É o que faremos logo adiante.
2. *Observa-se mais o predomínio do investimento e da produção em relação a troca.*
3. *Acirra-se o processo de centralização financeira e de concentração industrial do capital, tanto no plano nacional quanto no plano internacional* (por exemplo, os bancos e os grupos que mantêm fundos mútuos e fundos de pensão).
4. *Ocorre uma maior interpenetração entre os capitais de vários países, assim como cria-se, mediante o investimento internacional cruzado e as fusões-aquisições interfronteiras, de estruturas oligopolísticas transnacionais num número*

<sup>40</sup> Ver da incontabilidade do Capital (MÉSZÁROS, 2002, p. 53-310)

<sup>41</sup> Para Alves (1999) as relações de força política entre *capital e trabalho* são alteradas (1) pela utilização das novas tecnologias (novo complexo de reestruturação produtiva) e entre *capital e Estado* (2) pela vitória das forças políticas neoliberais (fim da década de 70 e início da década de 80) que tinha como objetivo destruir todas as relações sociais e instituições que comprimiam o capital.

<sup>42</sup> Segundo Marx (1983, p.19) “A acumulação do capital da dívida pública significa, conforme se mostrou, apenas a multiplicação de uma classe de credores do Estado autorizados a retirar antecipadamente para si certas somas do montante de impostos”.

<sup>43</sup> Para Marx (1983) o capital-dinheiro é quando o juro aparece como fruto do capital como a coisa primeira e o lucro, ao contrário, mostra-se como simples acessório que se incorpora no movimento do processo de produção.

<sup>44</sup> As ações são títulos de propriedade que conferem segundo Marx (1983, p. 20): “apenas direitos a uma parte da mais-valia a ser produzida” pelo capital.

<sup>45</sup> Alves (1999) cita ainda como característica singular a autonomia crescente do capital financeiro perante o capital industrial.

*crecente de ramos da indústria ou de serviços.* (ALVES, 1999, p. 61-62, grifo nosso)

Na mundialização do capital existem dois tipos de instituições para Chesnais (1995) (1) instituições financeiras não bancárias (2) instituições financeiras bancárias e são essas primeiras as principais beneficiárias da globalização financeira.

Chesnais (1994, p. 36) utiliza a noção de oligopólio mundial para explicar o modo de organização das grandes firmas mundiais, espaço marcado como um “espaço de rivalidade” industrial, mas também de colaboração entre grupos. Chesnais (1994) aponta ainda que:

(...) uma das características essenciais da mundialização é justamente integrar, como componente central, um duplo movimento de polarização, pondo fim a uma tendência secular, que ia no sentido da integração e da convergência. A polarização é, em primeiro lugar, interna a cada país, (...). E em segundo lugar, há uma polarização internacional, aprofundando brutalmente a distância entre os países situados no âmago do oligopólio mundial e os países da periferia. (CHESNAIS, 1994, p. 37).

E segundo Chesnais (1994) esses países de periferia não são mais

(...) países subordinados, reservas de matérias-primas, sofrendo os efeitos conjuntos da dominação política e do intercâmbio desigual, como na época “clássica” do imperialismo. São países que praticamente não mais apresentam interesse, nem econômico, nem estratégico (fim da “guerra fria”), para os países e companhias que estão no centro do oligopólio. São pesos mortos, pura e simplesmente. Não são mais países destinados ao “desenvolvimento”, e sim áreas de “pobreza” (palavra que invadiu o linguajar do Banco Mundial), cujos emigrantes ameaçam os “países democráticos”. (CHESNAIS, 1994, p. 37-8).

Nessa relação-espaço centro (oligopólio) - periferia que os grandes grupos multinacionais articulam o investimento externo direto – IED que teve papel “desprezado ou fortemente subestimado” desde o fim do século XIX segundo Chesnais (1994). O IED, a partir dos anos oitenta adquire outras formas e significados através de articulações distintas entre os grupos comerciais, industriais e financeiros como: parcerias, fusões, aquisições, consórcios, e outras formas entre si.

Chesnais (1995) expõe como a mundialização do capital alterou os fatores geradores de interdependência entre as economias nacionais com destaque para a década de 1990: (1) importância dos investimentos externos diretos - IED (2) crescimento contínuo dos fluxos de trocas intrafirmas (3) difusão de novas modalidades de acordos interempresas (4) surgimento de empresas-rede.

Dentre os fatores citados inicia-se pela importância dos IED. Para Chesnais (1994, p. 60) “umas das claras manifestações do lugar ocupado pelo IED no movimento de mundialização decorre do seu papel predominante na internacionalização dos serviços”.

Os serviços, que representavam apenas cerca de um quarto do total do IED no começo da década de 70, já respondiam por quase metade no fim dos anos 80. Em termos de fluxo, os serviços representavam, na mesma época, entre 55% e 60% do total dos fluxos anuais de investimento externo direto. O processo de internacionalização nas atividades de serviços deu-se, portanto, mais pela via do IED do que por meio das exportações. (CHESNAIS, 1994, p. 61).

O pensamento econômico dominante demarcou o setor de serviços de modo residual causando graves problemas teóricos para a análise do processo de internacionalização dos serviços conforme expõe Chesnais (1994):

*As atividades de serviços, quaisquer que sejam suas características ou o lugar que ocupam em relação à produção ou ao consumo doméstico, são agrupadas numa categoria “tampão”. Todas elas são classificadas como pertencentes ao setor “terciário”, cujas fronteiras são simplesmente definidas por exclusão. Toda atividade que não puder ser classificada, nem no setor manufatureiro ou de construção civil, nem na agricultura ou na extração mineral, fica pertencendo ao terciário. (CHESNAIS, 1994, p. 188, grifo nosso).*

Mesmo com as dificuldades pontuadas por Chesnais (1994) parte-se da premissa que as atividades de serviços pertencem ao setor terciário da economia. E o turismo, conseqüentemente, enquanto atividade econômica encontra-se no setor de serviços da economia.

Britton (1991, p. 451) observa que o Turismo: "é um veículo importante da acumulação capitalista", e é predominantemente composto de uma variedade de empresas privadas, pequenas e grandes, impulsionadas pela busca do lucro. As transformações organizacionais e estruturais decorrentes da globalização neoliberal têm incentivado ainda mais o crescimento de grandes formas, integrando, empresas transnacionais de turismo corporativo, exercendo considerável vantagem monopolista através de sua dominação de sectores-chave, mercados e canais de distribuição.

Como conseqüência desta reestruturação produtiva do capital é possível observar um significativo avanço do setor de serviços. E, entre as atividades que compõem o setor destacamos o turismo. Neste processo, tanto os serviços de ponta quanto os mais tradicionais não foram incorporados ao emprego nas fábricas, mas passaram a ser terceirizados

fortalecendo a expansão do setor de serviços na economia. O setor de serviços não foi capaz de absorver todo o contingente de desempregados da grande indústria. Com isso, houve um processo contínuo de precarização do trabalho com a expansão do emprego informal, desregulamentação do mercado de trabalho e flexibilização trabalhista. E não fugindo a lógica universalizante do processo de reestruturação produtiva do capital no turismo, segundo Ouriques (2012):

Contudo, como parece ser o padrão típico de quaisquer atividades econômicas que se desenvolvem nas regiões periféricas, inicialmente *os postos de trabalho no turismo remuneram precariamente seus trabalhadores, com o agravante que há vários indícios de que os assalariados do turismo recebem remunerações inferiores a de outros setores da economia. A Organização Mundial do Turismo (OMT) reconheceu as características básicas da ocupação no turismo: sazonalidade, precariedade, baixos salários.* (OURIQUES, 2012, p. 149)

Segundo Bianchi (2011) graças ao avanço das políticas neoliberais na década de 1990 e conseqüente “mobilidade transfronteiriça de capitais” aliada à liberalização dos serviços no “Sul” que o turismo se mundializa<sup>46</sup>.

Durante os anos 1990, as políticas neoliberais abriram o caminho para o desmantelamento das barreiras à mobilidade transfronteiriça de capitais e à liberalização dos serviços no "Sul", incluindo o turismo (Movimento de Desenvolvimento Mundial 2003), estimulando uma maior participação de capital estrangeiro em um intervalo de sectores até agora "fora dos limites", incluindo a participação no capital de hospitalidade e turismo, patrimônio e fornecedores de ecoturismo urbano (ver Bianchi 2005; Daher 2007; Duffy 2002; Negussie 2006). Mais especificamente, o crescimento dos fluxos financeiros internacionais levou ao movimento de uma série de "novos" investidores institucionais para o desenvolvimento de resorts de luxo em ambos os destinos já existentes e emergentes, com o capital angariado nos mercados financeiros (ver Levy e Scott-Clark 2008). (BIANCHI, 2011, p.09, tradução nossa)

Para Bianchi (2011), não obstante a organização da produção global de turismo e consumo ser complexa e variada, significativos subsetores dentro das empresas de viagens

---

<sup>46</sup> Para Bianchi (2011, p.09, tradução nossa): “A busca de saídas lucrativas para o capital excedente (a procura de mercados rentáveis para o capital excedente) também foi, naturalmente, fundamental para uma fase anterior da ‘regeneração urbana’ na década de 1980, como antigos cais, orlas e áreas industriais, em Estados capitalistas avançados, que foram transformados e desenvolvidos em uso misto rentável combinando turismo, lazer, varejo, escritórios e residências particulares (ver Beauregard 1998; Harvey 1990)”

globais são cada vez mais dominados por entidades corporativas maiores resultantes de fusões, aquisições e alianças estratégicas<sup>47</sup>.

O investimento, por implantação direta (ou por aquisição/fusão em sua maioria atualmente) continua sendo a forma predominante, tanto de crescimento interno como de internacionalização nos setores bancário, de seguros, transporte aéreo e rodoviário. Mas, em todas essas atividades, não deixa de haver acordos de cooperação que podem assumir a forma de criação de filiais comuns, de participações minoritárias ou de parceria. (CHESNAIS, p. 201)

Na difusão de novas modalidades de acordos interempresas segundo Chesnais (1994) destaca-se a inventividade, das multinacionais de serviços, nos investimentos externos que permitiu ampliar a variedade de modalidades de variação de seus “ativos empresariais específicos”. Dentre as primeiras formas destaca Chesnais (1994) está o franchising, mas a forma predominante é o investimento por implantação direta ou por aquisição/ fusão como no caso dos setores de transporte rodoviário e aéreo.

No transporte aéreo, o movimento de aquisição e/ ou fusão provocando maior concentração, foi relançado em escala mundial pela desregulamentação e privatização. Muitas companhias nacionais desapareceram em consequência de fusões, e o processo ainda está longe de terminar. (CHESNAIS, 1994, p. 201)

O transporte aéreo, segundo Clancy (1998) representa um setor tecnologicamente sofisticado e de capital intensivo, fatores que marcam sua presença oligopolista no mercado mundial.

Os requisitos de capital e tecnologia criam altas barreiras de entrada. Os custos iniciais são altos devido à necessidade de uma força de trabalho especializada e equipamentos caros. Além disso, a produção é bastante inflexível em curto prazo, embora possa ser ajustada no médio e longo prazo. Como resultado, a capacidade excessiva é freqüentemente um problema. As economias de escala existem, mas os custos fixos são altos também e tendem a conter uma ponta cíclica refletindo o custo atualizado de equipamentos. Finalmente, a natureza de produção significa que toda a aviação comercial de passageiros é regulada de alguma forma, mesmo que apenas por agendamento, controle de tráfego aéreo, manutenção de decolagem e faixas horárias de chegada, portões nos aeroportos ou a segurança geral. Todos esses fatores sugerem que a indústria seria marcada por uma competência oligopólica. (CLANCY, 1998, p. 135, tradução nossa).

---

<sup>47</sup> Segundo Bianchi (2011) essa concentração das empresas turísticas em nenhum lugar é mais visível do que na indústria global de cruzeiros em que quase 80 por cento da capacidade de passageiros no Caribe é tratado por apenas duas empresas.

Desde o início do século XX o setor aéreo foi regulado por um sistema de normas e regras, resultado da Convenção de Chicago (1944). As duas regulações mais importantes que surgiram dessa convenção foram: os acordos aéreos bilaterais e os de cabotagem.

A cabotagem, já existia antes, mas foi legitimada no marco dessa convenção. No contexto atual (1998) a cabotagem continua sendo a base econômica para a existência das empresas aéreas domésticas na maioria dos países do mundo. Os acordos bilaterais, conhecidos como Acordos de Serviços Aéreos (ASAs), referem-se aos acordos negociados entre dois países no qual regula todo o transporte aéreo entre nações. Os pactos, que legalmente tem status de tratados, estabelecem as rotas, frequências, capacidades e tarifas empresas aéreas que viajam entre esses dois países. Sem um acordo bilateral, não existe o transporte aéreo comercial entre dois países. (CORDERO, 2004, p. 29, tradução nossa).

No entanto, estes acordos, duraram por trinta anos e somente começaram a desmoronar devido ao processo de desregulamentação segundo Clancy (1998):

A desregulamentação do mercado dos EUA , em 1978, trouxe consigo a pressão para a liberalização internacional. O governo dos EUA, representando várias das mais fortes transportadoras privadas e com as empresas aéreas domésticas chaves do mercado de aviação comercial no mundo, utilizou essas vantagens para renegociar diversos acordos bilaterais em termos mais liberais. Outras nações, posteriormente os seguiram. Aos poucos, a capacidade da IATA para definir as taxas internacionais deteriorou como resultado de pressão competitiva Na década dos anos 90, a liberalização acelerou em todo o mundo, com os Estados Unidos assumindo a liderança através da procura de novos acordos bilaterais com vários países-chave dentro da Europa e do hemisfério ocidental. (CLANCY, 1998, p. 137, tradução nossa)

Em outros setores o investimento direto recuou à sua forma tradicional “controle de 100% ou por maioria” como leciona Chesnais (1994, p. 201) para dar lugar a fórmulas de cooperação internacional que variam em função das características específicas da atividade de serviços como aos do setor hotéis-restaurantes e viagens que se utilizam da franquia, contratos de gestão, dentre outros.

Para Chesnais (1994) a tendência predominante nos serviços atualmente deve ser colocada no contexto maior do movimento no sentido da configuração das “empresas-rede<sup>48</sup>”,

---

<sup>48</sup> A *empresa-rede* segundo Alves (1999, p. 127-29) surge da fragmentação sistêmica instaurada pelo toyotismo: “O que denominamos “fragmentação sistêmica” pode ser considerado como sendo a constituição da “empresa-rede”, cuja principal característica é a “externalização” de suas atividades produtivas. É algo, portanto, que perpassa o complexo do mundo do trabalho (e do capital), instaurando, de diversos modos, um novo patamar de flexibilidade e de integração, tanto intrafirma, como nas relações entre empresas. É o que ocorre no espaço – território de produção do capital. Surge – e se desenvolve – uma nova forma descentralizada e externalizada de firma, o que é denominado “empresa-rede” (firme réseau, impresa rete ou network firm), mais adequada à lógica

pois a atenção dada a esse processo concentra-se mais nas companhias industriais do que nas de serviço.

Para Alves (1999) a “firma descentralizada e externalizada” aparece mais adaptada às novas formas de concorrência capitalista. A descentralização transfere a organização transnacional maior capacidade de sobrevivência no mercado mundializado conforme expõe Alves (1999):

(...) a externalização – ou a “fragmentação sistêmica” do complexo produtivo do capital – representa meios que permitem às corporações transnacionais estabelecer relações assimétricas perante outras empresas – subcontratantes e fornecedores – e reforçar o seu próprio poder econômico, estabelecendo formas estáveis de dominação oligopolística, que foram afetadas pela nova crise do capital, a partir dos anos 70, pela passagem do oligopólio doméstico ao oligopólio mundial e pelas profundas mudanças tecnológicas. (ALVES, 1999, p.130)

Segundo Chesnais (1994) a organização por meio de empresas-rede oferece às companhias de serviços notáveis vantagens concorrenciais na padronização dos produtos e à multiplicação/ diversificação. E explica o caso do turismo.

*No caso do turismo, as vantagens de localização são representadas pela dotação em riquezas naturais (sol, mar, montanha etc.), bem como pelo valor do patrimônio cultural e histórico de um país (arquitetura, museus etc.). São esses fatores, e também as multinacionais especializadas que determinam a capacidade de um país atrair turistas. Boa parte das atividades ligadas à indústria do turismo (hotéis e restaurantes, clubes de férias) são intensivas em mão-de-obra; é por isso que as multinacionais do setor obtêm consideráveis vantagens por sua localização em países que combinem atrações naturais com mão-de-obra barata. A maioria das grandes cadeias de hotéis e de restaurantes funcionam como empresas-rede, utilizando o regime de franquia. A adoção de formas contratuais de relacionamento, mais flexíveis e menos onerosas do que a instalação de filiais controladas majoritariamente, permitem às companhias valorizar mundialmente seu Know-how específico, concentrando esforços na normalização e padronização dos produtos “personalizados” e no controle da*

---

instável do capitalismo mundial (...) Surge uma nova realidade que se impõe sob as partes constituintes do complexo produtor de mercadorias. Torna-se decisivo, para a própria eficácia do sistema, não apenas a racionalização intrafirma, mas a racionalização intra-complexo produtivo, nas relações entre as empresas (...) A importância da relação interfirmas sob o toyotismo é a comprovação de que ocorre, com a mundialização do capital, uma nova (e complexa) reconstituição do “trabalhador coletivo”, adequando-o à nova etapa da luta de classes e do nível de concorrência capitalista mundial. Surge uma miríade de pequenas empresas, subcontratadas ou de fornecedores, em vários graus da cadeia produtiva, que instauram uma relação de longo prazo com a empresa central (o conglomerado ou corporação transnacional), cuja duração é determinada pelo ciclo do produto (no caso clássico do toyotismo, é o sistema keiretsu, que desenvolve uma forma particular de organizar as relações entre empresas, envolvendo uma vasta gama de procedimentos fundamentais, capazes de propiciar um funcionamento ótimo das redes de subcontratação)”.

“qualidade” associada a sua imagem de marca. (CHESNAIS, 1994, p. 202-203).

Existem dois fatores essenciais que condicionam a organização global das cadeias hoteleiras: a natureza do produto de serviço que cria vantagens específicas para a empresa e a habilidade para separar essas da propriedade atual. Entre as vantagens mais importantes está a reputação da qualidade que as cadeias hoteleiras buscam criar. Em outras palavras, a confiança pode estar baseada no nome da companhia e esse nome faz uma pequena diferença no caso dos hotéis. Esse fator inicialmente criou incentivos para a formação das cadeias e também animou as cadeias a se expandirem ao estrangeiro. Outra característica importante é que as vantagens estratégicas das empresas podem ser separadas da propriedade. A indústria se entrelaça por meio de uma série de acordos contratuais. (CORDERO, 2004).

São através desses acordos contratuais que se encontra a expansão desigual do setor hoteleiro, como ministra Cordero (2004).

As formas mais comuns de expansão não equitativa para hotéis dentro dos novos mercados são através de contratos de gerência e franquias. Cada uma está baseada em contratos, nos quais o dono do hotel paga um montante a cadeia hoteleira. Os acordos de franquia variam, mas geralmente inclui o uso do nome da cadeia, marca registrada e outros serviços, como o acesso a sistema de reservas gratuitos em troca de uma taxa fixa sobre os demais encargos com base em percentuais. A cadeia normalmente oferece capacidades operacionais adicionais, muitas vezes sob a forma de manuais e outras informações, mas exige que o hotel mantenha certos padrões. (CORDERO, 2004, p. 33).

Chesnais (1994) descreve como se dá essa relação no regime de franquia:

O franqueador entra com suas vantagens específicas (nome e reputação, Know-how, volume financeiro e porte do grupo), bem como as vantagens ligadas aos aspectos imprevistos da demanda. A gestão centralizada da franquia visa a assegurar, ao menor custo, o controle da qualidade da prestação, graças à codificação, extremamente detalhada e padronizada, tanto dos serviços como dos procedimentos de relatório e controle. As multinacionais deixam que os seus parceiros subalternos, os beneficiários da franquia, suportem o peso de todos os investimentos locais e enfrentem os das flutuações da demanda. Elas remetem totalmente aos franqueados tudo o que diz respeito aos numerosos problemas da administração cotidiana da força de trabalho. Longe de estar em contradição com a exploração das vantagens de localização, essa forma permite alcançá-las ao menor custo e com o máximo de lucro. (CHESNASIS, 1994, p.203).

A instauração da empresa-rede pelo toyotismo<sup>49</sup> não significa para Chesnais (1994, p. 109): “uma *ruptura* com as hierarquias e a internalização, mas antes uma nova forma de organizar e de gerenciar essas hierarquias, bem como de maximizar as possibilidades de *internalizar* as *externalidades*. proporcionadas pelo funcionamento em rede”. Para Alves (1999) esse é o real objetivo da “fragmentação sistêmica” edificar uma novo modo de gerenciar e reproduzir a lógica do capital sob a nova crise do capitalismo mundial e instituir uma nova hegemonia do capital na produção permitindo um novo salto na acumulação capitalista.

Não obstante, a economia mundializada “em rede” localizar-se distante da ordem capitalista nos dias de MARX, seu objetivo primeiro (busca pela acumulação infinita) permanece inalterado e persevera na busca por novos mercados e saídas lucrativas de investimento. A despótica categoria da concorrência não somente impõe uma “sujeição particular” sobre o desenvolvimento das forças produtivas (captação da subjetividade), mas aumenta o poder do capitalista em face do trabalhador (precarização do trabalho).

Segundo Bianchi (2011) certamente em nenhum lugar a intensificação do processo de trabalho foi mais aparente do que na indústria aérea globalizada. Particularmente, o pessoal que trabalha onze horas nas companhias aéreas estatais fortemente regulamentadas, mesmo com sindicatos fortes e níveis de proteção social, tem sido progressivamente exposto a toda força da concorrência e acompanhamento gerencial desde o início de ondas sucessivas de desregulamentação e privatização no final de 1970. Como consequência, pilotos e tripulação de cabina, particularmente aquelas que trabalham nas novas companhias aéreas de baixo custo, tem sido objeto de uma série de estratégias de redução de custos, a partir de cortes de empregos, e a implantação de tabelas salariais diferenciadas.

No decorrer do percurso foi possível apreender que o turismo não é apenas um veículo da acumulação capitalista, mas parte da totalidade concreta. É concebido como resultado do desenvolvimento das forças produtivas. Localizado no setor de serviços da

---

<sup>49</sup> A transição do modelo taylor-fordista para um modelo de especialização flexível da força de trabalho (toyotismo), nos serviços turísticos pode ser observada por Hiernaux em seu estudo de caso sobre o desenvolvimento turístico de Cancún, México, conforme aponta Cordero (2004, p.43) a origem do desenvolvimento turístico de Cancún se dá em 1976, em que se aplicou um modelo rígido e separado. O autor divide o desenvolvimento em Cancún em duas fases: a primeira que vai até 1984 que se chama modelo segregado e uma segunda que vai desde 1985 até 1997 que se caracteriza por uma flexibilização. No que se refere ao sistema de remuneração, Cordero (2004, p. 44) afirma que: Grande parte do emprego que se gera no turismo não está amparado pelo contrato formal, mas pelas necessidades do mercado e a renda percebida de acordo com a quantidade de turistas recebidos. Quanto aos trabalhadores formais, estes se encontram sujeitos a salários base geralmente muito baixos e o resto presumidamente deveram ganhar mediante o sistema de gratificações e busca de ingressos adicionais, os quais nem sempre estariam garantidos. (CORDERO, 2004, p. 44-5).

economia capitalista, o turismo, produz e é resultado da produção mundializada do capital. Sofre todas as transformações decorrentes do processo de reestruturação produtiva do sociometabolismo do capital. Dentre essas transformações, destaca-se atenção para a constituição do setor de turismo por meio de empresas-rede e a captação da subjetividade dos trabalhadores. Surgem novas modalidades de acordo interempresas: franchising, investimento por implantação direta ou por aquisição-fusão, franquia, contratos de gestão, dentre outros.

Esse modelo, descentralizado e externalizado da empresa-rede, segundo Chesnais (1994) oferece “notáveis vantagens competitivas”, pois permite um salto qualitativo na acumulação capitalista. No entanto, para o outro extremo da relação capitalista implica em precarização do trabalho, flexibilização das relações trabalhistas e transferência de ônus (externalização das contradições internas).

O intento aqui era realizar um breve retrato da totalidade histórico-social, marcada pela lógica da mundialização financeira, no qual o turismo é uma parte do todo. O recorte histórico elegido para analisar o fenômeno do turismo direciona a análise do objeto, o turismo de base comunitária, para as teorias reformistas do capital, dentre elas, o desenvolvimento sustentável.

## 2. O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Este capítulo apresenta o cenário no qual figura a produção das teorias reformistas do capital, em particular a teoria do desenvolvimento sustentável, na e da qual se origina o turismo de base comunitária ou turismo comunitário. Pretende-se analisar, a partir de uma perspectiva marxista, os fundamentos que sustentam essa teoria, suas características gerais, vinculados a uma nova tentativa de reestruturação produtiva

### 2.1. Da crise ecológica ao turismo de base comunitária

A partir da década de 1970, o sistema capitalista passa a produzir características de uma nova forma de crise denominada por Mészáros (2011) *crise estrutural*. Segundo o autor essa crise afeta a totalidade da humanidade e todos os pontos do planeta, mostrando-se longa e duradoura, estrutural e sistêmica, reduzindo a taxa de lucro da acumulação capitalista devido à sua tripla destrutividade:

(1) ampliação de guerras cujo movimento se inicia no imperialismo monopolista do século XIX; (2) *intensificação do uso dos bens naturais acima da capacidade de suporte, degradação dos ecossistemas e extinção em massa da diversidade*; (3) aumento da produção destrutiva, pautada na obsolescência simbólica e material das mercadorias. (MÉSZÁROS, 2011, p. 28, grifo nosso)

Parte considerável dos intelectuais credita ao modo de produção capitalista a atual crise ecológica do planeta. Em sua lógica desmedida na apropriação ilimitada pelo valor, o sistema capitalista reivindica da natureza uma demanda de recursos progressivamente irracional. No entanto, parte-se do pressuposto que a crise não é determinantemente ambiental e sim do capital, no qual a questão ambiental é uma de suas manifestações mais evidentes como enunciam Chesnais e Serfati (2003, p. 62) “a crise ecológica é a crise da civilização humana, mas não a crise do capital”.

*O capital não põe em perigo suas próprias condições de reprodução e de funcionamento ao destruir ou danificar gravemente o ambiente natural. Segundo nossa compreensão, por essas destruições cada vez mais graves e, em alguns casos, irreversíveis, o capital põe em perigo as condições de vida e a própria existência de certas comunidades, e até mesmo certos países.*

Mas ele não coloca diretamente em perigo as condições de sua dominação. Nós não aderimos à tese da “segunda contradição” por um conjunto de razões, no cerne das quais encontra-se nossa interpretação do *lugar preciso em que se situam as únicas contradições que afetam verdadeiramente o capital*. No que concerne às condições “externas”, “ambientais” de seu funcionamento, o capital, bem como os Estados que embasam sua dominação e as classes sociais que a ele estão ligadas, tem os meios tanto para suportar as conseqüências dessa destruição de classes, comunidades e Estados mais fracos, quanto para transformar a “gestão de recursos que se tornaram raros” e a “reparação das degradações” em campos de acumulação (em “mercados”) subordinados ou subsidiários. (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p.62, grifo nosso)

Neste sentido, Chesnais e Serfati (2003) expõem que âmbito ambiental o capital representa uma barreira para a humanidade, *mas não para o capital em si*. No âmbito econômico o capital transforma a degradação em novos campos de acumulação, no campo do domínio genético investe no irresponsável jogo tecnológico que tem como impulsor o “valor acionário”. E no âmbito político o capital desloca as contradições ambientais para os países e classes mais fracas e em caso de levantamentos dos atingidos pode por conveniência direcionar toda potencia militar dos países imperialistas para a “manutenção da ordem”.

Marx defendia que “a verdadeira barreira para a produção capitalista é o próprio capital”. Neste sentido, Chesnais e Serfati (2003) expõem que o capital em sua sede pela apropriação da mais-valia utiliza mecanismos que contraditoriamente as estanca. A liberalização, a desregulamentação e a privatização e mais recentemente a mundialização do capital reforçam a posição de Marx, na qual

(...) a produção capitalista tende sem cessar a ultrapassar esses limites que lhe são imanescentes, mas ela só consegue fazê-lo empregando meios que, novamente e numa escala mais imponente, erguem diante dela as mesmas barreiras. (MARX, 1980, Livro III, Vol 4, p.262)

A liberalização, a desregulamentação e a mundialização do capital desempenharam papel fundamental para sua “financeirização” e contribuíram para um aumento nunca antes visto na história do capitalismo de detentores de títulos de propriedade de crédito, ou seja, detentores de direitos de participar da partilha da mais-valia e exigir sua ampliação. E essa nova configuração da partilha da mais-valia entre rendimentos financeiros e lucro reinvestido na produção longe de afetar sua reprodução como capital, tornou-se uma imensa fonte de lucros e de sustentação dos preços das ações. Segundo Chesnais e Serfati (2003, p. 65-66) com a “mundialização do capital” as formas de apropriação do valor pela renda ou a pura

predação graças a uma extensão dos direitos de propriedade territorial e da natureza em geral sobressaem-se sobre as formas originais de apropriação e predação.

Desconstruindo o discurso hegemônico ambientalista, compreende-se que é nesta crise estrutural que os limites do capital são ativados na estrutura global comprometendo seu processo produtivo e sobrevivência, onde afeta principalmente suas duas fontes principais de riqueza: a capacidade de trabalho (o homem) e a natureza como evidencia Chesnais e Serfati (2003):

A exploração do homem e da natureza até o esgotamento não reflete uma contradição do capitalismo, *mas o antagonismo profundo entre ele e as necessidades da humanidade*. A “crise ecológica” é a manifestação da destruição das forças produtivas, entre as quais os recursos naturais, para as necessidades da acumulação e num contexto hoje agravado pela dominação do capital financeiro. (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 68, grifo do autor)

No entanto, para Chesnais e Serfati (2003) a condição histórica que nos encontramos, na qual as condições ambientais de acumulação materializam-se sob formas extremamente graves, estava presente em dois mecanismos desde as origens do capitalismo: a propriedade privada da terra e dos recursos do subsolo que permite a apropriação da rendas e a compreensão da “ciência econômica” que os elementos do mundo natural (água, ar, a biosfera) podem ser facilmente submetidos a um mecanismo de apropriação ou de exploração privado por serem inesgotáveis e gratuitos. E resultado também das políticas ecológicas da burocracia governamental como expõe Chesnais e Serfati (2003):

A crise ecológica planetária tem sua origem nos fundamentos e princípios de funcionamento do capitalismo, desdobrados das conseqüências da organização política e econômica dos Estados burocráticos (...) Mas, já que esses mecanismos estavam associados a uma importante elevação do nível de vida, embora preponderantemente nos países desenvolvidos, reflexos da cegueira coletiva prevaleceram. Governos, empresas, partidos políticos, e sindicatos operários entenderam-se de forma tácita para silenciar as questões ecológicas. Hoje, a gravidade das agressões à biosfera é conhecida. (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 41)

Para compreender as relações (dominação) do capitalismo com suas condições de produção no que tange as questões ambientais é imprescindível voltar às suas origens, aos seus fundamentos sociais a partir da leitura marxiana como convidam Chesnais e Serfati (2003):

A análise e a discussão das questões relativas ao meio ambiente e as ameaças ecológicas cada vez mais prementes que pesam sobre as condições físicas e

sociais da reprodução em partes determinadas do globo se fizeram – e continuam ainda a se fazer – muito largamente fora de uma referência forte a uma problemática marxiana e/ou marxista. Elas se fizeram, salvo exceção, sem que se estabelecessem laços fortes com as molas da acumulação capitalista, que se efetua, hoje, sob a égide de uma nova configuração do capital financeiro. Elas se fizeram sem que houvesse um enunciado claro do fato de que as relações de produção capitalistas são também, e de forma simultânea, relações de dominação, cuja reprodução e expansão se operam no quadro de relações imperialistas renovadas. Elas se fizeram fora da análise crítica das relações sociais fundadas sobre a propriedade privada e da demonstração de suas implicações cotidianas. (...) Assim *é preciso retornar a Marx e Engels para relê-los e voltar a trabalhar a crítica do capitalismo* (...) *é preciso recusar também, e de forma muito mais firme do que se tem feito até agora, a crítica “ecologista” das formas materiais da civilização do capital financeiro monopolista.* (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 45-47, grifo nosso)

Neste sentido seguem-se os conselhos de Chesnais e Serfati (2003) de retornar à Marx e Engels para captar, em uma perspectiva histórico dialética, a relação do homem com a natureza.

Engels (1979b) considerava que a filosofia do materialismo dialético deveria fundamentar-se no conhecimento das ciências naturais, pois para ele o homem é resultado da relação sociedade-natureza no processo histórico evolutivo da natureza. E adverte que estas ciências naturais só poderiam se desenvolver fecundamente sobre a base do materialismo histórico dialético.

Em sua polemica obra “A dialética da natureza” procura mostrar como o desenvolvimento das ciências contribuiu para enfrentar as concepções teológicas de um mundo herdadas do catolicismo medieval e como este mesmo desenvolvimento posterior em especial do século XVIII, sugere uma visão de um mundo em permanente transformação, de uma natureza que se desenvolve e se transforma no espaço e no tempo, enfim de uma natureza que só pode ser compreendida no processo de sua história.

Na obra Engels realiza uma profunda investigação filosófica da história (de sua época) e dos problemas cruciais da ciência natural e crítica: o materialismo mecanicista, o método metafísico e as concepções idealistas da ciência natural. Ao criticar a mecânica newtoniana Engels afirma:

Mas o que, realmente, caracteriza esse período é a elaboração de uma peculiar concepção de conjunto, *cujo centro é constituído pela noção da invariabilidade absoluta da Natureza.* (...) Em contraste com a história da humanidade, que se desenvolve no tempo, prescreveu-se à história natural um desenvolvimento apenas no espaço. *Negava-se toda a modificação, todo o desenvolvimento na Natureza.* A ciência natural, tão revolucionária a

princípio, defrontou-se, de repente, com uma Natureza absolutamente conservadora, em que tudo era hoje da mesma forma que havia sido a princípio e na qual tudo teria que permanecer tal como era, até o fim do mundo ou por toda a eternidade. (ENGELS, 1979b, p.18, grifo nosso)

A primeira brecha nessa “concepção petrificada da natureza” foi rompida pelo filósofo KANT em 1755, segundo Engels (1979b):

(...) na obra de Kant, estava o ponto de partida para todo o progresso ulterior. Se a terra era algo que se tinha ido formando, então estava claro que seu atual estado biológico, geográfico e climático, suas plantas e animais deveriam também ter-se ido formando pouco a pouco. A Terra havia de ter uma história, não só no espaço, das coisas colocadas umas ao lado das outras, como também no tempo, das coisas sucedendo-se umas depois das outras. (ENGELS, 1979b, p. 20)

Baseado na ciência de sua época, Engels, expõe como a metafísica da natureza se quebra interiormente devido ao próprio avanço da ciência e que esta há de ceder seu posto ao materialismo dialético. Afirma Engels:

Quanto mais profunda e exata se ia fazendo essa investigação, tanto mais se ia desfazendo, entre suas mãos, aquele rígido sistema de uma natureza orgânica invariavelmente fixa. (...) Dessa maneira, o abismo entre a Natureza orgânica e inorgânica ficava reduzido a um mínimo, sendo eliminada uma das principais dificuldades que se opunham, até então, a teoria da transformação progressiva de todos os organismos. A nova concepção da Natureza ficava, assim, configurada em suas linhas gerais: tudo aquilo que se considerava rígido, se havia tornado flexível; tudo quanto era fixo, foi posto em movimento; tudo aquilo que era tido por eterno, tornou-se transitório; ficara comprovado que toda a natureza se movia num eterno fluxo e permanente circulação. (ENGELS, 1979b, p.22-23)

As leis e categorias dialéticas atuam na própria natureza e conseqüentemente atuam também na sociedade e no pensamento segundo Engels. A natureza, neste sentido para o autor, adquire consciência de si mesma através do homem que, por conseguinte surge por diferenciação orgânica e histórica.

Também o homem surge por diferenciação. Não somente individual, diferenciado de uma célula ovular até o organismo mais complicado que produz a Natureza, mas também historicamente. Quando, depois de lutas milenares, se fixou finalmente a diferenciação da mão e do pé, donde resultou o caminhar erecto, o homem se tornou diferente do mono; constituiu-se o fundamento do desenvolvimento da linguagem articulada e da formidável expansão do cérebro que, desde então, tornou intransponível o abismo que separa o homem do macaco. (ENGELS, 1979b, p. 25)

Posteriormente o homem ter se tornado diferente do “mono” desenvolvido a expansão cerebral e a linguagem articulada, o homem imprime seu “selo” sobre a história e a Natureza como apresenta Engels:

Unicamente o homem conseguiu imprimir seu selo sobre a Natureza, não só trasladando plantas e animais, mas também modificando o aspecto, o clima de seu lugar de habitação; até transformando plantas e animais em tão elevado grau que as conseqüências de sua atividade só poderão desaparecer com a morte da esfera terrestre. E tudo isso ele o conseguiu, em primeiro lugar e principalmente por intermédio da mão. Até mesmo a máquina a vapor, por enquanto sua mais poderosa ferramenta para transformar a Natureza, em última análise e pelo fato de ser uma ferramenta repousa sobre a mão. Mas, ao lado da mão, se desenvolveu passo a passo o cérebro, tendo aparecido a consciência, primeiro das condições necessárias, para serem alcançados determinados efeitos práticos úteis; e, mais tarde, entre os povos mais favorecidos, e resultante dela, a penetração e investigação de leis naturais que as condicionam. E, como o conhecimento rapidamente crescente dessas leis naturais, aumentaram os meios de reagir sobre a Natureza. A mão, por si mesma, não teria jamais realizado a máquina a vapor, se o cérebro do homem não tivesse desenvolvido qualitativamente, com ela, ao lado dela e, até de certo ponto, por meio dela. (Engels, 1979b, p. 25-26)

Desta forma, Engels (1979b, p.26) evidencia que, “com o homem, entramos na história.”

Também os animais têm uma história: a de sua descendência e desenvolvimento gradual até seu estado atual. Mas essa história é feita para eles e, na medida em que eles mesmos dela participam se realiza sem que o saibam ou queiram. Os homens, pelo contrário, quanto mais se afastam do animal, entendido limitadamente, tanto mais fazem eles próprios sua história, correspondendo, cada vez com maior exatidão, o resultado histórico aos objetivos previamente estabelecidos. (ENGELS, 1979b, p. 26)

A relação dialética entre o homem e a natureza é analisada por Marx e Engels em outros momentos como na obra “A Ideologia Alemã” na qual travam um amplo debate com Bruno ao refletir sobre a oposição história e natureza:

Tomemos, por exemplo, a importante questão das relações do homem e da natureza (ou mesmo, como São Bruno nos diz à página 110. \* as “contradições na natureza e na história”, como se fossem duas coisas separadas, como se a história não se encontrasse sempre frente a uma natureza que é histórica e de uma história que é natural). Essa questão, de onde nasceram todas as “obras de uma grandeza insondável” sobre a “Substância” e a “Consciência de si”, reduz-se, por si mesma, à

compreensão do fato de que a tão célebre “Unidade do homem com a natureza” residiu sempre na indústria, e se apresentou de modo diferente a cada época, segundo o desenvolvimento maior ou menor da indústria, e que o mesmo ocorreu com a “luta” do homem contra a natureza, até que as forças produtivas se tenham desenvolvido sobre uma base adequada. (MARX; ENGELS, 1965, p. 41-42)

E essa relação de oposição é criticada da seguinte forma em Marx e Engels (1965):

Vemos imediatamente que essa religião da natureza, ou essas relações definidas em relação à natureza são condicionadas pela forma da sociedade e vice-versa. Aqui, como sempre, a identidade entre o homem e a natureza surge também sob essa forma, segundo a qual o comportamento restrito dos homens frente à natureza condiciona seu comportamento restrito entre si, o qual, por sua vez, condiciona as relações restritas com a natureza, precisamente porque ela ainda não foi historicamente modificada e que, por outro lado, a consciência da necessidade de entrar em contato com os indivíduos que o cercam marca para o homem o início da consciência do fato que vive, sobretudo, em sociedade. (MARX; ENGELS, 1965, p. 27)

Para Foster (2005) a visão dominante, mesmo no marxismo, considerava Marx antiecológico, pois “não havia contribuído com ideias importantes para a ecologia”. Para o autor a tradição marxista ocidental compreendia que para Marx a dialética não se aplicava a natureza, mas somente a história humana, ao ramo social. No entanto em sua obra “A ecologia de Marx” defende que a ecologia de Marx é a mais avançada e que para ele não se pode ir além de Marx. Expõe que certos pontos da obra de Marx ao desenvolver a crítica ao capitalismo também a transforma em uma crítica ecológica e sua visão do socialismo em uma visão ecológica.

Na perspectiva de Foster (2005), Marx foi fortemente influenciado por Epicuro que possuía uma forma não determinista de materialismo, que combinava materialismo com conceitos de liberdade humana. A filosofia natural epicurista propunha segundo Foster (2005, p. 58) que: “Nada é jamais criado pelo poder divino à partir do nada e a natureza (...) jamais reduz qualquer coisa em nada” juntas essas proposições constituem o que hoje conhecemos como: “o princípio da conservação”.

Em sua tese de doutoramento Marx, segundo Foster (2005), optou em voltar-se para a filosofia de Epicuro com objetivo de esclarecer o modo como a filosofia epicurista havia contribuído para ascensão do materialismo, humanismo e individualismo abstrato do iluminismo europeu dos séculos XVIII e XIX. Segundo Foster (2005) para Marx Epicuro foi o primeiro a captar a aparência como aparência, como alienação da essência e reconheceu a alienação entre seres humanos. Sua filosofia recusaria o determinismo de Demócrito bem

como os princípios teleológicos da religião por achar “melhor o mito dos deuses que ser escravo do destino dos físicos” FOSTER (2005, p. 84).

Para Foster (2005) Marx realiza uma crítica a todo o materialismo precedente, inspirado em Epicuro, que possuía um caráter predominantemente contemplativo em vez da “vida ativa”. Para Marx, segundo Foster (2005), o objetivo do materialismo é captar a importância da vida ativa e prática (revolucionária), reconhecer a mudança como circunstâncias da atividade humana, pois o objetivo não é apenas a interpretação, mas a sua transformação.

Neste sentido, para Foster (2005, p. 164) o pensamento materialista tem seu foco na história sem desconsiderar a prioridade ontológica da natureza. Portanto, a crítica social de Marx se ancora no desenvolvimento histórico da humanidade e na relação alienada com a natureza. Para o autor Marx não ignorou o domínio da natureza exterior, no materialismo histórico ele foi desenvolvido e valorizado apenas como um elemento incorporado à história humana, ressaltou a importância da qualidade da interação entre a humanidade e a natureza através da produção.

A concepção materialista histórica tem como premissas segundo Foster (2005): a existência do indivíduo humano vivo e sua relação com a natureza – estabelecida a organização física em consequência a relação com a natureza; os homens são distintos de outros animais pela consciência; os modos de produção para subsistência dependem da natureza e dos meios existentes que precisam ser reproduzidos; o modo de produção (forma definida de expressar a vida deles) é definida por eles; ao expressar a vida na forma de como e quanto produzem dependem das condições materiais de sua produção.

A crítica realizada à Feuerbach, segundo Foster (2005), por Marx e Engels parte dos seguintes elementos: Feuerbach postula o homem, em vez do homem histórico real; postula a natureza, em vez da história natural. Na concepção marxiana as mudanças não estão dadas, são resultado de um produto histórico promovido pela atividade humana. A unidade homem natureza sempre existiu na história da natureza, não se reduz à história humana, mas não se pode ser dissociada da história humana. Marx manteve leal a visão de Epicuro no relato de Lucrécio segundo Foster (2005, p. 172): “O nome de mãe foi dado a terra acertadamente, já que tudo nasce da terra”.

Para Foster (2005) a visão de mundo de Marx era profunda e sistematicamente ecológica nela o homem é parte integrante da Natureza. E cita o próprio Marx para expor seu pensamento:

O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem que ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza. (MARX, 2008, p. 84).

A relação do homem com a natureza é mediada pelo trabalho como afirma Foster (2005), para Marx é o elemento central que media a relação homem e natureza, é através do trabalho que o homem encara os materiais da natureza como uma força da natureza. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes ao seu próprio corpo, a fim de se apropriar dos materiais da natureza de uma forma adaptada às suas necessidades. Através desse movimento, ele atua sobre a natureza externa e a modifica, e com isso, simultaneamente, altera sua própria natureza.

É no *Capital* que Marx atinge plena integração entre sua “concepção materialista da natureza” e sua “concepção materialista da história” onde a *categoria metabolismo* surge segundo Foster (2005) para definir o processo de trabalho como um processo natural de produção da troca material entre o homem e a natureza. Neste sentido, explica Foster (2005):

*A categoria conceitual principal da análise teórica de Marx nesta área é o conceito de metabolismo (Stoffwechsel). A palavra alemã “Stoffwechsel” implica diretamente, nos seus elementos, uma noção de “troca material” subjacente à noção dos processos estruturados de crescimento e decadência biológicos englobados pelo termo “metabolismo”. Na definição do processo de trabalho Marx tornou o conceito de metabolismo central a todo o seu sistema de análise, enraizando nele a sua compreensão do processo de trabalho. Assim, na sua definição do processo de trabalho em geral (contraposta às suas manifestações historicamente específicas), Marx utilizou o conceito de metabolismo para descrever a relação do homem com a natureza através do trabalho. (FOSTER, 2005, p. 221, grifo nosso)*

Essa categoria *metabolismo* para Marx tem um duplo sentido: um sentido ecológico e um amplo sentido social como apresenta Foster (2005):

Marx, portanto empregava o conceito tanto para se referir à real interação metabólica entre a natureza e a sociedade através do trabalho humano (contexto em que o termo era normalmente usado nas suas obras) quanto, num sentido mais amplo (sobretudo nos *Grundrisse*), para descrever o conjunto complexo, dinâmico, interdependente, das necessidades e relações geradas e constantemente reproduzidas de forma alienada no capitalismo, e a questão da liberdade humana suscitada por ele – tudo podendo ser visto como ligado ao modo como o metabolismo humano com a natureza era expresso através da organização concreta do trabalho humano. O conceito de metabolismo assumia assim tanto um significado ecológico específico quanto um significado mais amplo. (FOSTER, 2005, p. 222-221)

A categoria metabolismo permitiu também que Marx expressasse a relação humana com a natureza como uma relação que abrangia segundo Foster (2005) tanto “as condições impostas pela natureza” quanto “a capacidade dos seres humanos de afetar esse processo”. No entanto, a principal característica dela é a “noção da alienação da natureza” e sua relação com “a alienação do trabalho” essência da criticamarxiana. (FOSTER, 2005, p. 223). Para Foster (2005) a essência de toda crítica de Marx reside no caráter alienado da sociedade capitalista e para confirmar seu pensamento cita Marx:

Não é a *unidade* do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas, do seu metabolismo com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza que precisa de explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a *separação* entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre trabalho assalariado e capital. (MARX, 2011, p. 649, grifo do autor)

No processo de produção de troca material entre o homem e a natureza, MARX identifica uma “*falha irreparável*<sup>50</sup>” no metabolismo: a separação antagônica entre campo e cidade.

(...) a grande propriedade rural reduz a população agrícola a um mínimo em decréscimo constante e lhe contrapõe uma população industrial em constante crescimento, amontoada em grandes cidades; gera, com isso, condições que provocam uma *insanável ruptura* no contexto do metabolismo social, prescrito pelas leis naturais da vida, em decorrência da qual se desperdiça a força da terra e esse desperdício é levado pelo contrário muito além das fronteiras do próprio país Liebig!. Se a pequena propriedade cria uma classe permanente de bárbaros meio à margem da sociedade, que conjuga toda a brutalidade de formas sociais primitivas com todas as torturas e toda a miséria de países civilizados, a grande propriedade soterra a força de trabalho na última região onde se refugia a sua energia natural e onde ela se armazena como fundo de reserva para a renovação da força vital das nações: na própria terra. Grande indústria e grande agricultura, exploradas industrialmente, atuam conjuntamente. Se, originariamente, elas se diferenciam pelo fato de que a primeira devasta e arruína mais a força de trabalho e por isso a força natural do homem e a última, mais diretamente a força natural da terra, mais tarde, ao longo do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, ao passo que o sistema industrial na zona rural também extenua os trabalhadores e, por sua vez, a indústria e o comércio proporcionam à agricultura os meios para esgotamento da terra. (MARX, 1986, Livro III, Vol 3 p.266, grifo nosso)

---

<sup>50</sup> Não existe distinção do conceito de falha metabólica para o de insanável ruptura, trata-se apenas de traduções distintas.

E uma “*perturbação na interação metabólica entre o homem e a natureza*” como prenuncia Marx no volume 1 do *Capital*:

Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz histórica da sociedade, e, do outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sob a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. (...) Mas, *ao destruir as condições naturais que mantêm aquele intercâmbio cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção e em forma adequada ao desenvolvimento integral do homem.* (...) E todo o progresso na agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apóia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 1980, p. 578-79, grifo nosso)

A partir das concepções de “falha irreparável” e “perturbação na interação metabólica” descritas por Marx surge a concepção de “falha metabólica”. Para Foster (2005, p. 229): “Marx empregou o conceito de “falha” na relação metabólica entre os seres humanos e a terra para captar a *alienação material* dos seres humanos dentro da sociedade capitalista”.

O modo como Marx compreende o processo de alienação em sua totalidade na unidade dialética social-natural nos possibilita deduzir as causas que levam o homem a destruir os meios que lhe são necessários para continuar sobrevivendo. Nesta perspectiva, afirma Mészáros (2002) essa alienação que acontece sob o domínio do capital se dá tanto em relação ao trabalho quanto à natureza, pois são fontes materiais do processo de produção social fundado sob a apropriação privada e a expropriação.

Marx em suas obras previa essa relação destrutiva da natureza, segundo Foster (2005), mesmo em um contexto em que o esgotamento dos recursos naturais era algo distante. Em um trecho de O Capital, Marx escreveu:

Do ponto de vista de uma formação econômica superior da sociedade, a propriedade privada de certos indivíduos sobre o globo terrestre parecerá tão absurda quanto a propriedade privada de um ser humano sobre outro ser humano. *Mesmo uma sociedade inteira, uma nação, mesmo todas as sociedades coevas em conjunto não são proprietárias da Terra. São apenas possuidoras, usufrutuárias dela, e como boni patres famílias devem legá-la melhorada às gerações posteriores.* (MARX, 1986, Livro III, Vol 3, p.239, grifo nosso)

Para Foster (2005), foi a concepção de sustentabilidade mais radical até hoje criada. Para o autor o que Marx diz em relação à sustentabilidade vai exatamente contra o capitalismo, a sociedade de classes, pois do ponto de vista do sistema socialista ou comunista a propriedade privada da terra pareceria tão irracional quanto a escravidão. Mesmo toda uma sociedade, uma nação ou todas as sociedades que existem simultaneamente tomadas em conjunto não são donos da terra, simplesmente tem a sua posse, são seus beneficiários e eles tem que passar adiante e em estado melhorado para as gerações futuras “como bons pais de família”.

Ironicamente a concepção marxiana de sustentabilidade foi incorporada pela ciência burguesa na tentativa de amenizar as contradições da relação homem natureza na sociedade capitalista. O conceito que absorveu a concepção de sustentabilidade de Marx atualmente é conhecido como *desenvolvimento sustentável*, consagrado após a Conferência do Rio – 1992, como “(...) aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras de atenderem às próprias necessidades”.

No entanto, antes de adentrar ao debate sobre a espécie de desenvolvimento dialogar-se-á sobre o gênero desenvolvimento na perspectiva marxista. Segundo Bonente (2014) uma interpretação especificamente interessante é a do filósofo marxista G. Lukács (2010) propõe que, com a palavra desenvolvimento, Marx tem porreferência o aumento objetivo da complexidade como elemento regulador dadinâmica de funcionamento de objetos estruturados ao longo do tempo, ou seja, uma dada estrutura é mais desenvolvida do que outra de mesma espécie se for constituída por um número maior de componentes específicos, ou pelo mesmo número de componentes mais complexos. Bonente (2014) exemplifica:

Tomando exclusivamente nossa condição de seres naturais e o critério acima apresentado, podemos dizer, por exemplo, que mesmo o mais deplorável dos seres humanos é mais desenvolvido que um animal de estimação (por maior que seja a estima pelos últimos). Se a sociedade é entendida como uma totalidade composta de vários complexos, complexamente articulados, o mesmo tipo de análise pode ser a ela aplicada. E, assim como no caso anterior, proferir sentenças a respeito do desenvolvimento da sociedade significa falar sobre o grau de desenvolvimento/complexidade de suas esferas constitutivas: economia, política, artes, direito, religião etc. (BONENTE, 2014, p. 277)

Ou seja:

A maneira como Marx concebeu o desenvolvimento, então o desenvolvimento de que fala em O Capital é o desenvolvimento do seu objeto de análise (a sociedade capitalista, cuja dinâmica é dominada por sua economia, como procura demonstrar a obra). Ademais, o fato de que Marx tenha procurado capturar a essência desse desenvolvimento mediante o enunciado de leis de tendência revela, por um lado, que o autor tem plena consciência de que o processo de desenvolvimento comporta histórias (i.e., trajetórias concretas, efetivas) bastante diferenciadas. Isso porque leis de tendências não são afirmações sobre sequências regulares de eventos, mas sim proposições sobre a capacidade causal de um determinado objeto do mundo, que pode ser exercida sem que os fenômenos causados se manifestem (em virtude da operação de tendências contrarrestantes). Naturalmente, isso confere à análise de Marx um caráter *post festum*, não preditivo. Por outro lado, a caracterização do processo de desenvolvimento mediante o enunciado de leis de tendência nitidamente revela o reconhecimento do caráter não-teleológico da história em seu conjunto. Ainda que Marx destaque a teleologia como o aspecto distintivo da práxis humana, ele simultaneamente caracteriza a dinâmica da sociedade como o resultado da articulação espontânea, não-teleológica dessas práticas. (BONENTE, 2014, p. 278)

Portanto segundo Bonente (2014):

Dentro dessa perspectiva, portanto, podemos dizer que o capital é tanto mais desenvolvido, quanto mais ampla a sua atuação. Ou seja, por mais contraintuitivo que pareça, o fato de o capital ampliar seu alcance territorial (tendência à formação do mercado mundial), penetrar nas mais distintas esferas da vida social (como, por exemplo, as artes, esportes, relações familiares, de afeto etc.) e atuar em um número maior de setores (como, por exemplo, aqueles originalmente conduzidos pelo Estado, nos quais a lucratividade é relativamente diminuta e o retorno é mais demorado), imprimindo, em todos esses casos, a sua lógica de funcionamento, significa que o capital se desenvolveu. (BONENTE, 2014, p. 279)

No entanto compreende-se que essa não é a forma como as teorias de desenvolvimento capitalista analisam o fenômeno do desenvolvimento. Em geral essas teorias mascaram as contradições e as leis fundamentais do processo produtivo ocultando as reais causas dos problemas sociais, ambientais e econômicos. Estas teorias, segundo Bonente (2014) surgem somente no pós-II Guerra Mundial:

Esse período, que coincide com o fim da Segunda Guerra Mundial, foi marcado por uma série de reorientações (especialmente no plano político-ideológico) e transformações significativas na configuração mundial (em virtude das inúmeras descolonizações e revoluções), que oferecem importante auxílio à compreensão das principais características daquele conjunto teórico. Um aspecto comumente ressaltado, e recorrentemente utilizado como critério para reunião dessas teorias em um mesmo grupo, diz respeito ao fato de todas compartilharem uma mesma preocupação: diante do reconhecimento de que os diferentes países sustentam trajetórias históricas

de crescimento distintas, as teorias do desenvolvimento são identificadas como aquelas que se ocupam de explicar a existência dessas trajetórias particulares e sugerir possíveis soluções para os “menos favorecidos” (ou subdesenvolvidos). (BONENTE, 2014, p. 280)

Anteriormente a esse período, os Estados eram classificados em relação a critérios culturais, religiosos ou geográficos. Os países eram chamados de civilizados ou não civilizados, católicos ou não católicos, orientais ou ocidentais. Segundo a autora os Estados Unidos introduziram o conceito de desenvolvimento e subdesenvolvimento, em 1949 quando o presidente Truman toma posse anunciando a era do desenvolvimento, com o intuito de se apresentarem como nação hegemônica já que a Europa estava destruída e precisava recuperar-se e desenvolver-se, segundo Coriolano (2003).

Para a autora o desenvolvimento, na esfera econômica, é reduzido ao trivial crescimento econômico e somente em 1962, o Conselho Econômico das Nações Unidas recomenda a inserção dos aspectos sociais ao desenvolvimento. Segundo Coriolano (2003) as recomendações de Ação da Primeira Década de Desenvolvimento da ONU (1960-1970) precisavam que o problema dos países subdesenvolvidos não era o simples crescimento, mas sim o desenvolvimento e que este implicaria uma série de mudanças qualitativas. E que nessa primeira década os aspectos econômicos e sociais foram tratados separadamente e na segunda década (1970-1980) procurou-se unir esses dois aspectos, mas acaba sendo considerado especialmente pelos órgãos de fomento internacional como mero crescimento econômico.

Dentro das teorias de desenvolvimento capitalistas encontram-se distintas teorias, dentre elas a Teoria do desenvolvimento sustentável que segundo Coriolano (2003) está inserida na tendência consensual de desenvolvimento que compreende o desenvolvimento: (a) enquanto sinônimo de crescimento econômico; (b) como resultado de um processo de implementação de tecnologias (conduz à urbanização, industrialização e terceirização); (c) como um processo direcional que obedece a fases e etapas, neste sentido o subdesenvolvimento seria apenas a fase inicial para chegar ao desenvolvimento. Estas teorias também não propõem mudanças estruturais, apenas conjunturais, para elas a sociedade se sustenta à base do consenso e não do conflito, o Estado é neutro, promotor do “bem comum” e ele não deve intervir no processo de desenvolvimento.

A concepção hegemônica de desenvolvimento, que pretende atribuir um caminho único – o caminho de desenvolvimento de alguns países centrais, predominantemente Inglaterra e Estados Unidos – como regra universal a ser observada e seguida pelos países em desenvolvimento é uma falácia para Mészáros (2002, p. 39), pois ignora a existência de

vínculos causais entre as condições de dominação neocolonial e a miséria de imensos contingentes populacionais do planeta. O uso predatório dos recursos naturais como padrão histórico de desenvolvimento dos países capitalistas avançados inviabiliza a existência de toda humanidade. Neste sentido, o desenvolvimento é interpretado como um caminho único a ser seguido por todos os povos e suas economias, um modelo a ser transferido ao mundo em desenvolvimento, cujas consequências reais muitas vezes são contraditórias.

Em uma análise crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável Foladori e Tommasino (2000) apresentam o contexto histórico no qual o conceito é apresentado e suas mutações no decorrer da história. Iniciam sua análise pelo século XX que segundo os autores:

Caracterizou-se por transformações mais profundas sobre o meio ambiente, tanto em quantidade como em qualidade. Em quantidade e amplitude porque muitos dos efeitos sobre o meio passaram de ser regionais ou locais para alcançar uma escala planetária, como o aquecimento global, a diminuição da camada de ozônio ou a perda da biodiversidade. Em qualidade ou profundidade porque o avanço da química permitiu a ruptura de laços e combinações de elementos novos que gerarão efeitos de longo prazo sobre o meio ambiente. (FOLADORI; TOMMASINO, 2000, p. 42, tradução nossa)

Segundo os autores é a partir desse contexto que a preocupação pelo meio ambiente surge na década de 1960 nos países desenvolvidos de forma distinta da preocupação de épocas e períodos históricos anteriores. Para Foladori e Tommasino (2000):

A diferença consistiu basicamente em relacionar a degradação ambiental com o desenvolvimento, mostrando que o desenvolvimento por si mesmo – e contra a ideia que se tinha nos anos 1950 – não dava conta de um equilíbrio com o meio ambiente e tão pouco alcançava a igualdade dentro da sociedade humana. (FOLADORI; TOMMASINO, 2000, p. 42, tradução nossa)

No prelúdio dos anos 1970, segundo Foladori e Tommasino (2000), era possível observar quatro posições distintas no tocante a problemática ambiental: primeiro os “catastrofistas”, renunciavam que, devido a escassez de recursos naturais, o crescimento acelerado no decorrer do século levaria a uma catástrofe ecológica e humana, posição representada pelo Clube de Roma em 1972 através do documento “Os limites do crescimento”; segundo estavam os tecnocratas otimistas, conhecidos como “cornocupianos”, basicamente não reconheciam nenhuma crise ambiental, defendiam a inesgotabilidade dos recursos naturais e o eficaz mecanismo regulador do mercado como regulador do uso dos recursos, nessa posição encontram-se o “The Resourceful Earth” de 1984; em terceiro estavam os ecologistas “inflexíveis” que defendiam um retorno ao passado, com uma visão

romântica da vida rural em pequenas comunidades autossustentáveis diante da crise da sociedade industrial; e por último surgiram uma série de proposições tendentes a interpretar a crise ambiental e oferecer uma saída “viável” ao capitalismo.

Primeiro o termo “eco desenvolvimento” e logo depois o termo “desenvolvimento sustentável” passam a ser o centro do debate, concepções que, segundo Sachs (1994) se originaram a partir da reunião preparatória da ONU – EPHE (Organização das Nações Unidas) em 1972 para a Conferências das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo (1972) com o intuito de encontrar uma alternativa comum aos problemas ambientais e ao desenvolvimento. Essa posição se afastou das posições reducionistas da ecologia inflexível e do economicismo restrito e prescreveu uma via intermediária entre o pessimismo malthusiano (preocupado com o esgotamento dos recursos) e o otimismo dos teóricos da abundância (que acreditam nas soluções tecnológicas). Para Sachs (1994) os princípios básicos do conceito de desenvolvimento sustentável são:

i) satisfação das necessidades básicas, ii) solidariedade com as gerações futuras, iii) participação da população envolvida, iv) preservação dos recursos naturais, v) elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, vi) programas de educação, vii) defesa da separação dos países centrais e periféricos para garantir o desenvolvimento dos últimos (SACHS, 1994, p. 52)

Os aspectos que envolvem o conceito para Sachs (1994) são: a **viabilidade social** que tem como eixo central a justiça social e a distribuição das riquezas produzidas com o intuito de diminuir a desigualdade entre os desprovidos e os providos, a *viabilidade econômica* através da “gestão mais eficiente dos recursos” e um fluxo regular de investimentos públicos e privados, a *viabilidade ecológica* que pode ser alcançada se medidas como: limitação do consumo de combustíveis fósseis e outros recursos não-renováveis, intensificar a pesquisa sobre tecnologias limpas e intensificar da exploração potencial dos recursos naturais com o menor dano possível aos ecossistemas forem adotadas, a *viabilidade espacial* que tem como objetivo equilibrar as populações da cidade e do campo e uma melhor repartição da atividade econômica em todo o território, e por fim a *viabilidade cultural* que demanda ao ecodesenvolvimento uma postura responsável por soluções locais específicas para cada ecossistema, cada cultura e cada situação.

Para Foladori (2002) o conceito de desenvolvimento sustentável, que surge e adquire força pelo relatório O Nosso Futuro Comum produzido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, possui um caráter tridimensional da

sustentabilidade e um caráter técnico dessa tridimensionalidade. Para Foladori (2002, p. 104): “O desenvolvimento sustentável incorpora à conservação da natureza externa (sustentabilidade ecológica) a sustentabilidade social e também uma sustentabilidade econômica”. Analisando o esquema elaborado pelo WORD RESOURCES INSTITUTE (2002) observa o caráter da tridimensionalidade onde: o ângulo superior representa a sustentabilidade econômica, o inferior direito a ecológica, e o inferior esquerdo a social. Para o autor trata-se de uma visão tecnicista e ideologicamente comprometida com o capitalismo, principal causador da degradação.

Ao esmiuçar o caráter técnico da tridimensionalidade do conceito de desenvolvimento sustentável Foladori (2002) expõe que a *sustentabilidade ecológica* é a de menor divergência, refere-se ao conceito de conservação da natureza no sentido da natureza externa ao ser humano, tem o conceito “integridade” como critério de medida (a natureza não-humana), ou seja, quanto menos intocada a natureza pelo homem “mais ecologicamente sustentável estaríamos”. Para Foladori (2002) na *sustentabilidade econômica* surge uma contradição a partir do seguinte questionamento “se esse conceito se restringe ao crescimento econômico e à eficiência produtiva como garantir a sustentabilidade ambiental” e apresenta duas correntes da economia ecológica: os ortodoxos que defendem o crescimento zero (incoerentes com a dinâmica capitalista) e a tendência mais branda que defende a correção do processo produtivo pela substituição dos recursos não-renováveis pelos renováveis que não conseguem resolvê-la. E finalmente, no que lhe concerne, o conceito de *sustentabilidade social* é o que gera mais polêmica teórica e cujo conteúdo mais tem se alterado nos últimos trinta anos.

A sustentabilidade social para Foladori (2002) dentro dessa concepção de desenvolvimento sustentável é tratada apenas como uma “ponte”, ou seja constitui-se em um meio ou instrumento, para se atingir a sustentabilidade ecológica. Segundo Foladori (2002):

(...) até a década de 90, o conceito de sustentabilidade social não era utilizado com fins autênticos; pelo contrário, sua utilização tinha o fim espúrio de encobrir o interesse pela sustentabilidade ecológica. Colocado de outra forma: para instituições internacionais como a ONU, o Banco Mundial e outras, a pobreza e/ou o incremento populacional não são considerados problemas de insustentabilidade por si próprios, senão na medida em que causem insustentabilidade ecológica. Dois exemplos facilitarão o entendimento. O primeiro pode ser aquele apontado por LÉLÈ, de camponeses pobres que, pela falta de recursos, degradam o solo provocando erosão. O problema de insustentabilidade nesse caso não é a pobreza *per se*, mas o resultado da erosão do solo. Ou seja, embora se considere a pobreza um problema de insustentabilidade social, o verdadeiro interesse está na (in)

sustentabilidade ecológica que provoca. O segundo exemplo é do crescimento populacional. Os pobres se reproduzem mais, nesse caso, o problema de insustentabilidade social é o crescimento da pobreza. Porém, o interesse não explícito mas evidente é de que o aumento da população pressione os recursos e incremente os resíduos. (FOLADORI, 2002, p. 106)

Para além dessa compreensão da sustentabilidade social ser apenas um meio para se atingir o fim ecológico Foladori (2002) expõe a perspectiva técnica do conceito de desenvolvimento sustentável que tem como objetivo reduzir as contradições dentro do sistema capitalista.

Ao desenvolver qualquer transformação na natureza, o ser humano estabelece dois tipos de relações que podem ser distinguidas tanto do ponto de vista teórico como prático. Os seres humanos estabelecem relações técnicas com o meio ambiente externo. Essas relações são as que permitem que qualquer processo de trabalho dê como resultado um produto útil. Também permitem uma reflexão sobre a atividade, uma consciência dos mecanismos internos (tecnologia) e uma permanente correção do processo e dos instrumentos utilizados para melhorar o produto final. Todas as relações que o ser humano estabelece como ambiente externo são relações técnicas, seja essa natureza externa um meio biótico, como ecossistemas com seres vivos, seja um meio abiótico, seja ainda uma combinação de ambos. Ademais, e simultaneamente a esse tipo de relação, os seres humanos estabelecem relações sociais de produção, pelo simples fato de que os meios com os quais trabalham, sejam estes instrumentos, maquinaria, insumos ou os próprios espaços físicos em que se realizam as atividades, estão distribuídos segundo regras de propriedade e/ou apropriação, antes de ser realizada a atividade, e condicionam a distribuição do produto e também o próprio ritmo e tipo de técnica a utilizar. Uma mesma relação social de produção, como a relação capitalista, pode implicar relações técnicas as mais variadas. Nesse aspecto, a história do capitalismo é exemplar. Passou pelas fases de uso de energia derivada do carvão vegetal, do carvão mineral, do petróleo, do gás, da energia elétrica, da energia nuclear, hidráulica, eólica, geotérmica, etc., sem com isso modificar as relações de propriedade e apropriação dos meios de produção; quer dizer, as relações sociais de produção continuaram sendo capitalistas. (FOLADORI, 2002, p. 107)

Da aparente preocupação com o homem e a natureza Foladori (2002) extrai o real interesse por trás da concepção tridimensional de desenvolvimento sustentável das principais instituições internacionais como a ONU e o Banco Mundial que é a exclusão da possibilidade de mudança nas relações sociais de produção. Conclui Foladori (2002) que o extremo inferior direito (sustentabilidade ecológica) nos remete a natureza externa ao ser humano, ou seja, trata-se de mudanças nas relações técnicas, o extremo superior direito (sustentabilidade econômica) refere-se a questões como eficiência, crescimento ou retribuição aos agentes do processo produtivo como valor aportado, ou seja, são questões técnicas que não necessitam,

nem pretendem, nem sugerem a possibilidade de mudanças nas formas de propriedade dos meios de produção ou dos recursos naturais e por fim o ângulo inferior esquerdo (sustentabilidade social) alude a uma série de elementos associados a melhoria da qualidade de vida, à democracia ou aos direitos humanos, sem afetar com isso as relações sociais de produção capitalista.

Na década de 1990, na esteira do processo de reestruturação ideológica do capitalismo, o conceito de “desenvolvimento sustentável” é incorporado pelo turismo dando origem ao chamado turismo sustentável. Uma forma de turismo que surge segundo as organizações internacionais, principalmente para a Organização Mundial de Turismo – OMT, como um “remédio” para amenizar as dores das crises (social, ambiental e econômica), principalmente aos ditos “países subdesenvolvidos” da sociedade capitalista contemporânea.

Concepções de um “novo turismo” como a de Rosenow e Pulsipherem 1979 como sinónimo de preservação (que não excede as capacidades de carga, que promove os valores ambientais e patrimoniais e educa os turistas); a do modelo do Ciclo de Vida de um Destino Turístico apresentado por Butlerem 1980; e os conceitos de capacidade de carga Stankey em 1973 e Tivy em 1973 refletem indiretamente o conceito de desenvolvimento sustentável segundo Hardy et al (2002).

Contudo, o debate sobre a sustentabilidade do turismo ganha força e amplitude com a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, pela força e amplitude das instituições internacionais como a ONU, Banco Mundial e sua representante maior a OMT- Organização Mundial do Turismo. Segundo Anita Pleumaron (1999):

A Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução sobre o turismo sustentável como parte de seu "Programa para a implementação da Agenda 21", o plano de ação adotado na Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Esta resolução reconhece a necessidade de considerar a importância do turismo no contexto da Agenda 21. Entre outras coisas, afirma que "para um modelo de consumo e produção sustentáveis no setor do turismo é essencial fortalecer as políticas nacionais e a capacidade nas áreas de planejamento físico, avaliação do impacto e utilização de instrumentos econômicos e regulatórios, bem como a informação, a educação e o marketing". Além disso, a resolução pede a participação de todas as partes interessadas no desenvolvimento de políticas e na implementação de programas de turismo sustentável. (PLEUMARON, 1999, p. 5-6, tradução nossa)

O turismo sustentável é definido pela OMT (2003, p. 24) como aquele que: “(...) atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro”.

É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas passam a ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO, 2003, p. 24).

De acordo com o discurso hegemônico a abordagem à sustentabilidade foi adaptada ao turismo tendo em vista reduzir as tensões criadas pela “complexidade da interação existente entre os agentes do sector do turismo, os visitantes, o ambiente e a comunidade local”, ou seja, as contradições são deslocadas do âmbito econômico, do processo produtivo, da estrutura para a superestrutura do modo de produção capitalista.

O turismo busca, assim como outras atividades econômicas, amenizar as suas contradições como aponta Hardy e Beeton (2001) que no discurso sobre a proteção ambiental os setores tradicionalmente apontados como “os responsáveis” pelos problemas ambientais, tais como a indústria do aço, as refinarias de petróleo, os transportes, a agricultura intensiva, dentre outras o turismo não era considerado uma ameaça à natureza e ao ambiente, contudo esse quadro se altera diante do desenvolvimento do setor.

O turismo de massa então passa a ser debatido como uma atividade nociva ao ambiente e as comunidades locais. A partir dos anos 1980, Hunter e Green (1995) atestam um interesse crescente em formas alternativas de turismo em detrimento do tradicional turismo de massas, dentre os elementos responsáveis pelo êxito deste novo tipo de turismo os autores apontam os seguintes: uma maior consciência dos impactos ambientais do turismo, uma crescente procura de novas experiências turísticas por parte dos turistas, uma maior ênfase na integração de políticas de proteção ambiental e de desenvolvimento econômico e uma preocupação acrescida da indústria turística com as tendências futuras do mercado.

Pleumaron (1999) expõe, no entanto, que os programas e pautas discutidos e adotados pelos defensores do turismo sustentável a nível internacional são em geral muito vagos. Em sua redação abundam os eufemismos, lugares comuns e termos imprecisos como “potencialização das comunidades locais”, “participação e controle local”, “distribuição equitativa do ingresso”, “conservação da natureza”, dentre outros.

O quadro de contradições do turismo sustentável, assim como a própria concepção do desenvolvimento sustentável, coloca em xeque suas idéias utópicas sobre uma possível escala global do desenvolvimento sustentável. É, possivelmente, também por esta razão, que ganha corpo, ainda no final do século XX, a ideia de turismo de base comunitária.

O conceito de turismo de base comunitária parece ser um herdeiro direto do conceito de desenvolvimento sustentável e, embora os mesmos não sejam sinônimos, a literatura que consagra ambos aponta para indiscutíveis convergências entre eles, posto que ambos têm em seu cerne o pressuposto de que o desenvolvimento tem de ser, antes de mais nada, humano e social. Turismo de Base Comunitária é segundo Aguera (2013):

O Turismo comunitário refere-se a aquele tipo de turismo que se realiza em um destino específico, e onde os atores locais são responsáveis por planejar a atividade turística, a comunidade local passa a ser o principal centro de atividade e, portanto, o principal beneficiário. Além disso, esta forma de turismo ajuda a preservar e valorizar os diversos recursos: patrimonial, cultural ou natural. (AGUERA, 2013, p. 8, tradução nossa)

Maldonado (2006, p. 20) reporta-se a Declaração de São José<sup>51</sup> para conceituar o turismo comunitário que em sua concepção é aquele que promove um adequado equilíbrio de valores éticos, sociais e culturais, complementa e potencializa a economia comunitária familiar, melhora as condições de vida e de trabalho dos seus membros e revitaliza as expressões da cultura.

Apesar de existirem muitos conceitos e definições, dentro da ciência burguesa, assim como das instituições internacionais relacionadas ao fenômeno, dessa “nova” forma de turismo é possível observar alguns elementos que são recorrentes, tais como; a “importância da comunidade”, os “benefícios devem ser distribuídos de forma equitativa”, “práticas democráticas”, “dirigido aos menos favorecidos da sociedade”, estabelece “sinergia com outras políticas de desenvolvimento”

Segundo o discurso dominante na academia, o turismo de base comunitária surge em um contexto de políticas hegemônicas de produção do espaço turístico, dentro de uma nova ordem mundial que tem como pilares o desenvolvimento em busca da sustentabilidade econômica, ambiental e sociocultural. Constitui-se como uma alternativa (e uma forma de resistência) ao turismo convencional, conhecido como turismo de massa. Origina-se então como uma espécie de turismo que vai do global ao local, aonde seu processo de desenvolvimento vem de baixo (dos e para os de baixo), voltado para os interesses das comunidades que tradicionalmente têm sido tratadas como objetos e não como sujeitos do desenvolvimento turístico. (Ruiz et al., 2008; Irving, 2009)

O turismo comunitário é um fenômeno novo na América Latina, segundo Maldonado (2009) as primeiras experiências de comunidades isoladas datam de meados da década de

1980. Para o autor múltiplos fatores explicam a sua origem, dentre eles destaca os seguintes: (a) às pressões mundiais do mercado turístico nas quais comunidades (rurais e indígenas) enfrentam crescentes ataques sobre seus territórios (patrimônios naturais e culturais), (b) necessidade das comunidade de superar sua situação de pobreza crônica, (c) papel fundamental que desempenham os pequenos empreendimentos na diversificação da oferta turística nacional, (d) as estratégias políticas do movimento indígena e rural da região para preservar seus territórios ancestrais na ótica de incorporação aos processos de globalização com sua própria identidade.

De acordo com Maldonado (2009) o turismo de base comunitária é uma aposta de muitas ONGs ambientais que instigaram múltiplas comunidades, principalmente nos países subdesenvolvidos, por compreenderem ser uma opção viável a essas comunidades de preservarem seus recursos naturais, culturais, do meio ambiente e da biodiversidade local. E que diversos governos e empresas privadas, incentivados pelas instituições internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a CAF, agregaram-se a esses esforços, “convencidos” de que as operações turísticas comunitárias realmente contribuem para a diversificação da oferta nacional e são consistentes com as “novas correntes” da demanda mundial.

A partir deste contexto, expõe-se a concepção de turismo de base comunitária compreendido pela Fundação CODESPA, objeto de nossa análise nesse trabalho, que como as organizações acima incentivou e desenvolveu o turismo de base comunitária na comunidade Challapampa na Ilha do Sol, na Bolívia. A Fundação CODESPA define turismo de base comunitária como aquele que:

(...) promove a relação intercultural entre o anfitrião e o turista e implica na intervenção ativa da comunidade na definição, planejamento e gestão do processo turístico. Parte das utilidades geradas se destina a atenção das necessidades comunais. (CODESPA, 2011, p. 15, tradução nossa)

Fundamentamos nossa reflexão no materialismo histórico dialético, pois a visão marxista nos fornece uma preciosa ferramenta de análise na compreensão do contexto contemporâneo do turismo no qual a contradição desenvolvimento e sustentabilidade se levantam na sociedade burguesa.

---

<sup>51</sup>OIT-REDTURS: Declaração de São José sobre Turismo Rural e Comunitário, São José, outubro de 2003.

### 3. O TURISMO NA COMUNIDADE CHALLAPAMPA

Neste último capítulo, a categoria marxiana mercadoria, é analisada como condicionante chave, na constituição da categoria turismo. Retoma-se a análise marxiana da categoria mercadoria, enquanto célula do metabolismo social, rumo à crítica do discurso reformista e reestruturante do turismo de base comunitária que impera na sociedade burguesa. E, finalmente, observam-se as contradições do turismo de base comunitária desenvolvido na comunidade Challapampa pela Fundação Codespa.

#### 3.1. Mercadoria: condicionante chave da categoria turismo

*Subproduto da circulação das mercadorias, a circulação humana considerada como um consumo, o turismo, reduz-se fundamentalmente à distração de ir ver o que se tornou banal. A ordenação económica da frequência de lugares diferentes é já por si mesma a garantia da sua equivalência. A mesma modernização que retirou da viagem o tempo, retirou-lhe também a realidade do espaço. Guy Debord*

Coaduna-se com Marx (1980) quando no prefácio da 1ª edição de “O Capital” enuncia que “todo começo é difícil em qualquer ciência”, especialmente quando se é moldado<sup>52</sup> por uma forma de ciência estática que não oferece possibilidades de ver o movimento dos e nos fenômenos. Antes de iniciar a análise da determinação (mercadoria) que é considerada chave para a categoria turismo. Justifica-se a escolha através das palavras do próprio Marx (1980):

Porque é mais fácil estudar o organismo, como um todo, do que suas células. Além disso, na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios. *A célula econômica da sociedade burguesa é a forma mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a forma de valor assumida pela mercadoria.* Sua análise parece, ao profano, pura maquinação de minuciosidades. Trata-se, realmente, de minuciosidades, mas análogas àquelas da anatomia microscópica. (MARX, 1980, p. 4, grifo nosso)

---

<sup>52</sup> A grande dificuldade apresenta-se por não estarmos habituados a pensar de modo dialético. E o mais curioso é sobre o papel da Academia neste sentido, pois quanto mais ela te “educa” em uma “disciplina” menos habilitados ficamos para pensar o método dialético.

Marx, ainda, no prefácio da 1ª edição de “O Capital” expõe alguns elementos que consideramos chaves para sua compreensão. Dentre esses elementos afirma que: (a) seu objeto de pesquisa é o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e de circulação; (b) o seu lócus de pesquisa é a Inglaterra, pois, em sua concepção, é onde o capitalismo está mais desenvolvido naquele momento histórico e, mais próximo do processo revolucionário. Aos alemães e as outras nações que desdenharem de sua narrativa sobre a situação dos trabalhadores ingleses adverte-os “De te fabula narratur<sup>53</sup>”. Expõe Marx:

*Intrinsecamente, a questão que se debate aqui, não é o maior ou menor grau de desenvolvimento dos antagonismos sociais oriundos das leis naturais da produção capitalista, mas estas leis naturais, estas tendências que operam e se impõem com férrea necessidade. O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido. (MARX, 1980, p. 5, grifo nosso)*

Uma nação pode e deve aprender de outra.

(...) Ainda quando uma sociedade tenha desvendado o significado da lei natural que rege seu movimento – e o objetivo final dessa obra é descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna, - não pode ela suprimir, por saltos ou por decretos, as fases naturais de seu desenvolvimento. Mas, ela pode encurtar e reduzir as dores do parto. (MARX, 1980, p. 6)

Outro elemento importante, Marx (c) não trata de indivíduos, mas de personificações das relações sociais, tais como: compradores e vendedores, capitalistas e trabalhadores. Observa Marx (1980):

(...) as pessoas só interessam na medida em que representam categorias econômicas, em que simbolizam relações de classe e interesses de classe. Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo, socialmente, criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas. (MARX, 1980, p. 6)

Marx no posfácio da 2ª edição fez algumas advertências sobre seu método, tais como: (a) dificuldade de leitura dos primeiros capítulos devido ao método adotado, (b) distinção do método de exposição do método de pesquisa. A dificuldade de leitura dos primeiros capítulos de “o Capital” explica-se pela necessidade de Marx desenvolver um

---

<sup>53</sup> A história é a teu respeito.

quadro conceitual que o ajudasse a se fazer compreender a complexidade do sistema capitalista. Neste sentido, Marx teve que desenvolver um método que distingui o método de pesquisa<sup>54</sup> do método de exposição<sup>55</sup>. Afirma Marx (1980):

É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori. (MARX, 1980, p. 16)

Segundo Carone (2007) Marx observa que seu método se aproxima do método das ciências naturais<sup>56</sup>, em específico ao do anatomista, bem como das ciências físicas<sup>57</sup>. Mas não equivale a nenhum dos dois, em razão do seu objeto (formas econômicas). Marx fala em “análise” e “capacidade de abstração” como forma apropriada de abordar cientificamente as formas econômicas, resistentes à observação direta ou observação indireta com ajuda de instrumentos ou mesmo de experimentação.

Pode-se inferir segundo Carone (2007) que Marx se aproxima das ciências naturais e físicas, mas não as identifica com seu método, pois o objetivo de sua obra transcende os limites do próprio universo da pesquisa (trata-se de compreender teoricamente o que é o capital e não o capitalismo inglês do século passado), ou seja, o capitalismo inglês, na sua *singularidade*, materializa as características *universais* do regime de produção capitalista, isto é, as suas leis.

O capítulo primeiro segundo Marx (1980, p. 4): “é o que oferece maior dificuldade à compreensão, notadamente a seção que contém a análise da mercadoria”, pelo seu caráter analítico e altamente abstrato como enuncia Carone (2007) como o capítulo que carrega

---

<sup>54</sup> Segundo Iray Carone (2007) o método de pesquisa é a investigação de ordem empírica, a coleta de dados, a sua classificação, o conjunto de técnicas e procedimentos adequados à apropriação analítica do material empírico.

<sup>55</sup> Segundo Iray Carone (2007) o método de exposição é a reconstrução racional e teórica da realidade pesquisada.

<sup>56</sup> Essa aproximação é visível quando Marx compara a sociedade burguesa a um organismo vivo e a mercadoria a uma célula (forma elementar desse organismo). Marx vê a sociedade como uma totalidade orgânica, dotada de especificidade e solidariedade funcional entre as partes, dotada de leis estruturais e história (assim como os seres vivos não é imutável sofre transformações).

<sup>57</sup> A aproximação aqui é quando Marx busca a lei que rege o sistema capitalista, assim como as ciências físicas buscam na natureza leis que regulam (explicam) seus processos. Segundo Marx (1980, p. 4): “O físico observa os processos da natureza, quando se manifestam na forma mais característica e estão mais livres de influências perturbadoras, ou quando possível, faz ele experimentos que assegurem a ocorrência do processo, em sua pureza”.

consigo todas as dificuldades da exposição teórica que tenta espelhar, pelo avesso, a realidade da mercadoria.

Marx inicia a análise da sociedade capitalista com o objetivo de compreender o processo de acumulação de riqueza, de como essa riqueza se constituía, a partir da realidade que o cercava naquele momento histórico e, elege como ponto de partida a mercadoria.

*A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em “imensa acumulação de mercadorias”, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. Por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria. (MARX, 1980, p. 41, grifo nosso)*

Neste capítulo é possível perceber o movimento da análise marxiana na exposição da célula-mercadoria. A *primeira percepção*, de Marx, sobre a mercadoria é sua utilidade, ou seja, ela é apresentada como um objeto útil que atende as nossas necessidades sejam elas materiais ou espirituais, observada como valor-de-uso, reconhecida, imediatamente, pelos nossos sentidos, pelas suas propriedades materiais específicas e particulares.

*A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estomago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção. (MARX, 1980, p. 41-42, grifo nosso)*

Para Marx a mercadoria satisfaz necessidades humanas, portanto tem utilidade. No entanto, é pela abstração que irá se afastar daquilo que não lhe interessa e apropriar-se das categorias que lhe são fundamentais. Para Marx (1980, p. 42) “A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso” e “Esse caráter (valor-de-uso) da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis” é isto que lhe interessa.

*Os valores-de-uso só se realizam com a utilização ou o consumo. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca. (MARX, 1980, p. 42-43)*

Marx explica que os valores-de-uso aparecem como portadores do valor-de-troca e revela-nos que este possui, à primeira vista, duas características: a relatividade e a variabilidade.

*O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor-de-troca parece algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor-de-troca inerente, imanente à mercadoria. (MARX, 1980, p. 43, grifo nosso)*

No entanto, Marx percebe que essa relação, no mundo das trocas (valor-de-troca) que em princípio uma coisa é permutável por qualquer outra coisa, não é uma relação casual<sup>58</sup>, mas determinada. Reflete Marx:

*Dáí se deduz, primeiro: os valores-de-troca vigentes da mesma mercadoria expressam, todos, um significado igual; segundo: o valor-de-troca só pode ser a maneira de expressar-se, se a forma de manifestação de uma substância que dele se pode distinguir. Tomemos duas mercadorias, por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja a proporção em que se troquem, é possível sempre expressá-la com uma igualdade em que dada quantidade de trigo se iguala a alguma quantidade de ferro. Que significa essa igualdade? Que algo comum, com a mesma grandeza, existe em duas coisas diferentes, em um quarter de trigo e em n quintais de ferro. As duas coisas são portanto iguais a uma terceira que por sua vez delas difere. Cada uma das duas, como valor-de-troca, é reduzível necessariamente, a essa terceira. (MARX, 1980, p. 43, grifo nosso)*

A mercadoria, para Marx, é portadora dessa substância que se relaciona no interior dela, no entanto não é algo material. Expõe Marx:

*Essa coisa comum não pode ser uma propriedade das mercadorias, geométricas, física, química ou qualquer outra natureza. As propriedades materiais só interessam pela utilidade que dão as mercadorias, por fazerem destas valores-de-uso. Põem-se de lado os valores-de-uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas. É o que evidentemente caracteriza essa relação. (MARX, 1980, p. 44, grifo nosso)*

Marx abstrai, em sua análise, o valor-de-uso para se aproximar do “segredo” da comensurabilidade e permutabilidade da mercadoria.

*Como valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores-de-troca, só podem diferir na quantidade, não contendo portanto nenhum átomo de valor-de-uso. Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhes resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. (MARX, 1980, p. 44, grifo nosso)*

---

<sup>58</sup> Se existe uma regularidade então não é casual. Compreende-se que a casualidade não tem explicação.

E em um salto qualitativo Marx descobre o “segredo” desse algo comum (substância) que é produto do trabalho, especificamente o trabalho humano abstrato.

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, as uma única espécie de trabalho, o *trabalho humano abstrato*. (MARX, 1980, p. 44-45, grifo nosso)

Das abstrações feitas até agora Marx faz a seguinte reflexão:

Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles a não ser a mesma *objetividade fantasmagórica*<sup>59</sup>, *uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida*. O que essas coisas ainda representam é apenas que *em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores – valores mercantis*. (MARX, 1988, p. 47, grifo nosso)

Esse *valor* é a substância escondida na mercadoria, que se manifesta em seu processo de troca. Abstraindo o seu valor-se-uso, Marx volta o olhar para o valor-de-troca como o modo necessário de expressão ou forma de manifestação do valor. Com a palavra Marx:

Na própria relação de permuta das mercadorias, seu *valor-de-troca revela-se, de todo, independente de seu valor-de-uso*. Pondo-se de lado o valor-de-uso dos produtos do trabalho, obtém-se seu valor como acaba de ser definido. *O que se evidencia comum na relação de permuta ou no valor-de-troca é, portanto, o valor das mercadorias*. Mais adiante, voltaremos a tratar do *valor-de-troca como o modo necessário de expressar-se o valor ou a forma de este manifestar-se*. (MARX, 1980, p. 45, grifo nosso)

Neste momento, os valores são representados pelo valor-de-troca. No entanto, essa representação não é a essência da coisa em si mesma (valor). E Marx, então despende certo tempo para dialogar sobre a natureza da diferença entre a representação e aquilo que realmente é, ou seja, a diferença entre representação e valor. E que esta representação e o valor-de-troca podem ser visualizados no movimento, ou pelo processo objetivado.

Um valor-de-uso ou bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato. Como medir a

---

<sup>59</sup> Marx segundo David Harvey é um grande admirador de Mary Shelley, escritora britânica, que escreveu a estória de Frankenstein. Na tradução da editora civilização brasileira a palavra fantasmagórica aparece como “impalpável”, uma recusa talvez de aceitar o que CHINA MIÉVILLE diz em seu artigo Marxismo e fantasia.

grandeza do seu valor? Por meio da quantidade da “substância criadora de valor” nele contida, o trabalho. (MARX, 1980, p. 45)

Para Marx o trabalho humano está objetivado, materializado nesta coisa chamada mercadoria, mas, dentro da coisa, a quantidade é medida pelo tempo<sup>60</sup> do trabalho que está na coisa. Segundo Marx (1980, p. 45) “A quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações de tempo, como hora, dia, etc.”. Esse trabalho constitui o valor, é o “trabalho humano homogêneo”, “dispêndio de idêntica força de trabalho”, ou seja, embora se constitua por “inúmeras forças de trabalho individuais” representa “toda a força de trabalho da sociedade”. Marx expõe a primeira definição de Valor.

Cada uma dessas forças individuais de trabalho se equipara às demais, na medida em que possua o caráter de uma força média de trabalho social, e atue como essa força média, precisando portanto, apenas do tempo de trabalho em média necessário ou socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. *Tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho.* (MARX, 1980, p. 46, grifo nosso)

Marx argumenta que essa grandeza determina o valor, o tempo socialmente necessário, não é constante, não é fixa, ou seja, está sujeita a uma constante e perpétua revolução. Explica Marx:

A grandeza do valor de uma mercadoria permaneceria, portanto, invariável, se fosse constante o tempo de trabalho requerido para sua produção. Mas este muda com qualquer variação na produtividade (força produtiva) do trabalho. A produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, entre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção, e as condições naturais. (...) Generalizando: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor seu valor. Inversamente, quanto menor a produtividade do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para produzir um artigo e tanto maior seu valor. A grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade, e na inversa produtividade, do trabalho que nela se aplica. (MARX, 1980, p. 46-47)

---

<sup>60</sup> Interessante registrar que o modo de produção capitalista estabelece certa noção de temporalidade. Como o próprio Marx disse que de fato “tempo é dinheiro”, ou melhor, “tempo é valor”. O tempo liga-se a valor e conseqüentemente as nossas medidas de tempo começam a adquirir certo fascínio, simplesmente porque é a forma na qual funciona o modo de produção capitalista. Jonathan Crary em sua obra “24/7 Capitalismo tardio e os fins do sono” alerta como os senhores do capital estão fazendo para ampliar esse tempo-valor.

Depois de abstrair a categoria valor-de-uso na análise, Marx a retoma com o objetivo de explicar seu papel no interior da mercadoria. Essa relação dialética que nos permite definir *valor* como *tempo de trabalho socialmente necessário*, e é o que o valor-de-uso transporta. É aquilo que a mercadoria é portadora, mas para ser *valor* deve ser útil. Interessante observar o movimento da análise, pois Marx parte do valor-de-uso e após abstraí-lo volta nele, mas agora com outra concepção.

*Uma coisa pode ser valor-de-uso, sem ser valor. É o que sucede quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho. Exemplos: o ar, a terra virgem, seus pastos naturais, a madeira que cresce espontânea na selva, etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor-de-uso social. (...) O produto para se tornar mercadoria, tem que ser transferido a quem vai servir como valor-de-uso por meio de troca. Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor se não é objeto útil. Se não é útil, tampouco o será o trabalho nela contido, o qual não conta como trabalho e, por isso, não cria nenhum valor. (MARX, 1980, p. 47-48, grifo nosso)*

Configura-se em uma relação orgânica, conjunta entre as categorias. Não se constitui de uma relação causal, mas dialética, pois não é possível falar de valor-de-troca sem falar de valor-de-uso e não é possível falar de valor sem falar de valor-de-uso. Essa forma conceitual de Marx ajuda a compreender a realidade que se vive, especialmente a contemporânea relação entre oferta e procura que será vista adiante.

Marx foi o primeiro<sup>61</sup> a observar esse *duplo caráter do trabalho* e advertir que é necessário se aproximar da economia política para compreendê-lo materializado na mercadoria. Antes de adentrar na primeira forma de trabalho, Marx observa a relação metabólica do homem com a natureza<sup>62</sup>.

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, - quaisquer que sejam as formas de sociedade, - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e portanto, de manter a vida humana. (...) O homem ao produzir, só pode atuar como a própria natureza, isto é mudando as formas da matéria. E mais. Nesse trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais. *O trabalho não é, por conseguinte, a única fonte dos valores-de-uso que produz, da riqueza*

<sup>61</sup> Segundo Marx (1980, p. 48): “Fui quem, primeiro, analisou e pôs em evidência essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria”.

<sup>62</sup> Faz-se mister observar que riqueza material distingue-se de valor para Marx. Riqueza material é para ele a quantidade total de valor-de-uso disponível.

*material. Conforme diz William Petty, o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra. (MARX, 1980, p. 50, grifo nosso)*

Primeiro analisa o trabalho concreto que se constitui como trabalho heterogêneo. Para Marx “as diferentes espécies de trabalho”, contém certo enigma para desvendá-lo observa que existe uma unidade de medida, na qual esses trabalhos foram reduzidos a *trabalho simples médio*, por meio de um processo social, sem a consciência dos seus produtores

Trabalho humano mede-se pelo dispêndio da força de trabalho simples, a qual, em média, todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo. *O trabalho simples médio* muda de caráter com os países e estágios de civilização, mas é dado numa determinada sociedade. Trabalho complexo ou qualificado vale como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de modo que uma quantidade dada de trabalho qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho simples. *A experiência demonstra que essa redução sucede constantemente.* Por mais qualificado que seja o trabalho que gera a mercadoria, seu valor a equipara ao produto de trabalho simples e representa, por isso, uma determinada quantidade de trabalho simples. (...) Para simplificar, considerar-se-à, a seguir, força de trabalho simples toda espécie de força de trabalho, com o que se evita o esforço de conversão. (MARX, 1980, p. 51-52, grifo nosso)

Mais adiante Marx muda a análise do concreto, tanto na relação com a natureza como no problema das competências, e passa a observar mais concretamente para o lado abstrato do seu argumento. E deste lado do argumento Marx analisará as relações quantitativas sobre a duração temporal do trabalho e de como funciona.

*Se o trabalho contido na mercadoria, do ponto de vista do valor-de-uso, só interessa qualitativamente, do ponto de vista da grandeza do valor, só interessa quantitativamente* e depois de ser convertido em trabalho humano, puro e simples. *No primeiro caso, importa saber como é e o que é o trabalho; no segundo sua quantidade, a duração de seu tempo.* Uma vez que a grandeza do valor de uma mercadoria representa apenas a quantidade de trabalho nela contido, devem as mercadorias, em determinadas proporções, possuir valores iguais. (MARX, 1980, p. 52-53, grifo nosso)

A primeira observação que Marx percebe é a diferença entre a *riqueza material e valor*. A produtividade (as forças produtivas) se relaciona diretamente com o valor-de-uso, ou seja com a riqueza material. Neste sentido a alteração da produtividade pode afetar a riqueza material, mas não o valor. Em suma, para Marx a alteração das forças produtivas não está relacionada com a criação de valor. Explica Marx:

Não obstante, *ao acréscimo da massa de riqueza material pode corresponder uma queda simultânea no seu valor. Esse movimento em sentidos opostos se origina do duplo caráter do trabalho. (...) O trabalho útil torna-se, por isso, uma fonte mais ou menos abundante de produtos na razão direta da elevação ou da queda de sua produtividade.* Por outro lado, *nenhuma mudança na produtividade atinge intrinsecamente o trabalho configurado no valor. Uma vez que a produtividade pertence à forma concreta, útil de trabalho, não pode ela influir mais no trabalho quando abstraímos de sua forma concreta útil. Qualquer que seja a mudança na produtividade, o mesmo trabalho, no mesmo espaço de tempo, fornece, sempre, a mesma magnitude de valor.* (MARX, 1980, p. 53, grifo nosso)

A segunda se relaciona com a diferença entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato, na qual o trabalho concreto produz valor-de-uso e o trabalho abstrato cria o valor das mercadorias.

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade *de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias.* Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade *de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso.* (MARX, 1980, p. 54, grifo nosso)

Feitas estas observações Marx busca compreender o desenvolvimento da coisa mercadoria, o desenvolvimento das relações mercantis até chegar à sua forma mais desenvolvida (onde aparece o dinheiro). Inicia a análise sobre a objetividade das mercadorias e conclui que apesar das mercadorias possuírem qualidades objetivas nenhum átomo sequer de matéria é percebido.

*Em contraste direto com a palpável materialidade da mercadoria, nenhum átomo de matéria se encerra em seu valor. Vire-se e revire-se, à vontade, uma mercadoria: a coisa-valor se mantém imperceptível aos sentidos. As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra.* (MARX, 1980, p. 55, grifo nosso)

Neste sentido, é possível inferir que o valor da mercadoria é imaterial e objetivo para Marx. É imaterial porque é uma relação social, ou seja, não se pode vê-la, mas sabe-se que é objetiva. O valor, portanto, é imaterial e objetivo, pois é uma relação social que se torna objetivada na mercadoria. Marx compreende que a imaterialidade do valor configura-se como

tempo de trabalho social necessário, mas quer saber como esse valor é objetivado na mercadoria.

Todo mundo sabe, mesmo os que nada mais saibam, que as mercadorias possuem forma comum de valor, que contrasta com a flagrante heterogeneidade das formas corpóreas de seus valores-de-uso. *Esta forma comum é a forma dinheiro do valor.* Importa realizar o que jamais tentou a economia burguesa, isto é, elucidar a gênese da forma dinheiro. Para isso, é mister acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor existente entre as mercadorias, partindo da manifestação mais simples e mais apagada até chegar à esplendente forma dinheiro. Assim, desaparecerá o véu misterioso que envolve o dinheiro. (MARX, 1980, p. 55, grifo nosso)

Marx, então, descreverá as formas de como a forma valor se expressa na mercadoria. A primeira é a forma simples, singular ou fortuita do valor, ou seja, onde expressam duas formas distintas: a relativa e a equivalente. Segundo Marx:

*A forma relativa do valor do linho pressupõe, por isso, que alguma outra mercadoria se contrapõe ao linho como equivalente. Por outro lado, essa outra mercadoria que figura como equivalente não pode achar-se, ao mesmo tempo, sob a forma relativa de valor. Não é ela que expressa seu valor. Apenas fornece o material para a expressão do valor de outra mercadoria. (...) Na mesma expressão do valor, a mesma mercadoria não pode aparecer, ao mesmo tempo, sob as duas formas. Elas se repelem polarmente. Para saber se uma mercadoria se encontra sob a forma relativa do valor ou sob a forma oposta, a equivalente, basta reparar a posição que ocasionalmente ocupa na expressão do valor, se é a mercadoria cujo valor é expresso ou se é mercadoria através da qual se expressa o valor.* (MARX, 1980, p. 56-57, grifo nosso)

Para Marx, na forma relativa do valor, a força humana de trabalho cria valor, mas não é valor. Torna-se valor quando se cristaliza em um objeto. Explica Marx:

Não basta, porém, expressar o caráter específico do trabalho que cria o valor do linho. A força humana de trabalho em ação ou o trabalho humano cria valor, mas não é valor, torna-se valor, quando se se cristaliza na forma de um objeto. Para expressar o valor do linho como massa de trabalho humano, temos de expressá-lo como algo que tem existência material diversa do próprio linho e, ao mesmo tempo, é comum a ele e a todas as outras mercadorias. (MARX, 1980, p. 59)

E Marx percebe que há uma inadequação da forma relativa do valor para expressar a verdadeira magnitude do valor.

A verdadeira variação da magnitude do valor não se reflete, portanto, clara e completa em sua expressão. Isto é, na equação que expressa a magnitude do valor relativo. E o valor relativo de uma mercadoria pode variar, embora seu valor permaneça constante. Seu valor relativo pode permanecer constante, embora as variações simultâneas ocorrentes na magnitude do valor e na expressão da magnitude do valor relativo. (MARX, 1980, p. 63)

Marx observa que a forma equivalente de uma mercadoria é a forma de sua permutabilidade direta com outras mercadorias, uma forma peculiar de valor. E essa forma peculiar não contém nenhuma determinação quantitativa de valor. Marx encontra três peculiaridades nessa forma.

A primeira peculiaridade que salta aos olhos, ao observar-se a forma equivalente, é *que o valor-de-uso se torna a forma de manifestação do seu contrário, isto é, do valor*. (MARX, 1980, p. 64, grifo nosso)

Marx inicia o argumento do fetichismo, insiste que existe algo oculto nessa relação, uma espécie de enigma.

A forma relativa do valor de uma mercadoria (o linho) expressa seu valor por meio de algo totalmente diverso do seu corpo e de suas propriedades (o casaco); *essa expressão está assim indicando que oculta uma relação social*. O oposto sucede com a forma de equivalente. Ela consiste justamente em que o objeto material, a mercadoria, como o casaco, no seu estado concreto, expressa valor, possuindo de modo natural portanto, forma de valor. (...) *Daí o caráter enigmático da forma de equivalente*, o qual só desperta a atenção do economista político, deformado pela visão burguesa, depois que essa forma surge, acabada, como dinheiro. (MARX, 1980, p 65-66, grifo nosso)

A segunda peculiaridade observada por Marx na forma equivalente constitui-se na transformação de trabalho concreto como expressão de trabalho humano abstrato. Expõe Marx (1980, p. 67): “É, portanto, uma segunda propriedade da forma equivalente, *trabalho concreto tornar-se forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato*”. E como terceira peculiaridade “É, portanto, uma terceira propriedade da forma equivalente, *tornar-se o trabalho privado a forma do seu contrário, trabalho em forma diretamente social*”. Infere-se, desta forma, que a expressão de valor é uma mercadoria em particular, um particular valor-de-uso produzido sob condições particulares de trabalho concreto que em princípio é apropriada por qualquer indivíduo, e ao mesmo tempo supõe-se ser uma expressão geral de todo o mundo da produção de mercadorias.

Marx chama a atenção para o princípio da equivalência de Aristóteles, elemento fundamental para o funcionamento dos mercados. Para Marx (1980, p. 67) a troca segundo Aristóteles, “não pode existir sem a igualdade, nem a igualdade, sem a comensurabilidade”.

Marx, após ampliar o universo do diálogo com outras categorias, volta à análise da mercadoria.

De acordo com hábito consagrado, se disse, no começo deste capítulo que a mercadoria é valor-de-uso e valor-de-troca. Mas, isto, a rigor, não é verdadeiro. A mercadoria é valor-de-uso ou objeto útil e “valor”. Ela revela seu duplo caráter, o que ela é realmente, quando, como valor, dispõe de uma forma de manifestação própria, diferente da forma natural dela, a forma de valor-de-troca; e ela nunca possui essa forma, isoladamente considerada, mas apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria diferente. Sabido isto, não causa prejuízo aquela maneira de exprimir-se, servindo, antes, para poupar tempo. (MARX, 1980, p. 68-69)

Nesta segunda observação da mercadoria Marx nega a verdade da primeira, afirmando que está correta de um ponto de vista pragmático, pois não revela sua essência (valor), mas apenas sua aparência. Para visualizar o valor é necessário abstraí-lo, pois o mesmo é impalpável aos sentidos. Em suma, Marx nos revela nesse momento a essência contraditória do ser mercadoria, a contradição entre as suas partes constitutivas. Uma oposição interna na mercadoria que irá eventualmente ser expressa como uma oposição externa entre o mundo das mercadorias e o equivalente geral.

*A contradição interna, oculta na mercadoria, entre valor-de-uso e valor, patenteia-se, portanto, por meio de uma oposição externa, isto é, através da relação de duas mercadorias, em que uma, aquela cujo valor tem de ser expresso, figura apenas como valor-de-uso, e a outra, aquela na qual o valor é expresso, é considerada mero valor-de-troca. A forma simples do valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma elementar de manifestar-se a oposição nela existente, entre valor-de-uso e valor.* (MARX, 1980, p. 69-70, grifo nosso)

Essa forma simples de valor da mercadoria, segundo Marx, é também a forma-mercadoria elementar do produto do trabalho, ocorrendo o desenvolvimento da forma-mercadoria com o desenvolvimento da forma valor. Não obstante, essa forma simples converte-se em uma forma mais completa, a forma de valor total onde a quantidade transforma-se em qualidade.

Para Marx nesta forma de valor total, pela primeira vez, o valor se revela efetivamente como “massa de trabalho humano homogêneo”, ou seja, o “trabalho que o cria se revela expressamente igual a qualquer outro” e desaparece a eventualidade e aparece a objetivação da relação. E surge a forma de equivalente particular.

Desaparece a relação eventual de dois donos individuais de mercadorias. Evidencia-se que não é a troca que regula a magnitude do valor mercadoria, mas, ao contrário, é a magnitude do valor da mercadoria que regula as relações de troca. (...) A forma natural de cada uma dessas mercadorias é uma forma de equivalente particular junto a muitas outras. Do mesmo modo, as variadas, determinadas, concretas e úteis espécies de trabalho, contidas nos corpos das diferentes mercadorias, consideram-se, agora, formas particulares de efetivação ou manifestação do trabalho humano em geral. (MARX, 1980, p. 72)

Marx percebe que nesta forma falta uma forma unitária de manifestação do trabalho humano e propõe inverter a forma recíproca contida na serie onde obterá a forma geral de valor. Essa forma geral irá expressar e representar os valores do mundo das mercadorias em uma única mercadoria. Das formas anteriores, a forma geral, se distingue porque todas as mercadorias exprimem seu valor através de um mesmo equivalente como explica Marx:

*As duas forma anteriores expressam o valor de cada mercadoria isolada, seja numa única mercadoria de espécie diversa, seja numa série de mercadorias diferentes. Em ambos os casos, assumir uma forma de valor é, por assim dizer, negócio privado de cada mercadoria, onde não há participação das outras, que desempenham, em confronto com ela, o papel meramente passivo de equivalente. A forma geral do valor, ao contrário, surge como obra comum do mundo das mercadorias. O valor de uma mercadoria só adquire expressão geral, porque todas as outras mercadorias exprimem seu valor através do mesmo equivalente, e toda nova espécie de mercadoria tem de fazer o mesmo. Evidencia-se, desse modo, que a realidade do valor das mercadorias só pode ser expressa pela totalidade de suas relações sociais, pois essa realidade nada mais é que a “existência social” delas, tendo a forma valor, portanto, de possuir validade social reconhecida. (MARX, 1980, p. 74-75, grifo nosso)*

O desenvolvimento dessa forma, a forma geral do valor, possui reciprocidade entre a forma relativa e a forma equivalente do valor. No entanto, como alerta Marx (1980, p. 76): “ (...) o desenvolvimento da primeira é apenas expressão e resultado do desenvolvimento da segunda”. Conclui Marx:

*A forma relativa do valor, simples ou isolada, de uma mercadoria torna a outra equivalente singular. A forma extensiva do valor relativo exprime o valor de uma mercadoria em todas as outras que recebem a forma de equivalentes particulares diferentes. Por fim, *uma espécie particular de mercadoria adquire a forma equivalente geral, em virtude de todas as outras mercadorias converterem-na em material da forma única e geral de valor que consagraram.* A oposição entre ambos os pólos, a forma relativa do valor e a forma equivalente, progride à medida que se desenvolve a forma do valor. (MARX, 1980, p.76, grifo nosso)*

Essa forma equivalente geral, segundo Marx, é forma de valor e pode ocorrer em qualquer mercadoria. No entanto, somente assume essa forma quando uma mercadoria nessa forma for excluída por todas as demais mercadorias como equivalentes. Adquire, deste modo, a forma unitária do valor relativo, consistência objetiva e validade social universal. Expõe Marx:

*Então, mercadoria determinada, com cuja forma natural se identifica socialmente a forma equivalente, torna-se mercadoria-dinheiro. Desempenhar o papel de equivalente universal torna-se sua função social específica, seu monopólio social, no mundo das mercadorias. Determinada mercadoria, o ouro, conquista essa posição privilegiada entre as mercadorias que figuram na forma B, como equivalentes singulares, e, na forma C, expressam, em comum, no linho seu valor relativo. (MARX, 1980, p. 78, grifo nosso)*

Por fim, o ouro assume a forma dinheiro, segundo Marx, porque primeiro confronta-se com outras mercadorias enquanto mercadoria, segundo funciona como equivalente singular em operações isoladas de troca, ou equivalente particular junto a outros equivalentes. O dinheiro, a mercadoria-dinheiro torna-se a expressão do valor.

Na quarta seção do capítulo “A mercadoria”, Marx realiza uma terceira análise, onde a mercadoria completa o movimento dialético e surge como ponto de partida e ponto de chegada. Marx aqui está interessado em duas coisas: (a) desvendar a noção de fetichismo da mercadoria, e (b) como foram interpretadas as aparências da superfície na economia política clássica.

Na análise que Marx se propõe a desvendar a noção de fetichismo, a mercadoria adquire forma, corpo, como se tivesse pés, mãos, cabeça, idéias, ou seja, como objeto misterioso e fantasmagórico. Segundo Marx (1980, p. 79): “À primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo, muito estranho, cheia de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas”, e seu caráter misterioso é revelado:

*O caráter misterioso da mercadoria não provém do seu valor-de-uso, nem tampouco dos fatores determinantes do valor. (...) O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro. (...) A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao*

*refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. (MARX, 1980, p. 80-81, grifo nosso)*

Faz-se evidente que o ponto de partida de Marx, onde a mercadoria era algo trivial, não é o mesmo ponto de chegada, onde a mercadoria agora surge como algo não-trivial, pois a relação social estabelecida entre os homens assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Marx a denomina essa relação de fetichismo.

Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. *É inseparável da produção de mercadorias.* Esse fetichismo do mundo das mercadorias decorre conforme demonstra a análise precedente, do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias. (MARX, 1980, p. 81, grifo nosso)

Essa característica da inseparabilidade é algo importante para Marx, pois o fetichismo não é algo que possa ser removido, não se trata de uma questão de consciência. Ela está profundamente incorporada na forma como as mercadorias são produzidas e trocadas, expõe Marx:

Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, *as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sócias entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos.* (MARX, 1980, p. 81-82, grifo nosso)

Dessa relação, agora desvelada por Marx, surgem algumas implicações, dentre elas, a imperceptibilidade das condições de trabalho, pois o trabalho socialmente necessário produzido não aparece na mercadoria, se dilui nela. Como não nos relacionamos mais com as pessoas, mas com a coisa- mercadoria, não é possível ver com quais condições de trabalho a coisa-mercadoria foi produzida.

Os homens não estabelecem relações entre os produtos do seu trabalho como valores, por considerá-los simples aparência material de trabalho humano de igual natureza. Ao contrário. Ao igualar, na permuta, como valores, seus diferentes produtos, igualam seus trabalhos diferentes, de acordo com sua qualidade comum de trabalho humano. Fazem isto, sem o saber. O valor não traz escrito na frente o que ele é. Longe disso, o valor transforma cada produto do trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o significado do hieróglifo, descobrir o segredo de sua própria

criação social, pois a conversão dos objetos úteis é, como a linguagem, um produto social dos homens. (MARX, 1980, p. 82-83)

Para Marx a teoria do valor-trabalho nasce na sociedade capitalista, contudo essa teoria tal como a economia política clássica apresenta como “tempo de trabalho” e não “tempo de trabalho socialmente necessário” não desvela sua forma fantasmagórica.

*A descoberta científica ulterior de os produtos do trabalho, como valores, serem meras expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção é importante na história do desenvolvimento da humanidade, mas não dissipa de nenhum modo a fantasmagórica que apresenta como qualidade material dos produtos, o caráter social do trabalho.* (Marx, 1980, p. 83, grifo nosso)

E Marx vai falar sobre a forma como proporções de produto são trocadas e de como o sistema controla os produtores. Esse argumento de que o sistema os controla não é nova, Adam Smith foi um dos precursores com a teoria da “mão invisível do mercado”, onde o mercado é o mecanismo de controle.

Na realidade, a condição de ter valor só se fixa nos produtos do trabalho quando eles se determinam como quantidades de valor. Estas variam sempre, independentes da vontade, da previsão e dos atos dos participantes da troca. Para estes, a própria atividade social possui a forma de uma atividade das coisas sob cujo controle se encontram, ao invés de as controlarem. (...) É que nas eventuais e flutuantes proporções de troca dos produtos desses trabalhos particulares impõe-se o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, que é a lei natural reguladora, que não leva em conta pessoas, como a lei da gravidade, por exemplo, quando uma casa desmorona. A determinação da quantidade do valor pelo tempo do trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos visíveis dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta destrói a aparência de causalidade que reveste a determinação das quantidades de valor dos produtos do trabalho, mas não suprime a forma material dessa determinação. (MARX, 1980, p. 83-84)

A noção de fetichismo em Marx sugere que existe uma forma profunda de olhar para algo que está na superfície, pois para ele se tudo fosse como parece ser à superfície não haveria necessidade de se fazer ciência. Marx apropria-se da economia política, constrói um quadro conceitual que está para além do fetichismo, para além da superfície e aparência para analisar como foram estas interpretadas pela economia política clássica.

Refletir sobre as formas da vida humana e analisá-las cientificamente é seguir rota oposta à do seu verdadeiro desenvolvimento histórico. (...) As formas que convertem os produtos do trabalho em mercadorias, constituindo

pressupostos da circulação de mercadorias, já possuem a consistência de formas naturais da vida social, antes de os homens se empenharem em apreender não o caráter histórico dessas formas, que eles, ao contrário, consideram imutáveis, mas seu significado. (...) Formas dessa natureza constituem as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas, portanto objetivas, ajustadas às relações desse modo de produção historicamente definido, a produção de mercadorias. Todo o mistério do mundo das mercadorias, todo sortilégio e magia que enevoam os produtos do trabalho, ao assumirem estes a forma de mercadorias, desaparecem assim que examinamos outras formas de produção. (MARX, 1980, p. 84-85)

Marx, ao proferir que a mercadoria é dotada de fetiche, ou seja, converte os produtos do trabalho em fetiche, significa pronunciar que a mercadoria é um objeto não-trivial, dotada de poder sobre as necessidades materiais e espirituais do homem. Por meio da economia política Marx retira o véu que encobria a essência e a expõe pela negação de sua aparência. A mercadoria, neste sentido, não está a serviço das necessidades humanas (aparência). Estas é que estão dominadas, submetidas e manipuladas pelo arbítrio e astúcia do mundo das mercadorias (essência). Em suma, a compreensão de Marx que culmina no caráter fundamentalmente falso, fantasmagórico e ideológico do ser-mercadoria é inequivocadamente um movimento negativo de pensamento que pensa o objeto pelo seu avesso.

Ao discorrer, por meio dos “experimentos robinsonianos” o homem em estado natural e o homem na sociedade pré-capitalista, Marx relata que as relações sociais entre as pessoas aparecem como relações pessoais e não são disfarçadas em relações sociais das coisas, então as compara com a sociedade burguesa e apresenta a ausência de transparência nesta.

Aqueles organismos de produção da sociedade antiga são bem mais simples e transparentes que o burguês; mas, ou assentam na imaturidade do homem individual que não se libertou ainda do cordão umbilical que o prende a seus semelhantes na comunidade primitiva, ou se fundamentam nas relações diretas de domínio e escravidão. (MARX, 1980, p. 88)

Marx argumenta de forma abstrata sobre como as idéias e crenças não estão imunes ao sistema econômico e político. Para Marx o modo<sup>63</sup> como os homens organizam sua

---

<sup>63</sup> Para Marx está impossibilidade de isolar o pensamento (e crenças) da materialidade do modo de produção é exemplificado também no seguinte argumento. Segundo Marx (1980, p. 91): “O que está claro é que nem a idade Média podia viver do catolicismo, nem o mundo antigo, da política. Ao contrário, é a maneira como ganhavam a vida que explica por que, numa época, desempenhava o papel principal, a política, e, na outra, o catolicismo. De resto, basta um pouco de conhecimento da história da república romana para saber que sua história secreta é a história da propriedade territorial. Já Dom Quixote pagou pelo erro de presumir que a cavalaria andante era compatível com qualquer estrutura econômica da sociedade”.

produção na base pode-se dizer muita coisa sobre a política, sobre as estruturas legais, padrões de crenças e a vida. Marx, ao contrário de Max Weber, argumenta que não é possível isolar os padrões de crenças da natureza dos processos de economia política aos quais estão ligados.

De acordo com a relação social de produção que tem validade geral numa sociedade de produtores de mercadorias, estes tratam seus produtores como mercadorias, isto é, valores, e comparam, sob a aparência material das mercadorias, seus trabalhos particulares, convertidos em trabalho humano homogêneo. Daí ser o Cristianismo, com seu culto do homem abstrato, a forma de religião mais adequada para essa sociedade, notadamente em seu desenvolvimento burguês, o protestantismo, o deísmo etc. (MARX, 1980, p.88)

A economia política clássica falhou<sup>64</sup> segundo Marx, e não podemos cometer o mesmo erro ao tratar a teoria do valor-trabalho como a forma natural<sup>65</sup> e eterna da produção social. Ela foi construída historicamente e assim sendo pode ser historicamente destruída.

A economia política analisou, de fato, embora de maneira incompleta, o valor e sua magnitude, e descobriu o conteúdo que ocultam. Mas nunca se perguntou por que ocultam esse conteúdo, por que o trabalho é representado pelo valor do produto do trabalho e a duração do tempo de trabalho pela magnitude desse valor. *Fórmulas que pertencem, claramente, a uma formação social em que o processo de produção domina o homem e não o homem o processo de produção, são consideradas pela consciência burguesa uma necessidade tão natural quanto o próprio trabalho produtivo.* Por isso, dão às formas pré-burguesas de produção social o mesmo tratamento que os santos padres concedem às religiões pré-cristãs. (MARX, 1980, p. 89-90, grifo nosso)

Para o homem se emancipar, segundo Marx, precisa de relações claras entre eles e deles com a natureza. As sociedades primitivas, segundo Marx:

---

<sup>64</sup> Para Marx a falha da economia política clássica consiste em não ter conseguido penetrar na intimidade da mercadoria e apreender seu valor. Marx (1980, p. 90) diz: “Seus mais categorizados representantes como A. Smith e Ricardo, tratam com absoluta indiferença a forma do valor ou consideram-na mesmo alheia à natureza da mercadoria. (...) E Marx estabelece a diferença entre a Economia Política Clássica e a Economia Vulgar que predomina atualmente na sociedade capitalista: “No meu entender, economia política clássica é toda a economia desde W. Petty, investiga os nexos causais das condições burguesas de produção, ao contrário da economia vulgar que trata apenas das relações aparentes, ruma, continuamente, o material fornecido, há muito tempo, pela economia científica, a fim de oferecer uma explicação plausível para os fenômenos mais salientes, que sirva ao uso diário da burguesia, limitando-se de resto, a sistematizar pedantemente e a proclamar como verdades eternas, as idéias banais, presunçosas dos capitalistas sobre seu próprio mundo, para eles o melhor dos mundos”.

<sup>65</sup> Sobre a naturalização daquilo que não é natural na obra “Miséria da Filosofia” diz Marx (1980, p.90): “Os economistas tem uma maneira de proceder singular. Para eles só há duas espécies de instituições, as artificiais e as naturais. As do feudalismo são instituições artificiais; as da burguesia, naturais. Equiparam-se, assim, aos teólogos, que classificam as religiões em duas espécies. Toda religião que não for a sua é uma invenção dos homens; a sua é uma revelação de Deus.”

*Tem, por condição, baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, correspondendo-lhes relações inibidas, nas esferas da vida material, sejam entre os homens ou entre estes e a natureza. Essa inibição real se reflete, de maneira idealizada, nos velhos cultos da natureza e nas antigas religiões nacionais. O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer, quando as condições práticas das atividades cotidianas do homem representem, normalmente, relações claras entre os homens e entre estes e a natureza. (MARX, 1980, p. 88, grifo nosso)*

Neste sentido, Marx propõe uma sociedade de produtores livres e associados, detentores dos meios de produção que lhes seja comum, uma sociedade na qual controlam o modo de produção. E nela, segundo Marx:

O tempo de trabalho desempenharia, portanto, duplo papel. Sua distribuição socialmente planejada regula a proporção correta das diversas funções do trabalho para as diversas necessidades. Além disso, o tempo de trabalho serve para medir a participação individual dos produtores no trabalho comunitário e sua cota pessoal na parte do produto global destinada ao consumo. Neste caso, as relações sociais dos indivíduos no tocante a seus trabalhos e aos produtos de seus trabalhos continuam meridianamente claras, tanto na produção quanto na distribuição. (...) A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso, precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que por sua vez, só podem ser o resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento. (MARX, 1980, p. 88-89)

No fetichismo, forma particular de alienação, Marx expõe como os homens são submetidos não a outros homens, mas a “coisas”, produzindo uma total inversão entre sujeito e objeto. O objeto (mercadoria) nessa relação adquire vida, consciência, atuação e ao mesmo tempo os sujeitos (seres humanos) são coisificados, reduzidos a simples objetos da “atividade” das coisas. A personificação das coisas e a coisificação dos homens transformam toda a vida social em um mundo mágico, permeado de feitiço.

Para Marx o homem é parte da natureza e por essência é um “ser social”, assim, somente pode ser reconhecido como sujeito por outro sujeito. Não reconhecer de fato outro homem como sujeito, mas como objeto impossibilita para si mesmo a condição de ser humano, ou seja, a alienação que atinge o dominado submete também o dominador.

O motivo pelo qual os economistas burgueses se afastaram da teoria do valor – trabalho não é casual, igualmente o motivo pelo qual a ciência burguesa do turismo não se aproxima, pois é dela que se ergue toda a estrutura e superestrutura da sociedade capitalista.

Compreender o fenômeno do turismo provém da apreensão do modo de produção capitalista em sua essência, depende da compreensão da totalidade dialética e contraditória do fenômeno e do meio no qual ele se desenvolve. É mister entender como se organiza a produção e a reprodução da vida. Sustenta-se, portanto, que analisar o fenômeno do turismo pela categoria mercadoria é o ponto de partida do concreto pensado, pois é uma categoria que propicia dar saltos qualitativos na produção do conhecimento e permite compreender a totalidade das relações dialéticas e contraditórias.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de existência, segundo Marx e Engels (1965), representa um *modo de vida determinado*. Esse modo coincide com a produção que estabelece relações condicionadas entre pessoas e nações. Nessas relações as forças produtivas determinam o modo de vida. E para compreender qualquer modo de produção deve-se, portanto, apropriar-se da *história dos homens*, mas não a histórica que especula e se distancia da vida material dos homens.

É com esse intuito que se apropria do conceito de história de Walter Benjamin para analisar o modo com os povos que antecederam os Aymaras produziram e reproduziram sua vida.

### **3.2. Desvelando História**

Surge em 1940, na conturbada Europa um conceito de história, constituído por 18 teses da tensão entre textos e imagens, que nos interessa e guiará nessa pesquisa. E será Walter Benjamin, o guia para desvelar a história dos sujeitos de nossa história.

Benjamin (1987) na obra “Sobre o Conceito de História” renuncia tudo que se afasta da representação materialista da história, pois a considera superior, seu alvo é o historicismo conservador, o evolucionismo social-democrata, o progresso técnico e a conseqüente exploração da natureza e o marxismo vulgar. Segundo Lowy (2003) as três grandes imagens utilizadas por Benjamin na obra são: o tabuleiro de xadrez turco, o anjo da história e as mônadas. Sua filosofia é estruturada por três correntes: o romantismo alemão, o messianismo judeu e o marxismo. Para Lowy (2003) é a partir delas que Benjamin constrói um conceito novo e original de história.

O conceito de história de Benjamin possui como elementos centrais: (a) a oposição a ideia de “tempo homogêneo e vazio”; (b) a reconstrução da história perdida a partir “do ponto de vista dos vencidos”, das classes oprimidas; (c) a crítica a afetividade do historicismo tradicional pelos “vencedores”; (d) a crítica ao conceito de cultura, que trás, em si, a barbárie;

(e) a negação da subserviência ao historicismo conservador; (f) a apropriação da categoria marxista “luta de classes” para realizar a crítica ao marxismo evolucionista vulgar.

A partir dessa concepção que nos aproximamos da história dos sujeitos que compõe nossa história. O sentimento que nos cerca assemelha-se ao do anjo descrito na tese 9, que voltado para o passado vê o futuro.

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa *um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.* (BENJAMIN, 1985, p. 226, grifo nosso)

Para Benjamin (1987), esse futuro é a catástrofe, o progresso é a “tempestade” que destrói e contribui de forma decisiva para a catástrofe. O anjo é obrigado a ver a catástrofe e não tem como impedi-la, esse é o sentimento.

Para Marx, assim como para Benjamin a revolução não é uma consequência natural do progresso econômico, mas a forma pela qual se interrompe a evolução histórica da destruição humana (para Benjamin a catástrofe). Neste sentido, Benjamin propõe “escovar a história a contrapelo”, ou seja, apropriar-se do materialismo histórico e dar voz aos oprimidos, nadar contra a corrente e interferir no que considera o “curso natural da história”. O materialismo histórico busca as mônadas na tese 17:

*O historicismo culmina legitimamente na história universal. Em seu método, a historiografia materialista se distancia dela talvez mais radicalmente que de qualquer outra. A história universal não tem qualquer armação teórica. Seu procedimento é aditivo. Ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio. Ao contrário, a historiografia marxista tem em sua base um princípio construtivo. Pensar não inclui apenas o movimento das idéias, mas também sua imobilização. Quando o pensamento pára, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada. O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido. Ele aproveita essa oportunidade para extrair uma época determinada do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele extrai da época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma*

obra determinada. *Seu método resulta em que na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época e na época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos. O fruto nutritivo do que é compreendido historicamente contém em seu interior o tempo, como sementes preciosas, mas insípidas.* (BENJAMIN, 1987, p. 231, grifo nosso)

A historiografia materialista olha para história e procura ver as mônadas. A história, defendida por Benjamin, não é uma época fechada em si mesma. Cada época da história relaciona-se com outras épocas históricas, outras tendências e movimentos. Cada época é como uma semente prestes a germinar no tempo da história. Ao buscar as mônadas a historiografia materialista evidencia seu desejo de interromper o tempo e mostrar que a partir de outro arbítrio, a história poderia ter sido diferente.

Marx e Benjamin vêm nessa re-apropriação da história (pelo materialismo histórico dialético) pelos oprimidos uma esperança, “um fruto nutritivo” com “sementes preciosas” para “saltar pelos ares o continuum da história”. É a partir dela que ambicionamos construir nossa análise.

Marx de forma irônica, em “O Capital”, se apropria do mito robinsoniano para desmitificar, desnaturalizar o modo de produção capitalista. Transfere a figura mitológica de Robinson Crusoe para distintos modos de produção e faz analogias e distinções ao pensamento idealista “de qual seria o comportamento de Robinson”. Marx se apropria do mito que a economia burguesa lhe oferece e o devolve de forma irônica e crítica. De forma um pouco distinta de Marx, nossa intenção é apropriar-se, não de um mito, mas de um estudo antropológico marxista, a partir dele, apresentar os principais fundamentos do modo de produção das sociedades pré-colombianas que antecederam os povos Aymaras para a análise crítica e talvez, irônica, da ciência burguesa.

O estudo, “Asentamientos préhispanicos en el Valle alto de Tiwanaku: contribuciones a la arqueología de la praxis humana en el Valle de Tiwanaku”, do qual nos apropriamos é de Sergio Alejandro Calla Maldonado, jovem arqueólogo boliviano, que desde uma perspectiva marxista faz à crítica a arqueologia e antropologia burguesa.

Benjamin (1987, p.223) em sua terceira tese sobre o conceito de história diz: “O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada, um dia aconteceu, pode ser considerado perdido para a história”. Neste sentido, Calla Maldonado (2012) ao optar pelo materialismo histórico, pela “distinção entre os grandes e os pequenos” justifica sua escolha.

A mais de 160 anos da publicação de “O Manifesto do Partido Comunista” (Marx e Engels 1872), a concepção das idéias sobre o mundo, materialismo, vida social, dialética, luta de classes e o papel dos indivíduos na história, que Karl Marx e Frederic Engels esboçaram em seus escritos continuam vigentes. Não tenho dúvida que *na atualidade as contradições e o conflito são cotidianos no mundo, ainda mais em nosso continente e especialmente na Bolívia um dos países com maiores contradições, pobreza, instabilidade e problemas na região. Por estas razões e especialmente porque cada indivíduo tem sua própria história na sociedade é que considero pertinente a recuperação da teoria marxista para a explicação da realidade social e neste caso do passado pré-colombiano de Tiwanaku.* (CALLA MALDONADO, 2012, p.5, grifo nosso, tradução nossa)

A diversidade de concepções marxistas existentes na arqueologia, não impede Calla Maldonado (2012) de elencar elementos centrais dessa teoria como um marco adequado para a análise dos processos sociais do passado, por exemplo, o entendimento dos processos que dão origem a desigualdade social, análise das instituições econômicas, em especial, sobre os modos de produção, meios de produção, as forças sociais de produção e suas relações.

Outro elemento central da contribuição marxista, segundo Madonado (2012) para a arqueologia é o conceito de ideologia. Segundo o autor, a teoria crítica pode produzir conhecimento mais fidedigno do passado, explorando o contexto social e político de sua produção. É no estudo da ideologia que os teóricos dessa corrente mais contribuíram. Consideram a ideologia como o reflexo de outras realidades centrais na manutenção do “status quo” das sociedades estratificadas. Segundo Calla Maldonado (2012) a ideologia, para o marxismo, não é considerada um reflexo passivo da sociedade, pelo contrário, é um fator ativo, ou recursivo e análogo à linguagem em suas qualidades formativas. Pode ser usado por indivíduos e grupos sociais que competem para estabelecer seu domínio.

Calla Maldonado (2012) estabelece cinco principais períodos formativos sociais em sua pesquisa: (a) 4.000 A.C – 2.000 A.C formação social de caçadores coletores; (b) 2.000 A.C – 400D.C primeiras formações sedentárias e início do Império Tiwanaku; (c) 400 D.C – 1.100 D.C declínio do Império Tiwanaku; (d) 1.100 D.C – 1.470 D.C Pacajes; (e) 1.470 D.C – 1.540 D.C Império Inca (início e declínio) e chegada dos espanhóis.

O primeiro período que cronologicamente se estabelece entre 4.000 A.C até 2.000 A.C é caracterizado pela presença de sociedades coletoras, pescadoras e caçadoras. Importante destacar que existe uma tendência, segundo Calla Maldonado (2012) de acreditar que essas sociedades são igualitárias e homogêneas. Os estudos etnográficos e antropológicos demonstram o contrário. Traços de desigualdade quanto à forma de exploração social,

controle da reprodução biológica e diferenciação de certas tarefas foram encontrados nessas sociedades.

O segundo período que vai de 2.000 A.C até 400 D.C se destaca pelo surgimento das primeiras sociedades sedentárias, como a Chiripa e Tiwanaku. Para Calla Maldonado (2012) o desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de produção foi fundamental no processo de assentamento dos Tiwanaku e determinante na transição das condições materiais das sociedades caçadoras coletoras para uma nova forma de produção e relações de produção baseada principalmente na economia agrícola pastoril.

O período que vai de 100 D.C até 400 D.C consolida-se pelo surgimento da sociedade Tiwanaku que se expressa pela hierarquia dos assentamentos, desenvolvimento do cerimonialismo e construção de estruturas em plataforma. Para Calla Maldonado (2012) duas estratégias socioeconômicas se desenvolveram: o modo de produção comunal e o modo de produção coercitivo tributário. Neste sentido, três mudanças de ordem quantitativa e qualitativa são observadas pelo autor: (a) a transformação do nômade no sedentário, a partir “da contradição das contradições sociais de produção material e dos processos de reprodução biológico e social”; (b) o afastamento da produção comunal para a produção de mais-valia (exigência dos excedentes da produção) por parte de um grupo reduzido da sociedade; (c) a inclusão do conceito de classe ao de parentesco, a partir da produção de mais-valia<sup>66</sup>.



Foto 1 – Centro de Investigações Arqueológicas e Antropológicas de TIWANAKU/Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2015)

<sup>66</sup> Para Marx como se expôs na primeira parte do capítulo a apropriação de mais-valia origina-se somente com o modo de produção capitalista. Entende-se, dessa maneira, que o autor esteja se referindo a apropriação de mais-valor.

Com este antecedente, da expropriação da mais-valia, o poder se concentra nas mãos de um grupo, denominado classe parental ou linhagem que exercerá o poder por meio da ideologia. E se estabelece uma diferença substancial na relação econômico-social que adiciona o conceito de classe ao de parentesco. Para Calla Maldonado (2012) o conceito relações de classe se diferencia de parentesco a partir da produção de mais-valia. Nesta nova configuração, essa relação permitiu certos grupos de poder avançar no desenvolvimento desigual destas sociedades.



Foto 2 – Porta do Sol no Centro de Investigações Arqueológicas e Antropológicas de TIWANAKU/Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2015)

Para Calla Maldonado (2012) evidências desse desenvolvimento desigual são as estruturas monumentais como: palácios, capitais urbanas planejadas, populações altamente concentradas, evidências de classes socioeconômicas, hierarquia de assentamentos, intensificação agrícola, especialização econômica e enclaves coloniais. Aparecem, desta forma, novas relações de produção e uma nova ideologia, a ideologia Tiwanaku. Essa ideologia, segundo Calla Maldonado (2012), se caracteriza pela presença de uma cosmovisão central mítica e religiosa que cumpre função legitimadora e eficaz do poder dos Tiwanaku.



Foto 3 – Porta do Templo de Kalasasaya no Centro de Investigações Arqueológicas e Antropológicas de TIWANAKU/Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2015)

No terceiro período que vai de 400 D.C – 1.100 D.C surgem novas características nas relações de produção decorrente da nova política econômica Tiwanaku baseada principalmente no aperfeiçoamento da agricultura, o pastoralismo e outras atividades de intercâmbio.



Foto 4 – Templo de Kantatallita no Centro de Investigações Arqueológicas/Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2015)

Calla Maldonado (2012) divide o período em: Tiwanaku clássico (400 D.C – 800 D.C) e Tiwanaku pós-clássico (800 D.C – 1.100 D.C), no entanto ir-se-á trabalhar somente com as características gerais dos dois períodos. Uma das características da economia desenvolvida nesse período é o uso da tecnologia agrícola de produção, que se destaca pela

intensificação no uso de uma série de sistemas agrícolas. São reconhecidos sistemas de produção agrícola como a escala doméstica e a grande escala, no entanto, este último deve-se aos aspectos geomorfológicos do ambiente, da bacia hídrica do vale.

Para Calla Maldonado (2012) a tendência de assentamentos nas zonas de pastagens e colúviais foi uma estratégia para o controle dos recursos em ambos os períodos. O controle dessas zonas significou o manejo hidráulico das distintas bacias cujos rios fluem para o centro do vale, assegura a agricultura de “camellones” e o pastoralismo bastante desenvolvidos no período. O tamanho dos sítios é profundamente alterado, segundo Calla Maldonado (2012) devido a uma assimetria social, produto das atividades econômicas, principalmente a agricultura extensiva de campos de cultivo, mas também pela aparição do Estado e a hierarquização social de indivíduos e grupos.



Foto 5 – Templo Semisubterraneo no Centro de Investigações Arqueológicas/Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2015)



Foto 6 – Monolito no Centro de Investigações Arqueológicas/Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2015)

O quarto período que vai de 1.100 D.C até 1.450, segundo Calla Maldonado (2012), do declínio de Tiwanaku, é explicado pela teoria evolucionista como uma mudança cultural, e pelo “novo determinismo ambiental” mediante sua degradação. No entanto, sugere o afastamento dessas linhas de pensamento que se aproximam do modelo evolutivo estatal centralista para uma nova releitura. Em sua concepção, a mudança nas estruturas políticas, econômicas e ideológicas produziram novas relações, baseadas em relações de poder, que permitiram a diferenciação de grupos de parentesco e a sociedade civil. Transformaram-se assumindo novos princípios ideológicos que puderam coesionar nas sociedades assentadas na região. O período é dividido, segundo Calla Maldonado (2012) em Pacajes Temprano, Pacajes Inka e Pacajes Tardio e nesse período permanecem a produção de subsistência e a economia pastoril.

E o ultimo período 1.470 D.C – 1.540 D.C, caracterizado pelo domínio Inca junto aos grupos Pacajes. Para Calla Maldonado (2012) uma nova orientação econômica, representada pela agricultura por terraplamento e a expansão das áreas de baixo cultivo, o sistema Mita, teve efeito direto nos meios de produção e foi responsável pela mudança na exploração econômica e na expropriação dos excedentes de produção no período Inca. A nova política econômica impactou de modo concreto as forças de produção, graças à expropriação

da força de trabalho para o fomento da cobrança injusta e violenta do trabalho. Na ampliação destas fontes e para o usufruto do sistema de dominação Inca.

O sistema Mita, segundo Calla Maldonado (2012) se constitui de uma grande categoria de atividades desde o trabalho até a participação em campanhas militares. Esse sistema gerou novas formas de tributo e especializações entre os mítimaes, tanto na mão-de-obra para a extração de matérias primas como mineração, agricultura, pecuária, cerâmica, funções militares e rituais. A partir dessas especializações se hierarquizou a formação social. Surge uma nova hierarquia e genealogia de linhagens e classes dominantes que ostentavam o poder e tinham alianças com os grupos submetidos.

A conquista, Incaica do território Pacajes, trás uma profunda transformação do espaço conquistado que, para Calla Maldonado (2012), adota estratégias de ocupação tradicional e uso da força coercitiva para a expropriação dos excedentes de produção e do espaço socialmente construído.

A partir da metade do século XVI, segundo Calla Maldonado (2012) o desenvolvimento incaico é brutalmente interrompido. As regiões que estavam em seu controle foram dominadas por um novo poder que chega do continente europeu. A conquista espanhola destes territórios trouxe novas transformações sociais na implantação do escravismo indígena.

Expô-se, até este momento, um pouco da história de como os ancestrais dos Aymaras produziram sua existência, como se constituíram enquanto formação social, seu modo de produzir a vida e de se relacionarem, com o intuito de articular o passado com o presente e despejar uma semente para o futuro. E como disse Benjamin em sua sexta tese sobre o conceito de história:

*Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1987, p. 224-225)*

Na história dos homens que antecederam os povos Aymaras predomina o modo de produção de subsistência. A relação do homem com a natureza é alienada, mas suas relações sociais não eram objetivadas como no modo de produção capitalista. O ideal romântico de uma análise positivista é afastado pela leitura materialista dessas sociedades. No entanto, o caráter desumanizador da mercadoria presente nas relações sociais e no modo de produzir capitalista deve ser considerado em um espaço e tempo de perigo onde o inimigo não cessa de vencer.

### 3.3. O projeto da Fundação Codespa

*“Se nesta hora o inimigo te procura  
recusa o jantar que te oferece.  
Recusa a paz,  
A vida que te oferece.  
O jantar te daria um assento à mesa da noite.  
Esta paz é tua escravidão.  
E se o inimigo te propõe a vida,  
É chegada a hora de sua morte.”*

*Pedro Tierra*

A Fundação CODESPA (2011) define-se como uma organização não lucrativa, sem fins políticos nem religiosos, que conta com mais de vinte e cinco (25) anos de experiência no âmbito da cooperação internacional ao desenvolvimento e cujo presidente de honra é o príncipe de Asturias. Tem como missão proporcionar oportunidades de trabalho as pessoas que possam desenvolver suas capacidades e assim serem protagonistas de seu próprio progresso. A Fundação Codespa administra, segundo documento oficial (2011), mais de cem (100) projetos em dezessete (17) países da América Latina, Ásia e África por meio de nove (9) delegações internacionais e tem como público alvo comunidades indígenas localizadas em zonas de atrativo e fluxo turístico com o objetivo de promover sua inclusão nos benefícios da atividade turística como a redução da pobreza.

Os grandes financiadores dos projetos de turismo comunitário na América Latina, segundo a Fundação Codespa (2011) são: o Fundo Multilateral de Investimentos – FUMIN do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Fundação REPSOL; Fundação ROVIRALTA; Agência Andaluza de Cooperação Internacional ao Desenvolvimento; Fons Catalá; Amadeus it Group e a Corporação Andina de Fomento – CAF, hoje conhecida como Banco de Desenvolvimento da América Latina.



Foto 7 – Placa do projeto da Fundação Codespa na Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
 Autor: Pereira, S. N. (2015)

O projeto desenvolvido na Comunidade Challapampa teve como principal financiador o Fundo Multilateral de Investimentos – FUMIN do BID. O BID segundo publicação oficial<sup>67</sup> foi criado em 1959, com sede em Washington possui como principais objetivos: a equidade social e a redução da pobreza e o crescimento ambientalmente sustentável. O Banco trabalha em quatro (4) áreas prioritárias: (1) competitividade, mediante o respaldo de políticas e programas que aumentam o potencial de cada país para o desenvolvimento direcionado a um comércio internacional aberto; (2) modernização do Estado, através do fortalecimento da eficiência e transparência das instituições públicas; (3) programas sociais, por meio de investimentos que ampliam as oportunidades para os pobres; (4) integração regional, facilitando vínculos entre países que desenvolvem mercados regionais de bens e serviços.

A estrutura da instituição bancária é formada pelo Banco e mais duas outras entidades: a Cooperação Interamericana de Investimentos (CII) e o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN). O FUMIN é um fundo autônomo administrado pelo BID, principal fonte dos recursos não reembolsáveis de cooperação técnica para o desenvolvimento do setor privado da América Latina e Caribe. O BID pertence a 46 países membros sendo 26 países mutuários e 20 países não mutuários. Importante destacar que dos 20 países não mutuários encontram-se os Estados Unidos da América, Canadá e 18 países que não pertencem as Américas, sendo 16 países europeus, Israel e Japão. A Bolívia encontra-se dentre os países mutuários e classificada como um dos cinco países mais pobres da América Latina.

A autoridade máxima de decisão do BID constitui-se na Assembléia de Governadores, na qual todos os países membros são representados geralmente pelos ministros de fazenda ou finanças, presidentes de bancos centrais ou outros que ocupam hierarquicamente cargos similares. O poder de voto de cada país, na Assembléia de Governadores ou no Diretório executivo, é baseado de acordo com o montante de capital subscrito ao capital ordinário do banco. A atual distribuição do voto na América Latina e Caribe configura-se em 50%, os Estados Unidos da América detém 30%, o Japão 5%, Canadá 4%, e para os demais membros não regionais 11%, apesar de o convênio constitutivo garantir que os países mutuários da América Latina e Caribe vão deter a maioria das ações do capital ordinário o poder de decisão nas principais instâncias do banco são centralizadas nos países desenvolvidos e não mutuários, como é o caso dos Estados Unidos da América exposto por Costa et al 2013:

(...) observa-se uma posição majoritária dos países não mutuários no BIRD e no ADB e um quase equilíbrio no BID, onde os mutuários possuem presença majoritária por apenas 0,01% dos votos. Nos demais organismos, prevalece maior poder de voto dos países mutuários, sendo que na CAF a totalidade das ações é distribuída somente àqueles países tomadores de financiamentos (mutuários), ou seja, todos os países-membros são elegíveis para aceder às suas linhas de crédito.<sup>5</sup> Chama a atenção, também, a considerável participação acionária dos Estados Unidos e do Japão em todos os organismos selecionados, com exceção da CAF, o que reflete a grande influência desses países no âmbito do sistema multilateral de financiamento para o desenvolvimento. No caso particular do BID, a ampla participação dos Estados Unidos como principal acionista reflete-se em influência na governança do banco que, com outros países não mutuários (especialmente o Japão), forma um bloco de interesses e pressão impondo aos países mutuários a necessidade de um poder de mobilização e organização para fazer valer suas posições e conveniências; muito embora a maioria das ações (50,01%) esteja de posse dos países tomadores de financiamento. (COSTA et al, 2013, p. 63-64)

Desde a década de 1990, o BID amplia seus esforços para assegurar que suas operações de financiamento beneficiem de forma direta as populações dos países subdesenvolvidos com menores ingressos, apoiando principalmente o setor informal da economia. De acordo com o relatório do BID no período de 1961 a 2000 os programas e projetos apoiaram a construção e ampliação de milhares de escolas e hospitais, mais de 100 universidades e Instituições de ciência e tecnologia, instalações de água potável e rede de esgoto para milhares de comunidades, projetos de irrigação e desenvolvimento da agricultura

---

<sup>67</sup> Publicação oficial do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no site <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=38742386> acessado em 20 de abril de 2016.

e pesca, indústria e turismo, obras de infraestrutura de transporte e comunicação, centrais de produção de energia e linhas de transmissão.

Para a Fundação Codespa (2013) a única alternativa para os povos indígenas dos países subdesenvolvidos, na qual teriam “ainda alguma vantagem competitiva”, segundo o Banco Mundial é desenvolver o turismo:

De acordo com o Banco Mundial, o setor turístico é um dos últimos terrenos onde populações [indígenas] com recursos escassos seguem gozando de vantagens competitivas no mercado, pela diferença e a unidade de seu patrimônio cultural e natural. (CODESPA, 2013, p 11)

Desta forma, a Fundação Codespa (2013) expõe os desafios a serem vencidos pelas comunidades indígenas no desenvolvimento do turismo comunitário tais como: (a) contar com produtos de qualidade; (b) manejar ou utilizar a tecnologia de internet; (c) dispor de sistemas de comunicação adequados, (d) operar segundo as normativas locais; (e) ganhar a confiança das operadoras turísticas internacionais; e (f) estabelecer alianças com os diferentes atores da cadeia turística de valor.

O modelo de gestão do turismo comunitário da Fundação Codespa (2011) é exposto no projeto “Desenvolvimento competitivo do turismo rural nos Andes” desenvolvido no Equador, Peru e na Bolívia. Durante os anos de 2005 a 2011 o projeto fez parte do cluster de turismo do FUMIN que teve como objetivo financiar intervenções que apoiavam o desenvolvimento sustentável do turismo mediante ampliação da capacidade e competitividade das pequenas e médias empresas envolvidas.

O projeto, segundo Codespa (2011), constitui-se de cinco pilares: (a) autogestão das comunidades locais; (b) elaboração de produtos turísticos que revalorizam a cultura local e preservem os recursos naturais; (c) experiências vivenciais dos turistas nas comunidades indígenas; (d) comercialização direta por parte das comunidades; (e) estratégias de geração de recursos adicionais na agricultura.

É dentro da cadeia de valor turística que o modelo de gestão do turismo comunitário se desenvolve, modelo no qual se desenvolve a oferta do produto turístico e a demanda turística (local, nacional e internacional). A oferta apresenta-se por meio dos produtos e serviços turísticos representada pelos atrativos turísticos, serviços de hospedagem, alimentação, artesanato, guia e transporte. A demanda constitui-se pela promoção e venda local e internacional do produto turístico.

O modelo de turismo comunitário, segundo a Fundação Codespa (2011), foi desenhado com o objetivo de desenvolver capacidades para incrementar a qualidade dos serviços e revalorar a cultura local em benefício da qualidade de vida da comunidade. E para atingir esses objetivos foram traçados quatro componentes, duas estratégias e um enfoque transversal. Com relação à oferta dois componentes foram implantados: (1) organização comunitária, e (2) desenvolvimento do produto, e relacionada à demanda mais dois: (3) comercialização, e (4) alianças estratégicas. As estratégias adotadas foram: (1) desenvolvimento de capacidades, e (2) qualidade dos serviços com um enfoque transversal no desenvolvimento de capacidades, qualidade e cultura.

A oferta é desenvolvida por dois componentes: *a organização comunitária* e o desenvolvimento do produto. No primeiro componente o propósito da Fundação Codespa (2011) era dispor de uma estrutura organizativa comunitária que permitisse a gestão da atividade turística com qualidade. Esta gestão de qualidade é concebida como uma gestão auto-suficiente (autogestão) e formalizada de todas as operações relacionadas com a atividade turística por parte das comunidades envolvidas.

Segundo a Codespa (2011) as principais características que as associações e redes comunitárias (estrutura organizacional) devem possuir para prestar um serviço de qualidade são: (a) formalização; (b) frequência mensal de reuniões para coordenar ações; (c) elaboração de atas das reuniões; (d) promoção da coesão interna; (e) dispor de regulamentos internos; (f) distribuição de funções entre os membros e clareza delas; (g) transparência na gestão e monitoramento da distribuição dos benefícios; (h) revisão e controle da qualidade de associados e empreendimentos; (i) disponibilização de serviços de turismo de maneira coordenada.

A estrutura organizacional local proposta pela Codespa (2011) é dividida em dois níveis, no primeiro nível encontram-se as associações e no segundo nível as Redes. Para a Fundação Codespa (2011) essa forma de estrutura facilita a gestão do turismo nas comunidades por estarem legalmente constituídas e contarem com acordos normativos, regulamentos que estejam em conformidade com a legislação que regula a atividade turística em cada país.

E a estrutura organizacional nacional que vai gerir o turismo comunitário opera em quatro níveis: (1) empreendimentos que são segmentados em: familiar, individual e associativo; (2) organização de empreendimentos composta por associações de: lancheiros, guias, hoteleiros, artesãos e gastronomia; (3) associação por comunidade que se constitui na Rede local das comunidades challapampa, coati e sahuíña; (4) Associação de associações que

se constitui na Rede nacional, e em específico na Bolívia denomina-se Rede de turismo comunitário do lago Titicaca - Red Apthapi.

Dentre as principais ações desenvolvidas pela Fundação Codespa neste componente (organização comunitária) encontram-se: (a) identificação de comunidades que teve como objetivo selecionar zonas com potencial turístico e identificar as comunidades nas quais interviria; (b) sensibilização com o propósito da comunidade manipular as informações de forma precisa no que diz respeito à gestão do turismo comunitário; (3) execução de um plano de fortalecimento das organizações de turismo comunitário; (4) desenho e implementação de modelos organizativos mediante redes de turismo comunitário.

No segundo componente, *desenvolvimento do produto*, a Fundação Codespa (2011) teve como intuito a formatação de produtos turísticos que revitalizassem a cultura local e respondesse a demanda, ou seja, produtos que incorporassem conhecimentos, valores, insumos e habilidades tradicionais das comunidades participantes nos diferentes serviços que os compõe.

Neste sentido, o produto turístico segundo Codespa (2011) compõe-se dos seguintes elementos; (a) atrativos turísticos do destino; (b) serviços de alojamento, guias, alimentação, artesanato, atividades culturais e transporte; (c) infraestrutura e equipamentos; (d) acessibilidade; (e) imagem do lugar; (f) preço de venda. E no processo de desenvolvimento do produto turístico predominou as seguintes características: (1) identificação e valorização da cultura local como chave para o desenvolvimento do turismo comunitário; (2) normalização e gestão da qualidade mínima para cada tipo de serviço; (3) incorporação do padrão de conforto demandado pelo turista; (4) delegação rotativa da condução do processo por um coordenador da prestação do serviço; (5) avaliação e controle de qualidade dos serviços com ferramentas específicas (6) manutenção e melhora da infraestrutura e equipamentos para as operações de empreendimentos privados e comunitários; (7) gestão de perfis diferenciados dos turistas e suas necessidades; (8) coerência dos serviços com a temática selecionada; (9) distinção entre produto material (tangível) e serviço imaterial (intangível).

As principais ações desenvolvidas pela Fundação Codespa, segundo Codespa (2011), para desenvolver um produto turístico que revitalizasse a cultura local e respondesse a demanda foram: (a) realização de um inventário dos atrativos turísticos com o intuito de selecionar aqueles que correspondem às expectativas da demanda; (b) identificação da temática turística; (c) elaboração de um plano de negócios; (d) financiamento e melhoria da infraestrutura e equipamentos; (e) desenvolvimento do circuito turístico específico por comunidade; (f) desenvolvimento de circuitos integrados; (g) teste dos produtos por meio de

fam trips<sup>68</sup> com a finalidade de validar a qualidade dos produtos e serviços turísticos mediante realimentação das operadoras do mercado e dos clientes finais.

Após uma breve descrição do modelo de turismo comunitário praticado pela Fundação Codespa em comunidades indígenas na América Latina e com base na aparência como a fundação edifica o produto turístico introduz-se a análise da pesquisa de campo realizada na comunidade Challapampa.

### 3.4. O turismo de base comunitária na comunidade Challapampa

Na presente seção pretende-se analisar os dados obtidos nesta pesquisa, à luz dos pressupostos teóricos e metodológicos marxianos, realizada nos anos de 2015 e 2016 na Comunidade Challapampa da Ilha do Sol localizada na parte boliviana do Lago Titicaca.



Foto 8 – Porto da Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2015)

Deste modo, a organização da exposição se dará em três momentos. No primeiro momento dar-se-à caracterização do cenário onde se desenvolve o turismo e a caracterização dos sujeitos da pesquisa na Comunidade Challapampa. No momento seguinte serão expostos os dados coletados por meio de entrevista junto aos presidentes das associações de turismo comunitário da Rede Apthapi. E por fim, no terceiro momento, proceder-se-à a análise do processo de trabalho através dos questionários aplicados aos membros da Comunidade Challapampa que pertencem à Rede Apthapi.

<sup>68</sup> De acordo com Acerenza (1992) constitui-se como uma viagem de familiarização que visa à promoção do produto turístico pela experiência real no destino, onde grupos de profissionais são formados e são trazidos ao

A região turística eleita para o campo de investigação é a macro-região Andina, região integrante das cinco macrorregiões que compõe o território turístico boliviano e onde se localiza o Lago Titicaca. É na zona oeste do lago que está a Ilha do Sol, lócus da pesquisa. A ilha possui uma área de 14,3 km<sup>2</sup> e encontra-se no altiplano andino, a noroeste da península de Copacabana. Latitude 16° 1' 14" S. Longitude 69° 10' 35" W. De acordo com a localização geográfica da ilha, e segundo a divisão política do governo boliviano, ela pertence à cidade de Copacabana na província Manco Kapac do departamento de La Paz.



Foto 9 – Porto da Cidade de Copacabana na província Manco Kapac/ Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2016)



Foto 10 – Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2016)

A maior parte da ilha está povoada por indígenas de origem quéchua e aymara com uma população de aproximadamente 3.000 pessoas de acordo com o Instituto Nacional de Estatística – INE. Segundo a Rede Apthapi (Associação de Turismo Comunitário) a ilha se divide em três comunidades: “La isla se divide en tres comunidades: “Yumani” en el sur, “Challa” que tiene una playa blanca arenosa en la costa del este central y “Challapampa” cerca del extremo norte de la isla”. No entanto, o foco desta pesquisa é a Comunidade Challapampa.



Foto 11 – Mapa com os atrativos turísticos da Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2016)

Após a invasão espanhola em 1532, segundo Roque (1990) a formação social é alterada produzindo uma divisão social hierárquica, na qual, uma minoria exploradora constituída pelos espanhóis que detinham o poder e se apropriavam das riquezas produzidas pelos criolos, mestiços e indígenas. Os criolos eram filhos de espanhóis, mas nascidos na América. Possuíam menos poder que os espanhóis, que eram exploradores dos mestiços e indígenas. Os mestiços por sua vez eram filhos de espanhóis com os indígenas, que por sua vez eram exploradores de indígenas. E por fim, na base da hierarquia social estava a maioria oprimida, os indígenas aymaras, quéchuas, entre outros. Depois da independência boliviana a divisão social permanece, em relação, os criolos, mestiços e indígenas.

Na comunidade Challapampa, dentre os povos indígenas, predomina os povos Aymaras. Descendentes das sociedades Tiwanaku e Inca. Os Aymaras preservam ainda o modo de produzir dos seus antepassados, como a agricultura, pesca, caça artesanato, dentre

outras atividades produtivas. No entanto, foi possível constatar que na comunidade vivem famílias mestiças.

Atualmente com aproximadamente 500 habitantes, a Comunidade Challapampa possui uma organização social, política, econômica, jurídica e territorial ordenada por linhas de parentesco. A organização social da comunidade Challapampa se dá pela constituição de famílias originárias e mestiças. Os descendentes dos aymaras pertencem às famílias: Ticona, Choque, Huanca, Paye e Mamani e os descendentes de espanhóis as famílias: Ramos e Mendoza.



Foto 12 – Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2015)

Na organização política da comunidade o poder é dividido entre algumas famílias. A estrutura é composta das seguintes autoridades: Secretário Geral, autoridade maior da comunidade, Secretário de Relação, Secretário de Atas, Secretário de Justiça, Secretário de Agricultura, Secretário de Fazenda e Secretário de Comunicação, eleitos a cada ano pelo voto dos comunários de Challapampa. Ainda na estrutura político administrativa da comunidade verificou-se a presença de conselhos, como o conselho de educação, por exemplo, que também é eleito a cada ano. E dez funcionários que são distribuídos e responsabilizados pela limpeza, arrecadação dos ingressos na comunidade, no museu e nas ruínas.



Foto 13 – Receptivo turístico da Comunidade Challapampa –  
Ilha do Sol/ Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2016)

De acordo com a organização territorial, a comunidade é dividida em quatro zonas: (1) zona centro; (2) zona taquile ou t'aquili; (3) zona playa ou pampa; e (4) zona kasa ou q'asa. É significativo ressaltar que o espaço territorial, do mesmo modo, se organiza por famílias. Além dos terrenos que possuem, nessas zonas, as famílias participam do sistema de aynuqas onde produzem batata, milho, haba, quinoa e arveja e criam porcos, ovelhas, alpacas, burros, vacas, galinhas e cuy. Foi possível constatar que algumas famílias possuem hortas, onde produzem cenoura, cebola, beterraba, alface, nabo e acelga, assim como frutas tais como: pêsego, maçã, tuna, tumbo, granadilla.



Foto 14 – Criação de porcos na Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2016)

Diante da dificuldade de acessar pesquisas sobre a comunidade Challapampa, pois a Bolívia não possui uma plataforma que armazena o conhecimento científico produzido e tem pouca pesquisa publicada no meio eletrônico, resolveu-se aplicar, junto aos líderes comunitários, um roteiro de entrevista no qual fosse possível desvendar alguns pontos referentes à origem da comunidade, a convivência com as demais. As atividades econômicas desenvolvidas, percepção sobre o turismo e sua origem, distinção entre o turismo de massa e o turismo de base comunitária. A relação da comunidade com a Rede Apthapi e os impactos gerados pelo turismo na comunidade.

No entanto, antes de analisar esses pontos, evidencia-se a estrutura organizacional do turismo comunitário implantado pela Fundação Codespa na Bolívia. A estrutura, segundo Codespa (2011) é composta por uma:

Rede de Turismo Comunitário do Lago Titicaca (APTHAPI) e três associações territoriais com objetivos compartilhados, responsabilidades estabelecidas, reuniões mensais, agendas e atas de reuniões para promover a oferta turística, organizar o serviço, o controle de qualidade de seus membros e participar nas instâncias políticas. (CODESPA, 2011, p 44)

A Rede Apthapi atualmente localiza-se na cidade de Copacabana e se vincula com cinco associações que representam as comunidades de Challapampa, Coati, Sampaya, Sahuíña e Santa Ana. E cada associação desta é composta por outras associações representativas de cinco ramos distintos do turismo. Por exemplo, na comunidade Challapampa a estrutura está organizada por (01) associação da comunidade que se constitui por (1) associação de guias, (1) associação de lancheiros, (1) associação de hoteleiros, (1) associação de restaurantes e (1) associação de artesãos.

Descreve-se nesta fase da pesquisa, os resultados obtidos por meio de aplicação de entrevistas junto aos líderes das associações da comunidade Challapampa que fazem parte da Rede Apthapi. Opta-se por não apresentar os dados de forma individualizada, embora alguns trechos sejam transcritos, para preservar a identidade de alguns comunitários contrários ao projeto. Analisa-se desta forma a visão geral dos entrevistados sem afastar as contradições do contexto pesquisado.

Quanto à origem da comunidade Challapampa a visão predominante trata de um conflito entre as comunidades Challa e Challapampa no ano de 1985. A comunidade Challa possuía seis áreas: Pucara, Titinhuani, Keapata, Keacucho, Choquepalta e Challapampa tendo êxito através de rotação de cargos entre elas por meio de um sindicato. No entanto, há mais ou menos trinta anos a comunidade Challapampa separou-se da comunidade Challa

estabelecendo seu próprio sindicato. O motivo proclamado pelos entrevistados da separação é a distância das comunidades, tanto para exercerem os cargos no sindicato como para as crianças estudarem. Importante destacar que apesar da comunidade Challapampa não participar mais da rotação dos cargos originários, ainda utiliza as aynuças<sup>69</sup> para a produção agrícola da comunidade, devido ao fato das aynuças não poderem ser fragmentadas, pois aglutinam partes pertencentes a todas as áreas.

De acordo com uma liderança aymara entrevistada, esse conflito é aprofundado com o episódio da expedição francesa de Jacques-Yves Cousteau que desenvolvia pesquisas arqueológicas subaquáticas na parte norte da Ilha somente com a autorização da comunidade Challa, pois essa não reconhecia a legitimidade de Challapampa enquanto comunidade. Esse é o primeiro incidente registrado do turismo no conflito das comunidades, pois as peças arqueológicas descobertas foram retiradas do museu da comunidade Challapampa como descreve a liderança:

Uns gringos que chegaram aqui como em 1999 por aí, os chineses também haviam chegado entraram no lago e retiraram um montão de prata, um montão de ouros, muitas peças, cerâmicas, ossos incas foram retiradas do lago e então levaram esses ouros para a escola pela primeira vez. Na segunda vez vieram também os americanos eles igual retiraram e nós cooperamos para transferir o ouro para o museu. Aí haviam quatro funcionários do museu, eles estavam cuidando e então a arqueologia vinha controlar e eles levavam as peças. Para o comunário essa riqueza pertenciam a comunidade e começaram a exigir ela. E dizia 80% vai ser para a comunidade e o resto para arqueologia. Essa riqueza, não chegou e os comunarios ficaram descontentes e se perguntavam até quando vamos esperar. E essa riqueza não chega, não chega, passou os anos e combinamos de fazer uma intervenção. Os funcionários do museu sabendo disso, em uma noite, retiraram muitas das peças e levaram para a comunidade Challa, mas nós [Challapampa] não sabíamos disso. Então fizemos outra intervenção tampando a porta do museu com barro e pedras. Depois de uns meses fomos a Copacabana buscar ajudar com doutores para avaliar as peças, mas quando voltamos e abrimos a porta do museu fomos surpreendidos, pois o museu estava vazio. Desde este momento temos conflito com a comunidade Challa. Desapareceram 208 peças de cerâmica e 52 pesos de prata e ouro do museu. (Comunidade Challapampa, 2015)

Ao questionarmos à existência de outras comunidades e da convivência ser pacífica ficou evidente pelo relato acima que existem conflitos entre as comunidades, no entanto não somente entre Challa e Challapampa, mas também com a comunidade Yumani.

---

<sup>69</sup> Segundo Gilles (1994) “O sistema de aynuça refere-se a um modo particular, mas não estático, de pensar o mundo e de organizar a natureza "fertilidade", etc”.



Foto 15 – Museu da Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/  
Bolívia

Autor: Pereira, S. N. (2016)



Foto 16 – Museu da Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/  
Bolívia

Autor: Pereira, S. N. (2016)

Quanto ao desenvolvimento de atividades econômicas na comunidade a percepção de uma forma geral não considera a agricultura<sup>70</sup> como atividade econômica. Em um determinado momento histórico consideraram a pesca como atividade econômica, mas devido à contaminação<sup>71</sup> do lago e a pesca predatória, ela é, hoje para subsistência das famílias. A introdução de um peixe chamado trucha por argentinos, no lago, também causou desequilíbrio

<sup>70</sup> No entanto, em alguns relatos foi possível verificar que uma pequena parte da produção da Habas é vendida pela comunidade.

<sup>71</sup> A contaminação do Lago Titicaca é percebida pela comunidade Challapampa de distintas formas, desde a utilização intensiva dos grandes barcos turísticos até o lixo plástico produzido pelo turismo.

ecológico. A trucha é predadora dos peixes nativos do lago. Neste sentido, atualmente, na comunidade Challapampa, a única atividade econômica considerada pela comunidade é o turismo, sua única fonte de ingressos.

Antes na comunidade Challapama as pessoas se dedicavam a pesca, antes não havia turistas, entravam de noite no lago com seus barcos, colocavam redes e ao amanhacer recolhiam suas redes, pescavam trucha, pejerrey, pela manhã chegava o comprador de peixes e antes disso os comunários sobreviviam com a pesca e agora os peixes estão desaparecendo pela contaminação ao lago e agora os comunários como não tem pesca se dedicam ao turismo. (Comunidade Challapampa, 2015)

No que se refere à compreensão da comunidade por turismo e turismo comunitário e se há distinção entre eles, algumas diferenças foram observadas. A concepção geral é que o turismo é uma fonte de trabalho que gera recursos financeiros para a comunidade. E o turismo comunitário uma atividade econômica na qual toda a comunidade participa e ganha de forma conjunta. No entanto, aspectos referentes à valorização cultural e experiências vivenciais com turistas não aparecem nas falas, nem mesmo dos presidentes das associações de turismo comunitário da comunidade.

Turismo é uma fonte de trabalho, nada mais, apenas uma fonte de trabalho. Saímos para comprar para o turismo qualquer coisa que os turistas precisam, alguns querem artesanato então fazemos artesanato para vender, assim é o turismo uma fonte de trabalho. (Comunidade Challapampa, 2015)

O conceito de turismo como “indústria sem chaminé” também foi observado nas falas. Acredita-se que, como os membros da comunidade que fizeram parte do projeto de sensibilização da Fundação Codespa, muitos desses conceitos (turismo e turismo comunitário) foram apropriados pela comunidade, inclusive de compreender que a única alternativa para seu futuro é desenvolver o turismo.

O turismo para mim é um futuro, um futuro de economia seria para mim. É que se estávamos sofrendo antes. E se agora tem venda todos pensamos em turismo. Estamos todos pensando em turismo. (Comunidade Challapampa, 2015)

Em relação ao início e como eram as atividades turísticas na comunidade, alguns membros não souberam identificar, outros divergiram do período<sup>72</sup>, mas no geral a resposta foi na década de 1990 que chegaram os primeiros turistas na comunidade. No entanto, ao pesquisar sobre as empresas que iniciaram a atividade turística na Ilha, dentre as mais citadas pelos comunários, a empresa Crillon tours<sup>73</sup> em seu sitio eletrônico registra o ano de 1966 como o marco do início das atividades no Lago Titicaca.



Foto 17 – Lancha da empresa Transturin no porto da Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2016)

Segundo os comunários, nessa época os turistas vinham na comunidade de passagem para ver as ruínas, ficavam em torno de 30 minutos e depois retornavam a cidade de Copacabana. Relataram também que apenas as empresas de barcos que ganhavam com o turismo.

Os empresários da empresa Crillon Tours de La Paz promoveram primeiro a comunidade Yumani, promoveram e os turistas chegaram ao lado norte da Ilha primeiro. E nós vimos que turistas começavam a chegar. Depois veio a Transturin<sup>74</sup>, empresa de La Paz também, compraram terrenos na comunidade Yumani e construíram hospedagens lá com muitas habitações e assim trabalhavam com seus barcos, traziam e levavam turistas, assim trabalhavam. E quando começaram a trazer turistas aqui a comunidade não ganhava nada, quando traziam turistas aqui, os turistas desciam do barco andavam pela comunidade, visitavam as ruínas e depois retornavam. Não

<sup>72</sup> Outro período que foi relatado é o ano de 1985. Ano no qual ocorreu o conflito comunário com a comunidade Challa e resultou na separação das comunidades.

<sup>73</sup> Informação obtida por meio do endereço eletrônico <http://crillontours.com/index.php/es/acerca-de-bolivia/acerca-de-nosotros>, acessado em 15/04/2016.

<sup>74</sup> Informações da empresa foram acessadas pelo sitio eletrônico <http://www.transturin.com>, acessado em 15/04/2016.

deixavam nada aqui, nada. A empresa também não deixava nada para a comunidade, nada. . (Comunidade Challapampa, 2015)

Indagados sobre como era a vida na comunidade antes do turismo, os membros da Rede Apthapi da comunidade Challapampa foram unânimes em dizer que a vida era muito difícil, que sofreram muito, pois não tinham mais a pesca como atividade econômica e a agricultura é de subsistência.

Nós antes éramos uma família pobre, uma família muito pobre e não tínhamos casa então não tínhamos dinheiro, nada. Só tínhamos assim pequeno cultivo e assim vivíamos, tínhamos um pouco da pesca, mas não tínhamos muita rede. Era uma família pobre, então por esse motivo pensei em trabalhar com artesanato e vender esse artesanato para minha economia. Minha mãe faleceu quando tinha 16 anos. Assim faleceu minha mãe então vivia com meus irmãos, meus três irmãos. Fiquei com meu pai e meus três irmãos então pensei em fazer artesanato, algumas coisas para vender em Copacabana ou em La Paz, assim receber dinheiro. (Comunidade Challapampa, 2015)



Foto 18 – Agricultura em terraços na Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2016)

Quando questionados sobre a vida, atualmente, com o turismo ficou evidente a harmonia das falas, principalmente porque as famílias entrevistadas são as mais beneficiadas pelo turismo na comunidade. E também por estarem ligados a rede de turismo Apthapi e serem seus principais representantes da comunidade Challapampa por meio das associações.

A vida é diferente agora não é como antes, é diferente. Agora temos tenda, fomos capacitados também, temos recebido capacitação de qualidade. Agora temos que trabalhar com tenda, restaurante, hostel e temos que melhorar

também. Para a comunidade é muito bom porque se tem turista tem ingresso (dinheiro) e recebem esse monte de dinheiro também mantém a comunidade. Aqui na comunidade tem como dez (10) funcionários, cinco (5) pessoas são responsáveis pela limpeza, se preocupam com a limpeza da praia de todo o lixo. E cinco (5) funcionários são do museu e dos sítios arqueológicos que cobram e administram tudo. E quando termina o mês outras dez pessoas assumem a função, assim a cada mês trocam os funcionários. (Comunidade Challapampa, 2015)

Quanto à questão do desenvolvimento do turismo comunitário na comunidade surgem contradições. Primeiro poucos membros da rede Apthapi conseguiram distinguir o turismo de massa que acontece na ilha com o turismo que é desenvolvido pela Rede Apthapi. O turismo comunitário desenvolvido pela Rede Apthapi configura-se como uma espécie de turismo elitizado e, portanto são poucos os pacotes comercializados comparados ao volume do turismo convencional que existe na comunidade.

No turismo comunitário temos um escritório em Copacabana e a partir dele as agências de turismo são contactadas e na internet estão nossos serviços. A representante da Rede Apthapi entra em contato com as agências para fazer as reservas e depois entra em contato com nós aqui na comunidade. Por exemplo, se dois turistas virão à comunidade a representante nos avisa e direciona os empreendimentos que devem receber esses turistas, que restaurante, que hostel e que guia da rede devem receber. Há uma rotação de empreendimentos, por exemplo, se tem quatro restaurantes, primeiro recebe um, depois o outro, depois o outro, assim sucessivamente até retornar ao primeiro. (Comunidade Challapampa, 2015)

No entanto, surge outra contradição no decurso da pesquisa de campo, defrontou-se com alguns comunários que faziam parte da Rede Apthapi, mas romperam com o projeto da Fundação Codespa. Dentre os vários motivos, a centralização da venda dos pacotes da Rede Apthapi para determinadas famílias foi o mais notório, ou seja, a rotação descrita na fala anterior não estava acontecendo. Neste sentido, segue a fala de um representante das famílias que se desvinculou do projeto e relata sua experiência com a Fundação Codespa:

No princípio, quando a Fundação Codespa ingressou na comunidade participei do projeto, mas hoje não estou mais vinculado a ele. Porque? Não gosto da forma como eles manipulam as famílias. Neste projeto apenas algumas famílias estão ganhando e isto não é turismo comunitário. O turismo comunitário integra toda a comunidade, beneficia a pessoa que realmente não tem nada, mas essas famílias [do projeto] têm hostel, lancha, restaurante, tem tudo. Tem gente mais pobre que não tem nada e não participa disto, então para mim isto não é turismo comunitário. Por isso sou muito contra isto. Esta Fundação veio realmente enganar, veio dividir a comunidade. Isto não é turismo comunitário, pelo contrário eles escolhem

pessoas que tem mais dinheiro para ganhar mais dinheiro. (Comunidade Challapampa, 2015)

Com relação ao quesito, impactos gerados pelo turismo, na comunidade, se observa uma discrepância entre os aspectos negativos e positivos. Predomina na percepção dos comunários entrevistados os aspectos negativos. E uma interessante análise na qual incide de forma insignificante temas como: valorização cultural e experiência vivencial. Um dos aspectos negativos decorrente do turismo é transcrito abaixo por um dos associados da Rede Apthapi.

O que não gosto no turismo é o comportamento de alguns turistas, principalmente, alguns argentinos e chilenos que pedem desconto para estar no hostel e depois vão embora sem pagar. Empréstimo toalhas e eles me roubam, roubam cobertas. Se não cobro antes de se hospedarem pela manhã saem sem pagar, emprestamos com carinho e eles fazem isso. (Comunidade Challapampa, 2015)

Dentre os aspectos negativos produzidos pelo turismo na comunidade, segundo os entrevistados, destacaram-se: de alguns turistas, agressividade, desprezo às normas comunitárias de conduta, consumo de drogas e bebidas alcoólicas, furtos.

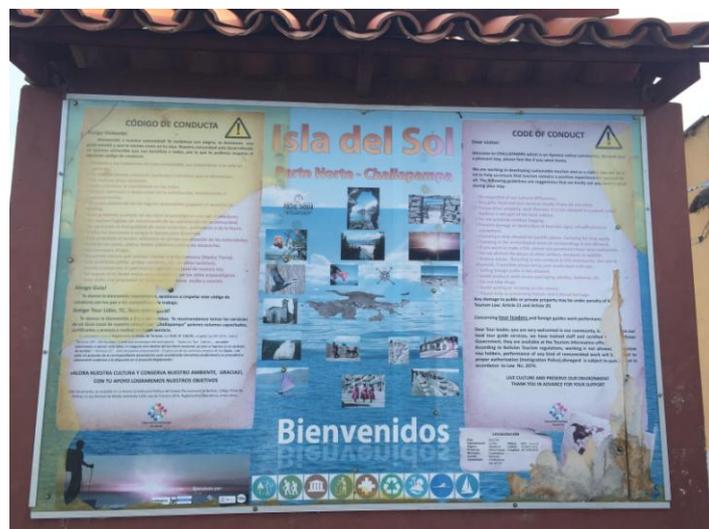


Foto 19 – Regras de conduta para os turistas que visitam a Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2016)

Aumento na produção de lixo, contaminação do lago, abandono de alguns hábitos tradicionais como: o uso de roupas, substituição da língua aymara pelo espanhol e mudança nos hábitos alimentares.



Foto 20 – Lixo na praia da Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
 Autor: Pereira, S. N. (2016)

Em contrapartida, o aspecto positivo que mais se manifestou na pesquisa de campo foi o econômico, decorrente de uma visível dependência dos comunários ao turismo, enquanto atividade econômica. E uma das poucas falas sobre a “experiência vivencial” do turismo comunitário, um comunário da associação explica que “quando vem um turista temos que ensinar a cultivar, a fiar a lã para o artesanato, ensinar a cozinhar, pescar e cuidar dos animais. Ensinamos tudo a eles” (Comunidade Challapampa, 2016).

Nos últimos questionamentos sobre a relação dos associados da comunidade com a Rede Apthapi e o conhecimento de financiamento público ou privado para o desenvolvimento do turismo comunitário. Percebe-se, correspondente ao primeiro item, que a maior parte dos associados da Rede Apthapi na comunidade tem conhecimento que uma parte dos recursos destina-se ao escritório da Rede. No entanto, poucos associados sabem qual porcentagem é destinada a Rede e a totalidade desconhece os preços dos pacotes vendidos por ela.

A Rede ganha uma porcentagem, por exemplo, quando uma pessoa compra um artesanato de dez bolivianos dois bolivianos fica para a rede e oito para o artesão. Assim é para os guias, hotéis, restaurantes, todos. A representante da rede recebe o valor integral e divide entre os associados, ela é quem sabe quanto cada membro vai receber. Para a oficina acredito que fica uns 2% sobre tudo que é vendido. (Comunidade Challapampa, 2016).

Com relação à percepção dos associados da comunidade sobre a existência e o funcionamento de financiamentos para o turismo comunitário predominou o entendimento que não sabiam da existência de financiamentos diretos privados ou públicos. O único apoio que receberam da Fundação Codespa foi à organização das associações por meio de oficinas,

cursos de capacitação e a participação de alguns “escolhidos” em feiras de turismo para a comercialização do produto turístico.

Recursos financeiros diretos para obras de infraestrutura, construção de equipamentos, dentre outros não tinham conhecimento. No decorrer de algumas falas, neste item, é perceptível a desconfiança de alguns associados referente a transparência do recursos disponibilizados pela Fundação Codespa na implantação do projeto, segue dois fragmentos relacionado ao tema.

Parece que não investiram bem esse dinheiro, uma parte foi utilizada para as capacitações a outra foi para outra parte. Recebemos somente capacitações, isto e nada mais. O dinheiro me parece, meu pai sabe dessa história não sei direito. Não sei se estão aprisionando este dinheiro. Pergunte ao meu pai ele sabe. (Comunidade Challapampa, 2016).

Essa pessoa que representa a Fundação recebeu muito dinheiro quando comandou o projeto, ela é diretora do projeto. Ela é de La Paz é de classe alta, não é indígena, nada. Quero que guarde um pouco esta entrevista para você, tenho medo, só quero que você saiba o que está acontecendo aqui e não quero falar mais. (Comunidade Challapampa, 2016).

De maneira geral percebe que o turismo se instalou, na comunidade pesquisada, a partir de uma determinação hegemônica e por agentes externos do turismo. Através dos depoimentos colhidos é possível inferir que a vida na comunidade era tranquila e simples. O que predominava era o modo de produção de subsistência.

A partir da presença das primeiras atividades de turismo conflitos são identificados na comunidade, a produção social ganha novos significados. O turismo altera a rotina de muitos comunários de Challapampa e provoca mudanças nos hábitos tradicionais como a vestimenta e alimentação.



Foto 21 – Introdução de bebidas industrializados na Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
 Autor: Pereira, S. N. (2016)



Foto 22 – Introdução de alimentos industrializados na Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
 Autor: Pereira, S. N. (2016)

Por se encontrarem, atualmente, desprovidos de outras atividades econômicas, causadas pelo avanço das forças produtivas, e por serem constantemente assediados por projetos messiânicos do capital, os comunários acabam condescendentes com o discurso “do turismo como única possibilidade” até porque ele vem mascarado por um termo familiar “comunitário” o turismo comunitário.

Dos membros e líderes entrevistados na comunidade Challapampa, poucos se mostraram minimamente articulados com uma experiência de turismo de base comunitária.

Uma contradição que se destaca. Pois predomina a forma convencional de turismo. No entanto, pela percepção geral não é relevante a forma de turismo, mas os ingressos econômicos que são gerados por ele.



Foto 23 – Turistas descansando no caminho para as ruínas.  
Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2016)

Em que pese às diversas contradições encontradas em campo pelo desenvolvimento do turismo, ou mesmo pela implantação do projeto da Fundação Codespa, o principal objetivo desta pesquisa é investigar a realidade concreta do fenômeno turismo de base comunitária a partir da categoria mercadoria.

Marx, como exposto no primeiro capítulo, compreende que o homem, em todo modo de produção, estabelece determinadas relações de produção que se relacionam a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas. No entanto, para compreender as categorias trabalho e processo de trabalho adverte que “temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada”. Marx realiza uma abstração da categoria processo de trabalho da estrutura produtiva, pois entende que em cada estrutura o processo de trabalho se manifestará em formas e relações sociais produtivas distintas.

A partir dessa compreensão elaborou-se um questionário que teve como objetivo analisar o processo de trabalho dos membros da Rede Apthapi que trabalham com turismo comunitário na comunidade Challapampa. E a partir dessa apreensão analisar qual relação social de produção predomina no processo de produção do turismo comunitário.

Compreende-se que tentar apreender a complexidade material na qual os comunários aymaras estão imersos não é uma tarefa simples, exige um grande esforço no desprendimento do pensar metafísico que se assenhora da percepção do mundo. Sabe-se que muitas são as limitações impostas, mas novamente reiteramos o “compromisso do pensamento com o pensado” com essa profunda visão de mundo que distinta da metafísica expõe a contradição e as investiga detalhadamente, no pulsar do metabolismo social.

O universo social da pesquisa compôs-se de aproximadamente trinta pessoas (30) da comunidade que possuem por volta de dez (10) empreendimentos turísticos, organizados em cinco (5) associações e representados por uma associação da comunidade junto à Rede Apthapi. O questionário aplicado na comunidade, segundo anexo B, estrutura-se na compreensão marxiana que o processo de trabalho determina as relações de produção. Neste sentido, evidencia-se primeiro o processo de trabalho, na seqüência identifica-se a relação de trabalho (e possíveis direitos) e por fim analisa-se o resultado desse processo de trabalho (seu produto).

No segundo capítulo aprofundou-se a concepção de trabalho de Marx e Engels onde o trabalho é visto como um processo em que homem e natureza integram-se em uma relação orgânica (metabólica). O trabalho, para Marx, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade. É uma eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

O processo de trabalho é examinado por Marx (1980), assim como a mercadoria como uma unidade, uma totalidade, compreende o capital como um sistema orgânico. É um processo natural, social e transformador simultaneamente, um processo metabólico.

Para Marx (1980) os elementos simples do processo de trabalho são: a atividade “adequada a um fim, isto é o próprio trabalho, o objeto de trabalho, ou seja, “a matéria que se aplica o trabalho” e os meios de trabalho que inicialmente são apropriações da natureza. A terra existe independente da ação do homem, que segundo o autor existe como “objeto universal do trabalho humano”.

O objeto de trabalho constitui-se como expõe Marx (1980, p. 203) de: “Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural (...), fornecidos pela natureza”. No entanto, se o objeto do qual o trabalhador se apodera é filtrado por trabalho anterior denominamos matéria-prima que de acordo com Marx (1980, 203): “Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima (...) só é matéria-prima depois de ter experimentado uma modificação efetuada pelo trabalho”,

assim dependendo da relação a terra, por exemplo, pode ser objeto de trabalho, mas também meio de trabalho.

O meio de trabalho, na concepção marxiana é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto, utilizando propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas segundo seu objetivo. E é o meio de trabalho que distingue segundo Marx as épocas econômicas.

*O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que realiza o trabalho. (MARX, 1980, p. 204, grifo nosso)*

Marx não se refere ao “meio de trabalho” enquanto instrumento ou ferramenta somente, mas o considera como “todas as condições materiais necessárias”, uma espécie de infraestrutura necessária à realização do processo de trabalho. Segundo o autor elas não participam diretamente do processo, mas o processo não se realiza sem elas.

No processo de trabalho, segundo Marx (1980), a atividade que o homem efetua mediante um meio de trabalho no objeto de trabalho resulta em um produto. O processo de trabalho, portanto, extingue-se no produto. O produto para ele é um valor-de-uso, uma matéria natural adaptada “às necessidades humanas mediante transformação da forma”. O trabalho une-se ao seu objetivo, está agora objetivado e o objeto trabalhado.

Neste processo-coisa constata Marx (1980, p. 205): “Observando-se todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, evidencia-se que meio e objeto de trabalho são meios de produção e o trabalho é trabalho produtivo”, que os meios de produção são uma totalidade constituída pelo meio e objeto de trabalho. E reflete:

*Quando um valor-de-uso sai do processo de trabalho como produto, participaram da sua feitura, como meios de produção, outros valores-de-uso, produtos de anteriores processos de trabalho. Valor-de-uso que é produto de um trabalho torna-se assim meio de produção de outro. Os produtos destinados a servir de meio de produção não são apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho. (MARX, 1980, p. 205-206)*

Neste sentido, um problema passa incomodar Marx como identificar “os vestígios do trabalho de épocas passadas” como lidar com o fato de que o trabalho passado está

freqüentemente incorporado nos meios de produção, especialmente quando alguns destes trabalhos desaparecem no processo de produção.

O consumo produtivo é o resultado da utilização de produtos de trabalho anteriores que servem para a produção de um novo produto, ou seja, a utilização de um elemento já processado que entra em contato com o trabalho vivo através de um processo de consumo.

O trabalho gasta seus elementos materiais, seu objeto e seus meios, consome-os, é um processo de consumo. *Trata-se de consumo produtivo que se distingue do consumo individual: este gasta os produtos como meios de vida do indivíduo, enquanto aquele os consome como meios através dos quais funciona a força de trabalho posta em ação pelo indivíduo.* O produto do consumo individual é, portanto, o próprio consumidor, e o resultado do consumo produtivo um produto distinto do consumidor. (MARX, 1980, p. 208, grifo nosso)

O trabalho aqui consome produtos para criar produtos ou os utiliza como meios de produção. O processo de trabalho é descrito de forma metabólica, onde o homem e a terra continuam a lhe servir de meios de produção coisas diretamente fornecidas pela natureza.

O processo de trabalho que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1980, p. 208)

No entanto, no modo de produção capitalista duas condições são estabelecidas para a força de trabalho no processo de trabalho. Primeiro o trabalhador trabalha sobre o controle do capitalista como explica Marx:

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho. (MARX, 1980, p. 209)

E segundo o produto é propriedade do capitalista não mais do produtor imediato violando até mesmo o princípio lockeano, que defende que a propriedade privada deve pertencer a quem trabalha e incorpora trabalho à ela.

Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor diário da força de trabalho. Sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, por exemplo, a de um cavalo que alugou por um dia, pertence-lhe durante o dia. Ao comprador pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho apenas cede realmente o valor-de-uso que vendeu, ao ceder seu trabalho. (MARX, 1980, p. 209-210)

O processo de trabalho nesse modo de produção, segundo Marx (1980) é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista compra coisas que lhe pertencem. Marx logo se movimenta para a compreensão do processo de valorização.

O produto, de propriedade do capitalista, é um valor-de-uso, fios, calçados, et. Mas, embora calçados sejam úteis à marcha da sociedade *e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica sapatos por paixão. (...) amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas, por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca.* Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso, que tenha valor-de-troca, um artigo destinado a venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-lá, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e a força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. *Além de um valor-de-uso quer produzir mercadoria, além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia).* (MARX, 1980, p. 210-211, grifo nosso)

A mercadoria para Marx (1980) é unidade de valor-de-uso e valor e o processo de sua produção tem que ser um processo de trabalho que produz valor-de-uso e valor simultaneamente. Reflete Marx:

Sabemos que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor-de-uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção. Isto se aplica também ao produto que vai para as mãos do capitalista, como resultado do processo de trabalho. De início, temos, portanto de quantificar o trabalho materializado nesse produto. (MARX, 1980, p. 211)

Os argumentos do capitalista para explicar a mais-valia, perplexo por descobrir que “o valor do produto é igual ao capital adiantado” que o valor adiantado não cresce, não produz mais-valia, são ironizados por Marx que ensina com minúcias como esse valor excedente é produzido.

Examinemos o assunto mais de perto. O valor diário da força de trabalho importava em 3 xelins, pois nela se materializa meio dia de trabalho, isto é, custam meio dia de trabalho os meios de subsistência quotidianamente

necessários para produzir a força de trabalho. Mas, o trabalho pretérito que se materializa na força de trabalho e o trabalho vivo que ela pode realizar, os custos diários de sua produção e o trabalho que ela despense são duas grandezas inteiramente diversas. A primeira grandeza determina seu valor-de-troca, a segunda constitui seu valor-de-uso. Por ser necessário meio dia de trabalho para a manutenção do trabalhador durante 24 horas, não se infira que este está impedido de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são, portanto duas magnitudes distintas. O capitalista tinha em vista essa diferença de valor quando comprou a força de trabalho. A propriedade útil desta, de fazer fios ou sapatos, era apenas uma *conditio sine qua non*, pois o trabalho para criar valor, tem de ser despendido em forma útil. Mas, o decisivo foi o valor-de-uso específico da força de trabalho, o qual consiste em ser ela fonte de valor e de mais trabalho, o qual consiste em ser ela fonte de valor e de mais valor que o que tem. Este é o serviço específico que o capitalista dela espera. (MARX, 1980, p. 218)

Neste sentido, todas as condições do problema foram resolvidas e nenhuma lei que rege a troca de mercadorias foi violada, segundo Marx, trocou-se equivalente por equivalente. Como comprador o capitalista compra a mercadoria força de trabalho e consome seu valor-de-uso, volta ao mercado para vender sua mercadoria (pelo valor) e retira, porém, da circulação a mais-valia. No entanto, Marx adverte que essa “transformação de dinheiro em capital” ocorre na esfera da circulação e não no processo de produção de mais-valia. Conclui Marx:

Ao converter dinheiro em mercadorias que servem de elementos materiais de novo produto ou de fatores do processo de trabalho e ao incorporar força de trabalho viva à materialidade morta desses elementos, transforma valor, trabalho pretérito, materializado, morto, em capital, em valor que se amplia, um monstro animado que começa a “trabalhar”, como se tivesse o diabo no corpo. (MARX, 1980, p. 219-220)

O processo de produzir valor é diferenciado por Marx do processo de produzir mais-valia, para o autor o processo de produzir valor consiste em trabalho útil que produz valores-de-uso, a atividade é considerada qualitativamente, em sua espécie particular, segundo seu objetivo e conteúdo. No entanto, o processo de produzir mais-valia o trabalho é considerado somente pelo aspecto quantitativo. Importa apenas o tempo que o trabalhador leva para executar a operação ou “o período durante qual a força de trabalho é gasta utilmente”.

Para Marx, o tempo gasto na produção do valor-de-uso é socialmente necessário se duas características forem preenchidas. Primeiro a força de trabalho tem que funcionar em condições normais e segundo a normalidade da própria força de trabalho. Explica Marx:

(...) na produção de um valor-de-uso (...) só se considera o tempo de trabalho socialmente necessário (...) A força de trabalho deve funcionar em

condições normais. Se o instrumento de trabalho socialmente dominante na fiação é a máquina de fiar, não se deve por nas mãos do trabalhador uma roda de fiar. (...) gastaria mais do que o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um quilo de fio, e esse tempo excedente não geraria valor nem dinheiro. A normalidade dos fatores materiais do trabalho não depende do trabalhador, mas do capitalista. Outra condição é a normalidade da própria força de trabalho. Deve possuir o grau médio de habilidade, destreza e rapidez reinantes na especialidade em que se aplica. (MARX. 1980, p. 220)

Para finalizar Marx (1980) estabelece uma diferença no processo de produção entre (1) a forma de produção de mercadorias que envolve o processo de trabalho e o processo de produzir valor e (2) a forma capitalista da produção de mercadorias que resulta do processo de trabalho mais o processo de produzir mais-valia.

Esse aporte teórico é necessário para fundamentar a análise dos questionários que foram aplicados na comunidade Challapampa. Os elementos dos quais se constitui o processo de trabalho são o objeto, o meio e a atividade. Inicia-se pelo elemento atividade, ou seja, o trabalho.

De forma distinta de Marx que analisou o processo de trabalho nas fabricas inglesas, que o sujeito da observação era o trabalhador assalariado em relações de produção dadas. Nesta pesquisa deparou-se com um contexto social no qual as relações capitalistas de produção convivem com relações comunitárias de produção, onde a unidade de produção e unidade familiar não se separa e o que se produz é para o consumo.



Foto 24 – Jovem Aymara da Comunidade Challapampa no pastoreio de ovelhas – Ilha do Sol/ Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2016)

No entanto, algumas observações foram realizadas, neste complexo contexto social. Nessa configuração social na qual a produção capitalista aparece na produção de autoconsumo, não se identifica a forma trabalho assalariado. Todos os membros da Rede Apthapi que foram entrevistados não possuem nenhum tipo de vínculo empregatício, infere-se, desta forma, que predomina o trabalho informal nas relações sociais de produção do turismo comunitário.

Este aspecto da informalidade mostra-se também nos empreendimentos turísticos que pertencem a Rede Apthapi. De acordo com as informações obtidas em campo constatou-se que não existe, com exceção de alguns guias, empreendimento como: hotel, restaurante, transporte e artesanato formalizado. E inclusive as associações da estrutura organizacional da Rede Apthapi na comunidade são informais.



Foto 25 – Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
 Autor: Pereira, S. N. (2016)

No dia de trabalho dos comunários as atividades do turismo comunitário se misturam com outras atividades de seu cotidiano, como o de cuidar de animais, plantar, pescar, trabalhos domésticos em geral. Não há uma divisão clara entre as atividades cotidianas e as atividades que são desenvolvidas para o turismo. Muitos entrevistados tiveram dificuldade de separar o tempo no qual estavam trabalhando especificamente (disponíveis) para o turismo e o tempo que dispunham para as atividades cotidianas.

No entanto, mesmo com essa dificuldade foi possível observar que nos empreendimentos de hospedagem e restaurantes a jornada de trabalho chega a quinze (15) horas dia, principalmente para as mulheres da unidade familiar. Muitos relatos como o transcrito abaixo foram presenciados na pesquisa de campo.

De manhã atendo o café da manhã começo às 8h, depois a limpeza das habitações (quartos e banheiros). Umás 10h da manhã vou para o porto buscar turistas que chegam às 10h30, se consigo turistas volto para o hostel e os acomodo depois 12h mais ou menos tenho que fazer o almoço. À tarde geralmente lavo roupa (de casa e os lençóis, cobertas, toalhas do hostel) e quando dá umas 15h desço novamente para buscar turistas que chegam 15h30 depois de recebê-los tenho que limpar o terreno, cuidar dos animais e horta. Umás seis horas faço a janta e fico a disposição dos turistas até umas 23h mais ou menos, pois às vezes querem água quente para o mate, alguma coisa emprestada ou alguma informação. (Comunidade Challapampa, 2016).

Com relação à jornada de trabalho dos homens percebe-se certa distinção das mulheres. Acredita-se que essa relação distinta obedece a um padrão anterior de relações sociais, no qual homens e mulheres tinham funções estabelecidas na família, que determinados trabalhos competem aos homens e outros as mulheres. Neste sentido, é possível observar que trabalhos de lancheiros e guias compõem-se em sua totalidade por homens e no artesanato e na administração dos hotéis e restaurantes predomina o trabalho de mulheres.

Como guia começo a trabalhar umas 8h desço a praia para ver se tem algum turista que queira visitar as ruínas. Depois umas 10 h busco turistas no porto que chegam mais ou menos 10h 30 e seguimos para as ruínas o passeio geralmente demora umas duas horas. Depois vou almoçar e retorno umas 14h 30 para o porto novamente para oferecer meu serviço de guia para os turistas que chegam às 15h30 se tem turista trabalho até umas 17h, se não consigo turistas vou vender artesanato nas ruínas. (Comunidade Challapampa, 2016).

Conclui-se, desta forma, que na unidade familiar comunitária já existia uma divisão de tarefas, no entanto com o advento do turismo na comunidade as mulheres possuem uma sobrecarga de trabalho que é reconhecida por alguns homens como o relato abaixo.

Minha esposa trabalha muito mais do que eu, ela tem que lavar, cozinhar, levanta seis horas para fazer o café da manhã dos meus filhos, limpa a casa, lava a roupa, cuida dos animais e na época da agricultura trabalha na terra e cozinha para nós. (Comunidade Challapampa, 2016).

Antes de adentrar na questão da renda em específico far-se-à um desvio necessário. Um das determinações pela qual se analisa o fenômeno do turismo é a propriedade, inclusive se apresentou as particularidades de um processo de acumulação primitiva pelo turismo. Neste sentido, sentiu-se necessidade de verificar como se dava a relação de propriedade na comunidade. Dois questionamentos foram levantados (1) se havia propriedade privada ou

somente direito de posse e (2) a possibilidade de compra e venda para agentes externos da comunidade. Conclui-se com relação ao primeiro questionamento, pela unidade de entendimento dos entrevistados, que existe a propriedade privada da terra reconhecida por meio de títulos expedidos pelo governo, mas não são todas as famílias que possuem os títulos. E com relação ao segundo questionamento verificou-se que existe uma normativa interna na comunidade que proíbe a venda de terras para agentes externos da Ilha do Sol.

Com relação à questão da renda observa-se ausência da categoria salário na comunidade. Neste sentido, observou-se que os empreendimentos e membros associados à Rede Apthapi recebem de acordo com os serviços e produtos que são vendidos, como uma espécie de produtividade. Como foram vários ramos investigados com distintas características opta-se por demonstrar um exemplo dos meios de hospedagem. Em que pese às dificuldades encontradas em campo três pontos foram observados (1) não existe um cômputo de rendimento individualizado nos empreendimentos como custo de produção, (2) não há uma percepção dos custos de produção e (3) quando o custo de produção é mais elevado que a renda da atividade desloca-se de outra atividade (quando desenvolve) a renda para cobrir os custos.

Devido a esses condicionantes não se consegue verificar adequadamente a renda dos empreendimentos turísticos vinculados à Rede Apthapi. No entanto, questionados no item 4.3 de quanto seria sua renda mensal observou-se que no setor de hospedagem a renda mensal do empreendimento em alta temporada vai de 1.200 a 2.800 bols por mês e em baixa temporada vai de 800 a 1.200 bols por mês. A renda dos guias em alta temporada vai de 800 a 2.200 bols por mês e baixa temporada vai de 560 a 1.200 bols por mês e no artesanato temos em alta temporada uma renda de 300 a 600 bols por mês e na baixa temporada de 80 a 200 bols por mês. Como os empreendimentos de transporte de lancha vinculado a Rede Apthapi não trabalham com habitualidade, pois operam somente com alguns traslados privados para a rede, optou-se por não incluí-los nessa análise.

O salário mínimo oficial na Bolívia em 2016 de acordo com o Ministério do Trabalho em Emprego é de 1.805 bolivianos. Neste sentido, verifica-se que a renda obtida pelos serviços e produtos turísticos oferecidos na comunidade Challapampa não são muito interessantes, pois a maioria das rendas encontra-se abaixo do salário mínimo. No entanto, o que acontece na comunidade é que uma família centraliza vários serviços como relatado por outro comunário descontente com o projeto da Fundação Codespa.

Essas pessoas se isolaram é uma família, nada mais. São duas ou três famílias nada mais. Eles possuem suas lanchas, seus hosteles, restaurantes, tudo. Essas pessoas já possuem muito dinheiro e deveriam dar oportunidade para quem não tem dinheiro. Esse projeto da Fundação Codespa só beneficiou essas famílias. Muitas pessoas saíram do projeto não querem mais saber desse projeto porque dividiram a comunidade. (Comunidade Challapampa, 2016).

Conclui-se, portanto que devido a essa centralização as famílias que pertencem a Rede Apthapi podem usufruir de uma renda um pouco melhor do que a dos outros membros da comunidade que trabalham com turismo gerando uma desigualdade social entre as famílias. Outro elemento importante é que de todas as famílias que pertencem ao projeto, um membro delas faz parte do poder político administrativo da comunidade Challapampa.

A rede Apthapi tem como premissa a cobrança de 25% de todos os serviços e produtos turísticos vendidos pelos membros vinculados à rede sob o argumento que o escritório precisa de recursos para sua manutenção como o pagamento de funcionários, energia, viagens para participarem de feiras e eventos onde os produtos turísticos da rede podem ser comercializados.

A representante da rede Apthapi na entrevista explica como funciona a relação da rede com as comunidades relata que de todo o montante vendido dos pacotes turísticos 25% fica para a Rede e 75% para a comunidade. Como não foi possível acessar os dados de manutenção do escritório<sup>75</sup> não se pode inferir adequadamente a quantidade de mais-valia apropriada pela rede.

Neste sentido, a relação estabelecida entre os associados da comunidade e a rede constitui-se por meio da apropriação de uma parte do valor gerado pelos produtos e serviços turísticos vendidos. Verificou-se também que muitas agências internacionais<sup>76</sup>, que comercializam o produto do turismo comunitário, apropriam-se desse mais valor gerado pelo trabalho dos comunários.

Segundo Oliveira (1981) a renda da terra pode ser apropriada pelo capital por duas formas: (1) quando a produção subordina a circulação, ou seja, quando o preço do produto é ditado na produção, e (2) quando a circulação subordina a produção, ou seja, quando preço dos produtos é dado na circulação. No caso da comunidade Challapampa verifica-se que o

---

<sup>75</sup> No entanto, segundo relato da representante a contrapartida da prefeitura de Copacabana no projeto é a disponibilidade do espaço onde está instalado o escritório da rede, ou seja, a rede não paga aluguel.

<sup>76</sup> O custo do pacote de um dia ofertados pelos associados da Comunidade tem o valor médio de 230 bols e a média de um dia oferecido pela organização é de 180 euros, ou seja, aproximadamente 900 bols consultado no sítio eletrônico em: <http://www.tourismesolidaire.org/destinations/bolivie/immersion-perou-bolivie> acessado em 05/05/2016.

preço é dado na circulação, pois apesar do projeto da Fundação Codespa chegar a preços determinados, seus membros já sentem o efeito da concorrência.

Os elementos do processo de trabalho (objeto e meios de trabalho) agora serão analisados a partir da perspectiva do produto turístico constituído pela Fundação Codespa junto à comunidade Challapampa. Segundo, Codespa (2011) o produto turístico é composto por atrativos turísticos, serviços (alojamento, alimentação, guias, artesanato, atividades culturais, outros), infraestrutura e equipamentos, acessibilidade, imagem do lugar e preço de venda.



Foto 26 – Artesã da Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/  
Bolívia

Autor: Pereira, S. N. (2016)

Os atrativos turísticos de acordo com a definição marxiana podem ou não serem compreendidos, no processo de trabalho, como objeto ou como meio de trabalho. O Lago Titicaca, por exemplo, enquanto paisagem não sofre alteração por meio do trabalho dos produtores diretos do turismo, mas pode sofrer alteração na relação enquanto fornecedor de água, ou seja, matéria-prima para os serviços de hospedagem ou alimentação. As ruínas incas que são consideradas como atrativo turístico no processo de trabalho possuem trabalho morto, mas pelo turismo são apropriadas como objeto de trabalho pelo guia.



Foto 27 – Ruínas Chinkana da Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2016)



Foto 28 – Labirinto Chinkana da Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
Autor: Pereira, S. N. (2015)



Foto 29 – Mesa de cerimônias da Comunidade Challapampa – Ilha do Sol/ Bolívia  
 Autor: Pereira, S. N. (2015)

No entanto, o que interessa para esta pesquisa é analisar esse produto enquanto mercadoria. De acordo com toda a fundamentação marxiana exposta conclui-se que o produto turístico desenvolvido pela Fundação Codespa na comunidade Challapampa é uma mercadoria, pois possui todos os elementos caracterizados por Marx em “O Capital”. E como mercadoria, o produto turístico da Fundação Codespa durante o processo de trabalho altera as relações sociais de produção na comunidade Challapampa.

Para além das contradições sociais, econômicas, ambientais verificadas em campo três contradições se destacam na análise do produto turístico enquanto mercadoria: (1) a reificação da natureza, do homem e da cultura, (2) a captação da subjetividade da comunidade pelo modo de produzir capitalista e (3) sujeição da renda da propriedade comunitária ao capital (mais-valia).

A natureza, a cultura e o Aymara nesse processo de produção de mercadorias são alienados. A relação entre sujeito e objeto é invertida. A natureza e a cultura enquanto mercadoria adquire vida e consciência e o Aymara coisificado torna-se simples valor-de-uso no processo de trabalho que produz a mercadoria do turismo comunitário.

Compreende-se que a reificação estabelece um modo padrão de agir e pensar, como se única fosse. Naturaliza a ideologia capitalista no comportamento e na consciência dos indivíduos. O papel da reificação aqui é central quando se procurar compreender como a ideologia capitalista se objetiva e se internaliza na consciência dos Aymaras da comunidade, especialmente na captação de sua subjetividade.



Foto 30 – Porto da Comunidade Challapampa – Ilha do Sol  
Autor: Pereira, S. N. (2016)



Foto 31 – Guia de turismo recebendo turistas na Comunidade Challapampa – Ilha do Sol  
Autor: Pereira, S. N. (2015)



Foto 32 – Peças do museu da Comunidade Challapampa.  
Autor: Pereira, S. N. (2015)

Com relação à sujeição da renda da propriedade comunitária ao capital verificou-se que distinto das primeiras formas apresentadas pela determinação propriedade da categoria turismo, o capital não precisa mais expropriar paisagens exóticas para desenvolver o turismo. De acordo com a forma mais recente de reestruturação produtiva desenvolvida pelo capital, o projeto da Fundação Codespa financiado pelo Banco Mundial insere a comunidade Challapampa nos marcos desse novo contexto histórico e social, o da Economia Colaborativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Eu estava sobre uma colina e vi o Velho se aproximando, mas ele vinha como se fosse o Novo. Ele se arrastava em novas muletas, que ninguém antes havia visto, e exalava novos odores de putrefação, que ninguém antes havia cheirado. A pedra passou rolando como a mais nova invenção, e os gritos dos gorilas batendo no peito deveriam ser as novas composições. Em toda parte viam-se túmulos abertos vazios, enquanto o Novo movia-se em direção à capital. E em torno estavam aqueles que instilavam horror e gritavam: Aí vem o Novo, tudo é novo, saúdem o Novo, sejam novos como nós! E quem escutava, ouvia apenas os seus gritos, mas quem olhava, via pessoas que não gritavam. Assim marchou o Velho, travestido de Novo, mas em cortejo triunfal levava consigo o Novo e o exibia como Velho. O Novo ia preso em ferros e coberto de trapos; estes permitiam ver o vigor de seus membros. E o cortejo movia-se na noite, mas o que viram como a luz da aurora era a luz de fogos no céu. E o grito: Aí vem o Novo, tudo é novo, saúdem o Novo, sejam novos como nós! seria ainda audível, não tivesse o trovão das armas sobrepujado tudo. Bertold Brecht*

O contexto exposto pela mundialização financeira destaca as contradições e crises, do sociometabolismo do capital, que cotidianamente são intensificadas nessa sociabilidade. O interesse por determinados temas como: ambiental e social amplia o esforço de responder a estas contradições – que são produzidas pela própria estrutura sociometabólica do capital – unificando os diversos segmentos da sociedade burguesa à volta de modelos de produção sustentáveis.

O turismo de base comunitária (TBC) origina-se dessa lógica, pois é apreendido como resultado das teorias reformistas do capital, particularmente, da teoria do desenvolvimento sustentável. Compreendido como uma nova tentativa de reestruturação produtiva da ordem burguesa. É um modelo de controle social no qual a ideologia dominante articula seus principais pressupostos: empoderamento, autonomia, participação e empreendedorismo à uma consciência fetichizada da realidade e cria uma concepção de mundo coesa com essa fetichização.

Diversos organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas – ONU, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, Organização Internacional do Trabalho – OIT, Organização Mundial do Turismo – OMT, dentre outros constituem a rede mundial que proporciona a legitimidade social necessária. As organizações do sistema financeiro internacional como Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID constituem a

base material de sustentação econômica para planos, programas e projetos que disseminem as virtudes e viabilidades desse modelo.

As considerações finais resgatam algumas observações analisadas. A intenção, nesse momento, é dialogar com os principais questionamentos apresentados e não expor uma conclusão propriamente dita, pois o objeto está em dialético movimento.

No que toca a necessidade de se analisar o fenômeno do turismo pela filosofia da práxis – materialismo histórico dialético – a pesquisa deparou-se com o vácuo científico da ciência burguesa e com a exígua produção marxista do fenômeno. A partir desse cenário propôs –se categorizar o turismo expondo suas possíveis determinações, compreendê-lo como parte da totalidade que interage dialeticamente.

O turismo é compreendido como resultado do desenvolvimento das forças produtivas na relação capital-trabalho. Com o advento da mundialização do capital, resultante do processo de reestruturação produtiva, o turismo passa por significativas transformações, dentre elas destaca-se: a organização por meio de empresas-rede e a captação da subjetividade dos trabalhadores pela ideologia dominante. Foi um salto qualitativo na acumulação capitalista, contudo se evidenciou contradições relacionadas a precarização do trabalho, flexibilização da legislação trabalhista (terceirização), transferência de ônus, dentre outras.

O turismo de base comunitária (TBC) constitui-se no cenário das teorias reformistas do capital, em particular da teoria do desenvolvimento sustentável. Com base na perspectiva marxista buscou-se analisar os fundamentos que sustentam e vinculam essa teoria a uma nova tentativa de reestruturação produtiva do sociometabolismo do capital.

A mercadoria é a célula do sociometabolismo do capital. Por intermédio dela que se compreende as relações sociais de produção na sociabilidade capitalista. De como o homem se relaciona entre si e com a natureza. Com sua análise se apropria do fetiche, da alienação, da personificação das coisas e da coisificação do homem. Recuperar a categoria mercadoria enquanto condicionante chave para a compreensão da categoria turismo e ousar desvendá-la, na dimensão da reificação, com a finalidade de reconhecê-la nas relações sociais do cotidiano Aymara se faz coerente.

Para além da compreensão positiva que freqüentemente capta a superficialidade das contradições ambientais, sociais e econômicas. Com a apropriação teórica da categoria mercadoria é possível apreender contradições centrais como: a reificação da natureza, do homem e de sua cultura, a captação da subjetividade da comunidade, a sujeição da renda da propriedade (a apropriação da mais-valia) ao capital mundializado.

A Fundação Codespa insere o (TBC), na comunidade Challapampa, como única alternativa viável de geração de trabalho e renda. Financiada por organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Investimentos – BID, que atuam como células do sistema sociometabólico. Vincula-se ao receituário permeado de diretrizes e condições apropriadas às novas demandas do turismo mundializado. As transformações provocadas pelo processo de mundialização afetaram, de modo particular, o setor de serviços. Essencialmente o setor do turismo, na indução por demandas de serviços personalizados. O mercado turístico internacional se incrementa com produtos luxuosos, exóticos e únicos.

Comunidades indígenas se destacam tanto por suas particularidades, localizadas geralmente em cenários paradisíacos com belezas naturais e culturas únicas, como por suas condições de miserabilidade. Para o mercado turístico pensar essas comunidades como mercadoria é interessante para atender as novas demandas do turismo mundializado.

No processo de mercantilização dessas comunidades, o sistema financeiro, do sociometabolismo do capital, desempenha papel profícuo no financiamento do terceiro setor, através de ONG's OSCIPS, fundações, dentre outros. Para responder as novas demandas, ocultar contradições e principalmente garantir as condições necessárias do processo de acumulação.

Em que pese essas demandas surgirem de um movimento contraditório, a célula do metabolismo social está no controle. Projetos como o da Fundação Codespa financiados pelo Fundo Multilateral de Investimentos – FUMIN são totalmente guiados pela lógica dessa nova-velha forma, a economia colaborativa. A lógica que preside o atual, processo de acumulação capitalista, opera, em benefício, do avanço do setor de serviços. E tem os serviços turísticos como paradigma de novos processos de reestruturação produtiva.

À primeira vista, o sistema sociometabólico do capital empreende um movimento rumo ao seu ponto de partida, porém compreende-se que, na análise dialética, o ponto de partida jamais será o mesmo. É nessa nova-velha forma do sociometabolismo que o fenômeno do turismo oculta, identicamente, a contradição capital-trabalho mediante o discurso do empoderamento, autonomia, participação e empreendedorismo. Em que pese a importância da abstração teórica no desvelar das contradições do TBC reitera-se a importância da pesquisa de campo na constatação do predomínio da informalidade.

A informalidade, distinta daquela da década de 1980 que se mostrava como um setor residual, marginal à economia dominante, neste contexto histórico constitui-se como cerne da economia mundializada. Desloca-se para a composição basilar do processo de acumulação

tanto na esfera da produção como na esfera da circulação do capital mundializado. No setor de serviços a informalidade apodera-se do mundo formal e regulamentado.

Neste sentido, projetos que fortaleçam a lógica da economia colaborativa, como os de (TBC), configuram-se como única alternativa a essas comunidades. Retirar da pobreza comunidades indígenas com uma imagem positiva para o “desenvolvimento” de uma região e proporcionar a elas o “bem-viver<sup>77</sup>” esse é o discurso.

O turismo, na comunidade Challapampa, surge como resultado de um processo hegemônico, constituído por um processo mundial de valorização do setor de serviços, conduzido por agentes externos no qual a comunidade não participou apenas sentiu os efeitos.

No ano de 2008, contexto histórico de crise financeira no qual surge a economia colaborativa segundo Graves (2015). O projeto de turismo comunitário da Fundação Codespa insere-se na comunidade Challapampa. Projeto construído com todos os requisitos necessários do receituário FUMIN para as comunidades “mais pobres” da América Latina subsidiando, principalmente na esfera subjetiva o novo movimento de reestruturação produtiva do sistema sociometabólico do capital, a economia colaborativa.

Assim como a economia colaborativa o projeto da Fundação Codespa é permeado de contradições, pois falar em “empoderamento”, por exemplo, em um contexto no qual as desigualdades sociais são crescentes é um paradoxo. A distribuição da renda mundial está mais ou menos no nível da primeira guerra mundial indicando que os 1% mais ricos do planeta certamente podem usufruir do conceito de “bem-viver” em sua dimensão autêntica.

Acredita-se que os serviços da economia colaborativa poderão acelerar o fenômeno da destruição do emprego. Compreende-se que, apesar de todas as palavras vazias, como: autonomia, empoderamento, empreendedorismo, participação, bem-viver, sustentabilidade, distribuição equitativa de renda, dentre outras, os sujeitos, na economia colaborativa, não são mais que um precário extremo.

No entanto, assim como Benjamin (1987) escreve que o leitor do romance espera impaciente pela morte do herói para provar para si que este último não viveu em vão e ele muito menos. Distingue o romance antigo do romance clássico que em sua necessidade de resolver a questão do significado da existência, quer pôr um fim na história. Acercamo-nos de

---

<sup>77</sup> Harvey questionado sobre o conceito de “bem-viver” na revista *Le Monde Diplomatique* responde: “Acredito que com frequência nos encontramos trabalhando com o que chamo de termos vazios de significado – o bem viver, por exemplo. Todo mundo quer uma vida boa. Os milionários querem uma boa vida, os indígenas querem uma boa vida. A grande questão não é nem o bem viver em si, e sim como as pessoas preenchem esse conceito com um significado particular. E eu acredito que o que os indígenas querem dizer com esse termo não funciona bem quando traduzido como bem viver. Ninguém vai dizer que é contra o bem viver. É um desses conceitos em relação aos quais todos vão ao seu favor. Sustentabilidade é outro exemplo”.

Proust como Benjamin que introduz um infinito nas limitações da existência individual burguesa, até porque sua existência é ínfima na história orgânica da Terra.

“Comparados com a história da vida orgânica na Terra”, diz um biólogo contemporâneo, “os míseros 50.000 anos do Homo sapiens representam algo como dois segundos ao fim de um dia de 24 horas. Por essa escala, toda a história da humanidade civilizada preencheria um quinto do último segundo da última hora. O “agora”, que como modelo do messiânico abrevia num resumo incomensurável a história de toda a humanidade, coincide rigorosamente com o lugar ocupado no universo pela história humana. (BENJAMIN, 1987, p. 231-232)

Assim, como o “Angelus Novus”, quando muitos vêm “desenvolvimento” vemos catástrofe, tempestade. Gostaríamos diante das forças capitalistas de “acordar os mortos” e “juntar os fragmentos”. Esperamos que essa pesquisa possa despertar do passado, das sociedades Tiwanaku, Inca e Aymara, as “centelhas da esperança”, pois estamos convencidos que os “mortos” também não estarão seguros se o inimigo vencer.

Desde o primeiro momento, da escolha do objeto compreendeu-se a necessidade de desmitificar o mito - do turismo de base comunitária - que sociabilidade capitalista ironicamente se apropria para triunfar sobre suas próprias contradições.

A emancipação humana se torna possível a partir da negação, da lei que regula o modo de produção capitalista, o valor. Negar como produzimos materialmente (socialmente) nossas vidas. E para os que não acreditam “no fim da história”, mas crêem que “tudo que é sólido se desmancha no ar”, as várias formas de desalienação, desfeticização tornam-se necessárias em um longo caminho de superação da pré-história da humanidade a caminho da história plenamente humana, da plenitude de nossa condição humana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACERENZA, M. A. *Promoción Turística: Um enfoque metodológico*. México: Trillas, 1992.
- ALVES, G. *Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização*. São Paulo: Praxis, 1999.
- ANTUNES, R. L. C. (org). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ANTUNES, R. L. C. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª ed. 10ª reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BADER, W. (org). *Brecht no Brasil: experiências e influências*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.
- BENEDETTI, M. *Sou um caso perdido*. Disponível em: <<https://eupassarin.wordpress.com/2012/02/05/sou-um-caso-perdido>> Acesso em: 28 Abr. 2016.
- BENJAMIN, W. “*Sobre o conceito de história*”, Walter Benjamin, Magia e técnica, arte e política: ensaios de literatura e história da cultura, São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- BIANCHI, R. V. *The ‘Critical Turn’ in tourism studies: a radical critique*. Tourism Geographies, 2009, 11(4): 484-504.
- BIANCHI, R.V. *Tourism, capitalism and Marxist political economy*. In: J.T. Mosedale (Ed.) Political Economy and Tourism: A critical perspective. Abingdon: Routledge, 2011.
- BLOOMGARDEN, D.; SULLIVAN, N.; DONALD, TERRY & WILSON, S. *El FOMIN cumple 15 años generando ingresos y activos para la mayoría*. Fondo Multilateral de Inversiones, Washington, 2005.
- BONEFELD, W. *The Permanence of Primitive Accumulation: Commodity Fetishism and Social Constitution*. The Commoner N.2 (September 2001) Disponível em <<http://www.thecommoner.org>> Acesso em: 28 Abr. 2016.
- BONENTE, B. I. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Artigo publicado na revista Marx e o Marxismo v.2, n.3,

ago/dez 2014.

BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. 3ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRITTON, S. G. *Tourism, capital, and place: towards a critical geography of tourism*. *Environment and Planning D: Society and Space* 9(4), 1991, p. 451-478.

CALLA MALDONADO, S. A. *Asentamientos prehispánicos en el Valle Alto de Tiwanaku., Contribuciones a la arqueología de la praxis humana en el Valle de Tiwanaku*. 205 pp. Editorial Académica Española. 2012.

CAMARGO, L. O. L. *Educação para o lazer*. São Paulo: Moderna, 1998.

CARONE, I.; LANE, S. T. M.; CODO, W. *A dialética marxista: uma leitura epistemológica*. In: Silvia T. Maurer Lane; Wanderley Codo. (Org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. 13 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007, v. 1, p. 20-30.

CASTILLO NECHAR, Marcelino. *Orientaciones en la construcción del conocimiento turístico: acerca de su epistemología*. IV SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. Turismo: Responsabilidade Social e Ambiental. Caxias do Sul/ RS, 7 e 8 de julho de 2006. Disponível em: <[www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/arquivos\\_4\\_seminario/GT14-17.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/arquivos_4_seminario/GT14-17.pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2015.

CASTILLO NECHAR, M.; PANOSSO NETTO, A. *Implicações epistemológicas na investigação turística*. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, vol. 20, núm. 2, 2011, pp. 384-403. Disponível em: <<http://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/V20/N02/v20n2a07%20Portugues.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2015.

CHAUÍ, M. S. Introdução. In: LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: HUCITEC/UNESP, 1999.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. Tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo, Xamã, 1994.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. *“Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas*. In: *Revista Crítica Marxista*, nº 16. São Paulo: Boitempo, março - 2003.

CLANCY, M. *Commodity chains, services and development: theory and preliminary evidence from the tourism industry*. En: Review of International Political Economy 5:1 Reino Unido: Spring, 1998.

COMTE, Auguste. *Discurso sobre o espírito positivo*. Porto Alegre: Globo/Edusp, 1976.

CORDERO, A. *Nuevos eje de acumulación y naturaleza: el caso del turismo*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

CORIOLOANO, L. N. M. T. *Os limites do desenvolvimento e do turismo*. In: CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo de inclusão e o desenvolvimento local. Fortaleza: FUNECE, 2003.

COSTA, C. E. L.; GONZÁLEZ, M. J. F.; DE ALMEIDA, N. F. *A lógica de funcionamento dos bancos multilaterais de desenvolvimento e o seu relacionamento com o Brasil no período 1990-2012*. Boletim de Economia e Política Internacional, p. 57, 2013.

CUNHA, N. *A felicidade imaginada: a negação do trabalho e do lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ENGELS, F. *Anti-Dühring*: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979a

ENGELS, F. *Dialética da Natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979b.

ENGELS, F. *Letters on Historical Materialism*. To Joseph Bloch. [1890]. pp. 760-765. in TUCKER, Robert C. (org.) *The Marx-Engels reader*. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978. Traduzido por Vinicius Valentin Raduan Miguel, 2009. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>. Acesso em: 07 Set 2015.

FEPTCE. Federação Plurinacional de Turismo de Base Comunitária. *El turismo comunitario esta basado en la cosmovision andina de Sumak Kawsay*. Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism. Fortaleza, 2008.

FOLADORI, G. *Los límites del desarrollo sustentable*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental/ Trabajo y Capital. 1999. Sustentabilidad ambiental y contradicciones sociales. Ambiente & Sociedade. Campinas: Nepam/Unicamp, 2000.

FOLADORI, G. *Avances y límites de la sustentabilidad social*. In. Economía, Sociedad y Territorio. México, vol. 3, núm. 12, p. 621-137, 2002.

FOLADORI, G.; TOMMASINO, H. *El concepto de desarrollo sustentable 30 años después*. Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba: UFPR, n. 4, p. 41-56, 2000.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: Materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREIRE JR, O. *Friedrich Engels e as ciências da natureza*. In Princípios, n.39, nov/dez/jan, 1994/1995, p. 28-32.

CODESPA. *Modelo de gestión del turismo rural comunitario de CODESPA: una experiencia regional Andina*. (org) Marcello, G., et al. Peru: Editorial fundación Andina, 2011.

GALAFASSI, G. *Capital, naturaleza y territorio en Patagonia. Rediscutiendo las tesis sobre la acumulación primitiva*. A Contracorriente, vol. 8, nº 1, p. 198-229, 2010.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GULLAR, F. *O benefício da dúvida*. Disponível em: < <https://ateus.net/artigos/miscelanea/o-beneficio-da-duvida>>. Acesso em: 08 set. 2015.

HARDY, A.; BEETON, R. J. S. *Sustainable tourism or maintainable tourism: managing resources for more than average outcomes*. Journal of Sustainable Tourism, 9 (3), p. 168-192, 2001.

HARDY, A.; BEETON, R. J. S.; PEARSON, L. *Sustainable tourism: an overview of the concept and its position in relation to conceptualisations of tourism*. Journal of Sustainable Tourism, 10 (6), p. 475-496, 2002.

HUNTER, C.; GREEN, H. *Tourism and the environment: a sustainable relationship?*. London: Routledge, 1995.

IANNI, O. *A construção da categoria*, (transcrição de aula ministrada na disciplina Sociologia do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da PUC de SP, no primeiro semestre de 1985. Revista HSTEDBR On-Line, Campinas, número especial, abr. 2011.

IASI. Mauro L. *Processo de Consciência*. 2ª edição revista e ampliada, São Paulo: CPV, 2001.

IASI, Mauro L. *Educação e consciência: desafios estratégicos*. Perspectiva (UFSC), v. 31, p. 67-80, 2013.

IRVING, M. A. *Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?*. In Bartholo, R., Sansolo, D.G. e Bursztyn, I. (orgs.), *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 108 -119). Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

KORSCH, K. *Karl Marx. O conceito de forças produtivas materiais*. 1961. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/korsch/ano/mes/conceito.htm>>. Acesso em 16 Jan. 2015.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LANFANT, M. F. *Introduction. Le Tourisme dans Le processus d' internationalisation*. In: *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº32, vol. 1, 1980.

LESSA, S. *Para entender a essência do capitalismo*. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/busines/19-05-2009/27017-essenciacapital-0>> Acesso em: 28 out. 2015.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.

LOWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 11 edição. São Paulo: Cortez, 1996.

LOWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 8ª.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MALDONADO, C. *O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas*. In Bartholo, Sansolo e Bursztyn (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Cap.1, (25-44). Rio de Janeiro: Letra e Imagem. 2009.

MALDONADO, C. *Fortaleciendo redes de turismo comunitário*. REDTURS en América Latina. Disponível em: <<http://www.redturs.org/nuevaeas/Maldonado-Artic-Rev-Turin%20Esp.pdf>> Acesso em: 24 Set. 2015.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 6ª edição. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 2ª edição. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 2ª edição. Vol. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livro III: o processo global da produção. Tradução de Regis Barbosa Régis Barbosa e Flávio R. Koth. 2ª edição. São Paulo: Nova cultural, 1986.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*. Tradução: Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã e outros escritos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965

MÉSZÁROS, I. *Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª ed. São Paulo: UNICAMP/Boitempo, 2002.

OLIVEIRA, A. U. *Agricultura e indústria no Brasil*. In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, nº 58, 1981.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL TURISMO - OIT. *Declaração de San José. San José, Costa Rica: Organização Internacional de Turismo, 2003. Disponível em: <<http://www.redturs.org/inicio/docu/DeclaracionSan-Jose-Espa.pdf>>. Acesso em: 15 de abril de 2015.*

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

OSORIO GARCÍA, M. *Hacia la construcción del objeto de estudio del turismo desde la perspectiva materialista crítica*. Revista Pasos, III (1), p. 41-62, 2003.

OURIQUES, H. R. *O turismo internacional na economia-mundo capitalista: elementos para uma crítica*. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, Maringá, v. 34, n. 2, p. 147-157, Jul./dez, 2012.

PLEUMARON, A. *Turismo, globalización y desarrollo sustentable*. Revista del Sur, no. 91, pp. 1-9, 1999.

RIVIÈRE G. *El sistema de aynua: memoria e historia de la comunidad* (comunidades aymara del Altiplano Boliviano). In : Hervé Dominique (ed.), Genin Didier (ed.), Rivière Gilles (ed.). *Dinamicas del descanso de la tierra en los Andes*. La Paz : IBTA ; ORSTOM, p. 89-105, 1994.

RUIZ, E.; HERNÁNDEZ, M.; COCA, A.; CANTERO, P.; DEL CAMPO, A. *Turismo comunitario en ecuador. comprendiendo el community –based tourism desde la comunidad*. Revista Pasos, vol.06, nº3, p. 399-418, 2008.

SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI*. Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 1. Curitiba: Editora UFPR, 1994.

SANTOS FILHO, J. *Espelho da história: o fenômeno turístico no percurso da humanidade*: In. Revista Espaço Acadêmico nº 50, Julho de 2005. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/050/50jsf.htm>> Acesso em: 05 mai. 2015.

SANTOS FILHO, J. *Questões teóricas expressa riqueza e pobreza no debate epistemológico do fenômeno turístico*. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, nº 95, p. 1, Abril, 2009. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/095/95jsf.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

SANTOS, M. J. *Processos de globalização versus movimentos de concentração e reestruturação produtiva*. In: PEREIRA, Antonio Garcia. et al. *Globalizações: novos rumos no mundo do trabalho*. Florianópolis: Ed. da UFSC, SOCIUS, p. 17-41, 2001.

SOUZA, N. A. *Teoria marxista das crises*. Campo Grande: UFMS, 1992.

**ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA****ROTEIRO DE ENTREVISTA**

1. Como surgiu a comunidade?
2. Há quanto tempo a comunidade vive neste lugar?
3. Existem outras comunidades na Ilha? Quais? A convivência é pacífica?
4. Que atividades econômicas são desenvolvidas na comunidade?
5. Qual a principal atividade econômica da comunidade?
6. O que compreende por turismo? Qual sua concepção de turismo?
7. Existe distinção entre turismo e turismo comunitário? Qual?
8. Quando e como iniciou a atividade turística na ilha?
9. Como era a vida na comunidade antes do turismo?
10. Como é a vida atualmente com o turismo?
11. Como se caracteriza o turismo comunitário desenvolvido na comunidade?
12. Como se dá a relação da Associação com a Rede Apathapi?
13. Quais os principais impactos (positivos e negativos) gerados pelo turismo comunitário na comunidade?
14. Recebem apoio financeiro de alguma instituição pública ou privada para desenvolver o turismo comunitário? Qual e como funciona?

## ANEXO B – FORMULÁRIO APLICADO NA COMUNIDADE CHALLAPAMPA

### FORMULÁRIO

Este formulário faz parte do projeto de pesquisa de mestrado intitulado “AS CONTRADIÇÕES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: O CASO DA COMUNIDADE CHALLAPAMPA NA BOLÍVIA” sob responsabilidade da pesquisadora Sheila Nunes Pereira aplicado junto à Comunidade Challapampa integrante da Rede APThAPI na Ilha do Sol na Bolívia.

#### 1. PERFIL DO TRABALHADOR

##### 1.1. Sexo

( ) Homem

( ) Mulher

1.2. Idade: \_\_\_\_\_

##### 1.3. Estado Civil

( ) Solteiro

( ) Casado

( ) Viúvo

( ) Divorciado

( ) Outros \_\_\_\_\_

##### 1.4. Nível de escolaridade

( ) Analfabeto

( ) Fundamental

( ) Médio

( ) Superior

( ) Outros \_\_\_\_\_

1.5. Profissão: \_\_\_\_\_

#### 2. PERFIL DA RELAÇÃO DE TRABALHO

2.1. Possui algum vínculo de trabalho? \_\_\_\_\_

Qual?

( ) Assalariado

( ) Temporário

( ) Autônomo

( ) Outros \_\_\_\_\_

#### 3. PERFIL DO PROCESSO DE TRABALHO

##### 3.1. Trabalho

3.1.1. Descreva o processo de trabalho do empreendimento.

---



---

3.1.2. Como se realiza a divisão de tarefas?

---



---

3.1.3. Descreva sua jornada de trabalho. (diária semanal e mensal)

---



---

3.1.4. Existe um controle de sua jornada de trabalho? \_\_\_\_\_  
Que tipo? \_\_\_\_\_

3.1.5. Existe intervalo durante a jornada de trabalho? \_\_\_\_\_  
Diário \_\_\_\_\_  
Entre Jornadas \_\_\_\_\_  
Semanal \_\_\_\_\_  
Mensal \_\_\_\_\_

### 3.2. Objeto de Trabalho

3.2.1. Descreva as matérias-primas utilizadas no processo de trabalho. (Compra ou adquire na natureza?)

---



---

### 3.3. Meios de Trabalho (Instalações, instrumentos, ferramentas e tecnologias utilizadas)

#### 3.3.1. Instalações

- ( ) Próprias  
( ) Alugadas  
( ) Arrendadas  
( ) Financiadas  
( ) Outros \_\_\_\_\_

#### 3.3.2. Instrumentos e Ferramentas

- ( ) Próprias  
( ) Alugadas  
( ) Arrendadas  
( ) Financiadas  
( ) Outros \_\_\_\_\_

3.3.3. Utiliza alguma tecnologia no processo de trabalho? Qual?

---



---

3.3.4. Realizou algum curso de capacitação ou treinamento para trabalhar com turismo comunitário? Descreva:

---



---

## 4. DIREITOS TRABALHISTAS

4.1. Que tipo de renda recebe?

- ( ) Salário  
( ) Produtividade

4.2. Como recebe sua renda?

- ( ) Por dia  
( ) Por semana

( ) outros \_\_\_\_\_

( ) Por quinzena

( ) Por mês

( ) outros \_\_\_\_\_

4.3. Recebe em média

4.4. Recebe algum benefício do governo:

\_\_\_\_\_

( ) Menos de um salário mínimo

( ) Um salário mínimo

( ) Outros \_\_\_\_\_ (especificar quanto)

Se sim qual? \_\_\_\_\_

## 5. PRODUTO TURÍSTICO

5.1. Descreva o processo de elaboração do produto turístico:

---

---

---

5.2. Como se constitui o preço do produto turístico?

---

---

5.3. Vende o produto turístico somente a Rede Apthapi? Qual porcentagem repassa a Rede Apthapi?

---

---

**ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, membro da rede Apthapi, \_\_\_\_\_ residente na comunidade Challapampa, parte norte da Ilha do Sol na Bolívia, declaro por minha própria vontade participar da pesquisa “AS CONTRADIÇÕES DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: O CASO DA COMUNIDADE CHALLAPAMPA NA BOLÍVIA” que tem como objetivo geral: analisar as contradições do TBC na comunidade Challapampa desenvolvido pela Fundação Codespa desde o ano de 2008 na Bolívia. E como objetivos específicos: (a) analisar o turismo segundo a perspectiva da economia política no esforço de localizá-lo na estrutura capitalista e observar seu movimento histórico de acordo com as transformações econômico e social do sociometabolismo do capital desde a crise estrutural até a fase de mundialização. (b) analisar com base na crítica marxista o discurso das teorias reformistas do capital, em específico, a teoria do desenvolvimento sustentável da qual se origina o TBC e (c) analisar as contradições do TBC desenvolvido na comunidade Challapampa por meio da categoria marxiana mercadoria. Eu sei que minha participação é voluntária, sobretudo nas entrevistas. Minha participação é totalmente voluntária e não receberei nenhum dinheiro ou outras espécies. Fui informado que em caso de dúvida ou esclarecimento posso buscar informações com o Dr. Claudio Reis na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD localizada na Rodovia Dourados - Itahum, Km 12 – Cidade Universitária, Caixa Postal 533 - CEP 79804-970 (67) 3410-2001.

Ilha do Sol, Município de Copacabana/BO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

---

Assinatura do voluntário

---

Assinatura do responsável pelo projeto